



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
CULTURA

**RASTROS E ROSTOS DA SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO NO
BRASIL (1975-1988)**

GIULIA ALVES RIBEIRO

RIO DE JANEIRO
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
CULTURA

**RASTROS E ROSTOS DA SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO NO
BRASIL (1975-1988)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito à
obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

GIULIA ALVES RIBEIRO

Orientador: Profa. Dra. Marialva Carlos Barbosa

RIO DE JANEIRO

2024

Rastros e Rostos da segunda onda do feminismo no Brasil (1975-1988)

Giulia Alves Ribeiro

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito necessário à obtenção do grau de Mestre em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, dia 26 de fevereiro de 2024.

Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Marialva Carlos Barbosa - Orientadora

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ).

Professora Titular da Escola de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Alice Carvalho de Melo

Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-RJ)

Produtora de reportagem, produtora de documentários e editora da TV Globo.

Igor Pinto Sacramento

Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-RJ)

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RIO DE JANEIRO

2024



**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
APRESENTADA POR GIULIA ALVES RIBEIRO NA ESCOLA DE
COMUNICAÇÃO DA UFRJ**

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, às quinze horas, através de videoconferência, foi apresentada a dissertação de mestrado de Giulia Alves Ribeiro, intitulada: ***“Rastros e Rostos da Segunda Onda do Feminismo no Brasil (1975-1988)”***, perante a banca examinadora composta por: Marialva Carlos Barbosa [orientador(a) e presidente], Igor Pinto Sacramento e Alice Carvalho de Melo. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua dissertação:

aprovada reprovada aprovada mediante alterações

E, para constar, eu, Thiago Couto, lavrei a presente ata, que segue por mim datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIALVA CARLOS BARBOSA
Data: 20/03/2024 21:32:55-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Marialva Carlos Barbosa [orientador(a) e presidente]

Documento assinado digitalmente
gov.br IGOR PINTO SACRAMENTO
Data: 20/03/2024 21:37:41-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Igor Pinto Sacramento [examinador(a)]

Documento assinado digitalmente
gov.br ALICE CARVALHO DE MELO
Data: 26/02/2024 17:08:37-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Alice Carvalho de Melo [examinador(a)]



Giulia Alves Ribeiro [candidato(a)]

AGRADECIMENTOS

Minha jornada por este caminho começa, como a maioria das coisas, pela minha família. Nasci em um lar pobre em Senador Camará, favela da cidade do Rio de Janeiro, chefiado por uma mulher incrível: Ivanilde Matheus de Moura Oliveira, a quem foi negado não somente o direito de estudar além da antiga quarta-série ("mulher só precisa saber escrever o próprio nome, cuidar da casa e dos filhos") e o sonho de tornar-se professora, mas também a chance de carregar em seu nome a herança de outra mulher. Quem eu conheço e admiro como Vovó Vivi tem nos sobrenomes a representação de uma história que muito se repete com as protagonistas deste trabalho: ser posse, em primeiro lugar, de seu pai (José Matheus de Moura) e até que seu marido (Osmar Alves de Oliveira) detenha a nova tutela.

Talvez por ironia de alguma força maior que irei chamar destino, a única filha mulher de Seu José, a mais nova de seis irmãos, teve três filhas: todas mulheres. Minha mãe e minhas tias também não puderam herdar os sobrenomes maternos, mas Ivanilde não abriu mão de fazer com que as filhas realizassem aquilo que ela não pôde: estudar.

Por um trágico acidente, minha avó torna-se viúva pouco depois da filha mais velha completar 18 anos. Formada em um colégio de curso normal, Luiza Alves de Oliveira (para mim, mamãe) tornou-se professora dos anos iniciais, realizando o sonho da própria mãe. Mas foi vendo a força e persistência de quem precisava se reinventar em mil e uma funções para sustentar uma casa - de cabeleireira à boleira - que ela não abandonou os estudos e lutou por cada degrau até alcançar, em 2012, o título de doutora. E o acaso não poderia ser mais perfeito em conceder esta honraria na área que transformou a trajetória de toda a minha família: educação.

E com a probabilidade de 1 em 128, cresci rodeada de mulheres fortes, batalhadoras e independentes, porque as filhas de dona Ivanilde também só tiveram filhas. Me constituí, felizmente, celebrando as conquistas de outras mulheres, apoiando os sonhos de meninas e construindo laços especiais em torno das nossas vivências em comum, frente à desvalorização de todas essas coisas que o mundo institui da porta de casa para fora.

Vivi uma adolescência assumidamente feminista e de atitudes extremamente combativas. Defendia as muitas certezas que tinha naquela época em todos os ambientes que frequentava com um comportamento que beirava a rebeldia, o que me rendeu muitos atritos, rótulos pejorativos e dificuldade de me sentir incluída - não que isso tenha abalado em muita coisa os posicionamentos irredutíveis de alguém que sempre se sentiu tão segura e certa em

lutar por aquilo que acredita.

Terminei na faculdade de comunicação à despeito de todos aqueles que sempre me falaram que eu daria uma ótima advogada - talvez até mesmo por conta disso, no maior estilo juventude "do contra". E foi o curso de jornalismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro, aliado ao amadurecimento que só o tempo traz, que me fez trocar a confiança nas certezas absolutas pela vontade incessante de transformá-las em perguntas. Dizem que jornalista nada mais é do que fofoqueiro que tem licença (diploma) para ser enxerido, e eu nunca escutei uma fofoca ruim que veio depois de "quem sou eu para falar alguma coisa, não é mesmo?"

O lugar de onde falo, de onde vim, é impossível de ignorar quando me encontro com estes rastros de uma história de silenciamento e opressão. O legado que me trouxe até aqui é o mesmo que me faz querer alargar os muros da casa em que cresci, para que a realidade lá fora seja como a minha pôde ser do lado de dentro. Para que outras vozes também possam ser ouvidas no lugar de silenciadas; para que outros sonhos possam ser realizados no lugar de impedidos; para que nossos nomes e sobrenomes se tornem cada vez mais impossíveis de ignorar.

O efeito borboleta responsável por unir este impulso a um material surpreendente que passou mais de quatro décadas encoberto se deu mais ou menos assim: uma inscrição no último dia do prazo para um programa de intercâmbio em 2017, que terminei aprovada e com o desejo de estudar feminismo e gênero; uma professora atenciosa chamada Cristiane Costa que fica sabendo dos meus estudos no exterior e sugere meu nome para uma bolsa FAPERJ de iniciação científica com Heloisa Buarque de Hollanda¹, quem estava começando a reconstituir a memória da segunda onda do feminismo no Brasil; uma entrevista, já no grupo de pesquisa, com Comba Marques Porto, liderança do movimento, que menciona ter doado os documentos que guardou durante anos para o Arquivo Nacional; uma tentativa frustrada de encontrá-los disponíveis na plataforma online (Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN); um simples clique em um dos resultados da busca que me levou a descoberta dos rastros da vigilância realizada pelo Serviço Nacional de Inteligência (SNI) sobre o movimento feminista.

E, é claro, meu lugar não existiria sem o apoio da professora e historiadora Marialva

¹ Em 2023, Heloísa tomou posse como nova imortal da Academia Brasileira de Letras e anunciou que passaria a usar o sobrenome materno, Teixeira, no lugar do Buarque de Hollanda. Neste trabalho, que começou a ser elaborado em 2021, utilizaremos o nome Heloísa Buarque de Hollanda.

Carlos Barbosa, quem orientou meu Trabalho de Conclusão de Curso em 2021 e tornou verdadeiramente possível que eu estudasse e falasse sobre este material, agora no mestrado em Comunicação e Cultura, também sob sua orientação. Mais do que orientadora, Marialva é outra protagonista mulher da minha trajetória irremediavelmente culpada por encorajar que meu *ser* no mundo seja inteira e completamente à minha maneira. Mesmo que isso signifique estar no caminho contrário do que se espera, muitas vezes, de uma postura acadêmica. Agradeço e dedico cada uma das palavras a seguir a ela. Sem o apoio, carinho e puxões de orelha, provavelmente os contornos do meu futuro, agora presente, seriam outros. E a felicidade que eu posso experimentar por este agora é inenarrável e impossível de agradecer à altura.

Mas deste agora, não poderia deixar de citar algumas pessoas que me acompanharam, cuidaram, ajudaram e me fizeram permanecer em vida para chegar até aqui: Bárbara, Beatriz, Bianca, Rafael, Hygor, Brana, Vitor e Renata. Meus amores de outras vidas, nestas e nas próximas.

À minha estrela-mãe, obrigada pela poeira sideral que me faz brilhar. E agradeço à minha irmã, Gabriela, por ser bússola que orienta quando o céu se anuvia e a luz parece não existir mais.

Obrigada ao acaso e às coincidências que muitos chamam de destino por me permitirem encontrar novos caminhos, trilhar novas histórias, enxergar com outros olhos. Que o tempo nunca deixe de ser gentil comigo em me levar aos lugares mais extraordinários, que, de uma forma ou de outra, sempre acabam sendo exatamente onde eu precisava estar.

A harmonia secreta da desarmonia: quero não o que está feito mas o que tortuosamente ainda se faz. Minhas desequilibradas palavras são o luxo de meu silêncio. Escrevo por acrobáticas e aéreas piruetas - escrevo por profundamente querer falar. Embora escrever só esteja me dando a grande medida do silêncio.

(Clarice Lispector, em *Água Viva*)

RIBEIRO, Giulia Alves. **Rastros e Rostos da segunda onda do feminismo no Brasil (1975-1988)**. Orientadora: Marialva Carlos Barbosa. Rio de Janeiro: PPGCOM/ECO/UFRJ, 2024. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

RESUMO

Esta pesquisa emerge da reflexão explicitada pela relação história e comunicação. O objetivo principal é analisar os processos discursivos fabricados pela ditadura-civil militar no Brasil (1964-1985) enquanto estruturas produtoras de apagamento e silenciamento da memória feminista durante o que hoje é denominado a segunda onda do feminismo (1975-1988). Para isso, na primeira parte do trabalho, Rastros, exploramos um *corpus* documental de 464 arquivos digitais do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão de espionagem do governo, disponíveis no Arquivo Nacional, a respeito do Centro da Mulher Brasileira (CMB) e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), acessados por meio de consulta *online* ao Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Destes, 84 foram selecionados em função da criação de três categorias principais de análise: os tipos de vigilância evidenciados na documentação, as qualificações impostas às organizações e as formas de caracterização das mulheres integrantes dessas instituições. Neste sentido, os arquivos que não foram percebidos como produtores destes sentidos foram desconsiderados, assim como documentações repetidas, resultando 84 itens. Este *corpus*, que se apresenta como um rastro de uma história silenciada, é examinado segundo a relação entre memória e esquecimento, reflexões sobre o arquivo e seus desdobramentos conceituais. Já na segunda parte, Rostos, construímos um mosaico desta onda a partir das vozes de lideranças feministas da época, evocando a potencialidade das narrativas de memória enquanto instrumento para fazer emergir rastros outros de restos, que permitem a reconstituição de vidas. Como parte da metodologia inovadora adotada, realizamos dois movimentos a partir de entrevistas: o primeiro é composto por relatos construídos em momento prévio à descoberta da documentação do SNI; já no segundo movimento, realizamos três entrevistas com lideranças do CMB e do CNDM, apresentando os arquivos aqui explorados a elas. Os rostos, diante dos restos da repressão, revelam trabalhos infinitos da memória e sua produção e reconfiguração a partir das localizações das lembranças no presente.

Palavras-chave: Feminismo; ditadura; memória; história; comunicação; esquecimento; segunda onda; Arquivo Nacional.

RIBEIRO, Giulia Alves. **Traces and Faces of Brazil's second wave feminism**. Academic advisor: Marialva Carlos Barbosa. Rio de Janeiro: PPGCOM/ECO/UFRJ, 2024. Dissertation (Master's in Communication and Culture). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

ABSTRACT

This research emerges from the reflection on the relationship between history and communication. The main objective is to analyze the discursive processes fabricated by the civil-military dictatorship in Brazil (1964-1985), as structures that produced erasure and silencing of feminist memory during what is now referred to as the second wave of feminism (1975-1988). To achieve this, in the first part of the work, “Rastros” (“Traces”), we explore a *corpus* of 464 digital files from the National Intelligence Service (SNI), the government's espionage agency, available in the National Archive. These files concern the Brazilian Women's Center (CMB) and the National Council for Women's Rights (CNDM), and were accessed through online consultation within the National Archive Information System (SIAN). Out of these, 84 documents were selected based on three main categories we created for analysis: the types of surveillance evidenced in the documentation, the qualifications imposed on the organizations, and the ways in which women members are characterized. Documents that did not fit into these categories, as well as duplicated materials, were disregarded, leading to a final selection of 84 items. This *corpus*, which presents itself as a trace of a silenced history, is examined in light of the relationship between memory and forgetting, reflections on the archive, and its conceptual ramifications. In the second part, “Rostos” (“Faces”), we build a mosaic of this wave from the voices of feminist leaders of the time, evoking the potential of memory narratives as instruments to bring forth other traces of remnants, which allow for the reconstruction of lives in a silenced history. As part of the innovative adopted methodology, we carried out two movements through interviews. The first set of interviews consists of accounts constructed prior to the discovery of SNI's documentation, while in the second movement we conducted three interviews with CMB and CNDM leaders, presenting them with the files explored in this study. These “faces”, against the backdrop of the remnants of repression, reveal the endless working of memory and its production and reconfiguration based on the placing of memories in the present.

Key-words: Feminism; dictatorship; memory; history; communication; forgetfulness; second wave; National Archive.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	60-65
Tipos de Vigilância do Centro da Mulher Brasileira	
Tabela 2	68-72
Tipos de Vigilância do Conselho Nacional de Direitos da Mulher	
Tabela 3	74
Resumo das ocorrências da qualificação que caracteriza o Centro da Mulher Brasileira como “organização de frente” do PCB	
Tabela 4	77-85
Qualificações que associam o Centro da Mulher Brasileira a instituições ou a ações consideradas antagônicas à ditadura	
Tabela 5	87-88
Qualificações que denotam infiltração no CMB	
Tabela 6	90-91
O Centro da Mulher Brasileira como categoria subversiva	
Tabela 7	94-95
Qualificações que denotam infiltração no CNDM	
Tabela 8	97-101
Qualificações que associam o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher a instituições ou a ações consideradas antagônicas à ditadura	
Tabela 9	103-106
Qualificações ao CMB e ao CNDM da ordem da defesa da “moral” e “dos bons costumes”	
Tabela 10	108-112
Dados pessoais de 35 das 46 mulheres identificadas na documentação	
Tabela 11	114-116
Organizações e movimentos aos quais as mulheres do CMB e do CNDM foram associadas	
Tabela 12	117-118
Declarações das mulheres do CMB e do CNDM qualificadas pelo SNI	
Tabela 13	119-124
As ações das mulheres do CMB e CNDM, segundo o SNI	
Tabela 14	125
Prisões e indiciamentos das mulheres do CMB e do CNDM	

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	26
Carimbo do Ministério do Exército. Fonte: Arquivo Nacional.	
Figura 2	26
Carimbo de confidencial. Fonte: Arquivo Nacional.	
Figura 3	27
Carimbo de exigência de sigilo. Na imagem se lê: "Toda pessoa que tome conhecimento deste documento fica responsável pela manutenção de seu sigilo." Fonte: Arquivo Nacional.	
Figura 1	28
Página 2 da Informação Nº 034/11678/ARJ/SNI. Fonte: Arquivo Nacional.	
Figura 2	29
Página 2 da Informação Nº 1847/S-102-A9-CIE. Fonte: Arquivo Nacional.	
Figura 3	30
Página 2 da Informação Nº 0245/CISA-RJ. Fonte: Arquivo Nacional.	
Figura 7	187
Foto colorida de Maria José Lima, Zezé, em 1977. Fonte: Cunto, 2018.	
Figura 8	188
Na imagem, da esquerda para a direita: Heloisa Buarque de Hollanda, Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy, em 2022. Fonte: Ana Branco/Jornal O Globo, 31 jul. 2022.	
Figura 9	189
Passeata realizada no Rio de Janeiro, em 1989. Da esquerda para a direita, Maria do Espírito Santo Tavares (Santinha), Branca Moreira Alves e Rosangela Celem. Fonte: Claudia Ferreira/Jornal Estado de Minas, 2022.	
Figura 10	190
Passeata de 8 de março de 1983, no Rio de Janeiro. Na esquerda, Branca Moreira Alves (vestida de freira) e Celia Resende (fantasiada de prostituta), com o cartaz "As duas faces da mulher". Ao lado direito delas, Jacqueline Pitanguy. Na direita da fotografia, Comba Marques Porto, usando um avental branco com dizeres escritos, e Leila Linhares Barsted. Fonte: Jornal do Brasil, 1983.	
Figura 11	191
Página 4 do arquivo "Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – Denúncias de Irregularidades". Fonte: Arquivo Nacional.	
Figura 12	192
Encontro do CNDM em Bertioga – SP. Fotografia anexa à página 6 do arquivo "Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – Denúncias de Irregularidades". Fonte: Arquivo Nacional.	

SUMÁRIO

1. Introdução.....	13
PARTE I: RASTROS.....	21
2. De restos a rastros.....	23
2.1. Rastros.....	25
2.2. Restos e outros aportes conceituais.....	32
3. Tipologia de restos: vigilância em presença e vigilância documental.....	49
3.1. Arquivo Nacional: memória de “como tudo começou”.....	50
3.2. O Serviço Nacional de Informações.....	54
3.3. Mulheres em ação.....	56
3.3.1. Tipos de vigilância.....	57
3.3.2. Qualificações do CMB e do CNDM.....	73
3.4. Indo na direção dos rostos: mulheres do CMB e do CNDM nos arquivos do SNI.....	107
PARTE II: ROSTOS.....	131
4. Encontros com os rostos.....	133
4.1. Primeiro movimento: restos diante de rostos.....	135
4.2. Segundo movimento: rostos diante dos restos.....	143
4.2.1. Branca e Jacqueline: vozes em uníssono.....	143
4.2.2. Maria José de Lima, simplesmente Zezé.....	150
4.3. Costuras finais: trabalhos, esquecimentos, pedaços em gestos reinterpretaivos.....	155
5. Considerações Finais.....	159
6. Referências Bibliográficas.....	163
7. Apêndice.....	170
8. Anexos.....	187

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca resgatar um período, ainda pouco estudado pela história do feminismo, procurando a articulação sensível entre memórias e documentos inéditos que denunciam a repressão da ditadura civil-militar ao movimento feminista durante o período compreendido como segunda onda do feminismo no Brasil (1975-1985).

O principal objetivo será analisar a relação singular do movimento feminista e suas narrativas fundadoras com a documentação que revela o engenhoso silenciamento repressivo experimentado pelas feministas, de modo a realizar um processo de reconstrução da memória do movimento no Brasil. No ato de recuperar esta memória historicamente negligenciada, está intrínseca a potencialidade de ecoar novas vozes, até então esquecidas e silenciadas.

Neste afã, trabalharei com os documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão de espionagem da ditadura civil-militar, que monitorava as atividades das organizações feministas, entre os anos de 1975 a 1988². Este estudo será feito em diálogo com as narrativas fundadoras da segunda onda do feminismo no Brasil, cujos testemunhos são fruto de pesquisa arquivística e, também, de entrevistas que compõem um acervo de história oral desenvolvido durante minha pesquisa de iniciação científica com Heloisa Buarque de Hollanda, em 2018 e 2019.

Esta análise busca, portanto, impulsionar as vozes da segunda onda feminista, suas expressões e ativismo, o que se revela como importante força interpelativa de paradigmas do século XX. Nesse contexto, também se estabelece uma ponte com a contemporaneidade que contribui para o debate político em torno da pujança feminista, da histórica repressão do Estado e das estratégias de controle utilizadas por tendências conservadoras.

A utilização da expressão "onda" para consolidar as tendências observadas ao longo dos anos no movimento feminista surge pela primeira vez em um artigo por Martha Weinman Lear, jornalista e militante, em 10 de março de 1968, intitulado "The Second Feminist Wave", ou "a segunda onda feminista", em tradução livre, publicado no suplemento *The New York Times Magazine* (TRIZOLI, 2018).

² Criado pela Lei N. 4.341 de 13 de junho de 1964, o Serviço Nacional de Informação (SNI) tornou-se o principal órgão de espionagem durante o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Sobre o tema cf., entre outros, FICO, Carlos, 2001.

Muitos trabalhos³ que se debruçam sobre a temática feminista utilizam, com frequência, a divisão das demandas ao longo dos anos em "fases", ou melhor, "ondas". Nesta lógica, a maior parte da literatura feminista trata do movimento dividindo-o em três ondas, sendo a primeira do século XIX até o início do XX, a segunda de 1960 até 1980 e a terceira iniciada em meados de 1990.

Faço a opção por seguir com a categorização de "ondas" para tratar deste período a partir de uma leitura poética apaixonada. É oportuno compreender as movimentações feministas a partir da aproximação com a metáfora de onda. Uma espécie de força arrebatadora da natureza, incontrolável e imprevisível, que ganha vigor recuando nas margens para retornar outra vez em um leva e traz de perturbações à calmaria da praia.

O movimento das marés é cíclico, um *fluxo* que *influencia* todas as dimensões da vida. Mas as águas nunca se constituem exatamente da mesma forma, já dizia Heráclito. E tampouco devemos pensar que a onda feminista seria de alguma maneira uniforme ou homogênea: os oceanos nunca são.

É necessário reconhecer, portanto, que o que compreendemos como onda não representa uma concepção cronológica regular da história feminista, seguindo um ponto de vista diacrônico. Além disso, as tendências que se tornaram representativas destes períodos estiveram também frequentemente associadas à prevalência de corpos brancos, heteronormativos e de classes sociais elevadas. Ainda que a figura da onda tenha um propósito fundamentalmente metafórico nesta construção, não podemos deixar de complexificar os sentidos em que a apropriação deste termo pode promover a reiteração da exclusão de vivências marginalizadas.

Do intervalo que reconhecemos como primeira onda (séc. XIX), em que observamos o protagonismo do sufrágio feminino, temos a figura de Bertha Lutz no Brasil. Ela foi o grande expoente do movimento sufragista no país durante a década de 1920 e organizou a maior campanha já feita por direitos políticos das mulheres brasileiras. Outras inflexões que não podem deixar de ser citadas são as aproximações entre as reivindicações feministas e a defesa pelos direitos trabalhistas das mulheres, o acesso à educação, a discussão sobre as leis matrimoniais vigentes e restrições sexuais, bem como causas pacifistas, antiescravistas, socialistas e anarquistas (ZIRBEL, 2021).

³ Para citar apenas algumas produções brasileiras que se apropriam desta categoria: Zirbel (2021); Ribeiro, Nogueira e Magalhães (2021); Gomes e Sorj (2014); Pinto (2010); Hollanda (2018); Cunto (2018); Alves e Pitanguy (2022).

As transformações geradas pela Segunda Guerra Mundial abalaram a posição designada às mulheres na sociedade, e a tentativa em sequência de controlar outra vez o feminino gerou o que Betty Friedan (1971) diagnosticou, nos Estados Unidos, como "um mal sem nome". Falamos do início das discussões sobre direitos reprodutivos, que levantaram questões como estupro marital, violência doméstica, dupla jornada de trabalho, leis relacionadas ao divórcio. O lema que norteou essa luta no Brasil, "o pessoal é político", denunciava que a ideia de que as questões antes vistas como particulares, exclusivas de uma ou outra única mulher, na verdade se tratava de uma prática sistemática muito mais profunda - e que precisava ser combatida (PINTO, 2003).

Já na terceira onda, a partir da segunda metade da década de 1980, algumas bandeiras identitárias fortes da contemporaneidade, como transfeminismo, ecofeminismo e feminismo pós-moderno, ganham a cena. As pautas feministas se pluralizaram com o auxílio dos novos meios de informação. O acesso a diferentes livros, blogs e plataformas online de mobilização democratizou a luta e capilarizou suas demandas. As mulheres parecem conseguir ocupar mais espaços a partir dos avanços promovidos pela segunda onda, mas o tal "teto de vidro" ainda constrange uma verdadeira equidade social. E mais para algumas do que para outras: na terceira onda surge concretamente a discussão sobre interseccionalidade, que propõe a noção de que mulheres diferentes experimentam "camadas de opressão" que potencializam sua exclusão social (RIBEIRO; NOGUEIRA; MAGALHÃES, 2021).

Trabalhos mais recentes⁴ já identificam uma quarta onda, a partir de 2012, cujas principais características giram em torno da pauta do empoderamento feminino, principalmente através das ferramentas digitais. Este feminismo também tem uma expressão forte na juventude, que advoga representatividade e políticas efetivas de inclusão das minorias. Grandes campanhas nas redes sociais, como "#MeuPrimeiroAssédio" e o movimento "Me Too", escancaram a prevalência do machismo até os dias atuais. Não basta mais conquistar direitos: trata-se de união, de ter voz e usar as plataformas digitais para dar voz também a outras mulheres. Também são notáveis as mudanças na cobertura da mídia a

⁴ Em sua tese de doutorado de Tatiane Leal (2019), faz um inventário dos estudos de feminismos na comunicação, chamando também atenção para a inclusão de estudos sob o rótulo de pós-feminismo (GENZ; BARBON, 2009), agrupando uma série de reflexões que se desenvolvem a partir da década de 1980. Alerta também para a necessidade de problematizar a divisão histórica do movimento em ondas, tomada a maioria das vezes como natural. A divisão caracterizada por esquematismo, não deve ser utilizada, segundo a autora, para "cristalizar, em uma narrativa única, momentos que foram marcados por embates e rupturas em diferentes concepções de feminismo, localizadas em diferentes países e grupos de mulheres" (LEAL, 2019, p. 21). Ver também Hollanda (2018); Gomes e Sorj (2014).

respeito das demandas feministas - elas não podem mais ser ignoradas, subestimadas (HOLLANDA, 2018).

No caso brasileiro, a segunda onda coincide com a forte presença da ditadura civil militar. Diante do contexto político de repressão e censura, o feminismo enfrenta a necessidade de um recuo estratégico. Mesmo na companhia de outras forças progressistas que se opunham ao regime de opressão, como o movimento comunista e a igreja católica, determinadas demandas das mulheres eram desacreditadas, como foi o caso, por exemplo, da luta pelo direito ao aborto (CUNTO, 2018).

O movimento que reconhecemos como segunda onda tem seu marco inicial no seminário "Semana de pesquisa sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira", realizado no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em 1975, por ocasião da década da mulher, instituída pela ONU.

O divisor de águas para a onda seguinte será a promulgação da Constituição Cidadã (1988), já que a partir dela observamos transformações decisivas ao contexto da sociedade brasileira que propicia o surgimento de novas demandas por parte do movimento feminista.

Enquanto em seu primeiro estágio de consolidação o feminismo empregou um discurso intelectual que buscou o reconhecimento da figura da mulher como um sujeito, principalmente através do voto, o protagonismo da segunda onda fica com o corpo. Os direitos reprodutivos, o fim da violência sexual, o reconhecimento do estupro marital, a licença maternidade, a liberdade sexual e como cada uma delas será influenciada por questões de raça e cor são a tônica deste período.

Além disso, num momento em que o simples ato de se reunir já era perigoso⁵, essas mulheres buscaram estruturar órgãos e instituições que pudessem justificar suas "transgressões". Além do Centro da Mulher Brasileira (CMB), cuja criação em 1975 coincide com o marco inicial da segunda onda, surgem outras organizações, como o SOS Mulher, o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB), o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), o Grupo Ceres, o Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro, apenas para citar algumas. O Centro da Mulher e o Conselho Nacional de Direitos da Mulher Brasileira serão focalizado de maneira mais particular neste trabalho.

⁵ Este discurso é muito persistente nas falas das protagonistas da segunda onda que viveram estes passos iniciais. Ver PEDRO (2006).

De fato, muitas obras⁶ apontam ainda uma latente falta de memória a respeito da herança legada pela segunda onda feminista. Sobre essa questão, Margareth Rago (1996), por exemplo, assinala um persistente desconhecimento das mulheres a respeito de sua própria história e das conquistas que foram resultado dos esforços de outras mulheres que vieram antes de nós.

Em meu trabalho de conclusão do curso de jornalismo intitulado "Ecos do silêncio: vozes da segunda onda feminista" (2021), trato desta questão e de suas extensas consequências. Este desconhecimento, ainda, serve a um projeto de enfraquecimento das conquistas feministas dos últimos séculos. O que vimos, no contexto da pandemia do Covid-19, foi o aumento exponencial do desemprego⁷ de mulheres, da violência doméstica⁸, dos casos de feminicídio⁹ e a face vulnerável em que ainda persiste a condição da mulher. Isto demonstra que mesmo os avanços previamente assegurados estão em constante ameaça pela opressão patriarcal sistemática, e que o fortalecimento de nossa história é um dos caminhos necessários a ser trilhado para que possamos nos defender contra tais investidas.

Nesse sentido, proponho trabalhar as relações entre narrativa, memória (sobretudo, a partir das figuras do esquecimento) e repressão, articulando as vozes do feminismo de segunda onda no Brasil e a documentação que revela como a enorme influência do discurso oficial do Estado naquele momento pôde instrumentalizar a opressão de mulheres, o controle de seus corpos e funções sociais.

O percurso proposto por este trabalho parte da discussão do rastro (RICOEUR, 1994 e 1997) como conceito e sua relação com a materialização da consciência histórica. O primeiro capítulo articula brevemente a percepção de restos da história (BENJAMIN, 1987) como rastros de tempos desprivilegiados, silenciados. Assim, estabelecemos que o passado se dá sempre em uma dimensão narrativa (RICOEUR, 1994), e o conhecemos através das ações comunicantes dos homens que sobrevivem no tempo (BARBOSA, 2019 e 2017). É justamente porque o passado se inscreve como uma superfície essencialmente

⁶ Ver: Gomes e Sorj (2014); Hollanda (2018); Rago (1996); Pedro (2006) e Cunto (2018).

⁷ Ver "Os efeitos colaterais da pandemia sobre a vida das mulheres". **G1**, 16 set. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/os-efeitos-colaterais-da-pandemia-sobre-a-vida-das-mulheres.ghtml>>. Acesso em: 16 set. 2020.

⁸ "Pandemia faz cair índice de crimes, mas violência contra a mulher sobe, aponta relatório do MPRJ". **G1**, 21 jul. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/21/pandemia-faz-cair-indice-de-crimes-mas-sobe-o-de-violencia-contra-a-mulher-aponta-relatorio-do-mprj.ghtml>>. Acesso em: 14 set. 2020.

⁹ Em levantamento de julho de 2020 do Instituto de Economia Aplicada (Ipea), a participação das mulheres em postos de trabalho entre abril e junho de 2020 ficou em 46,3%. O resultado é o pior em 30 anos: desde 1990, a estatística não esteve abaixo de 50%. Ver Barbosa, Costa e Hecksher (2020).

comunicacional que ele pode ser transmitido no tempo presente, isto é, posto em comum (SODRÉ, 2014).

A partir disso, também abordamos nesta primeira parte a dinâmica da memória e sua capacidade de nos conectar a este passado. E quando se torna coletiva, a competência mnemônica também intui de poder a respeito de quem possui o direito de lembrar e ser lembrado. Dinâmica e complexa, a expressão da memória é importante na construção de identidades que se tornam coletivas sem perderem sua personalidade.

Seguindo esta lógica, o "outro lado" da memória, aparentemente o esquecimento, é investigado principalmente por meio do trabalho de Weinrich (2004). Esquecer não é o oposto de lembrar, mas uma imposição conceitual necessária para a experimentação do tempo em sua dimensão humana.

Deste modo, seguimos para a problematização dos rituais de memorialização, representados principalmente na ação de arquivar. O documento também não pode ser compreendido como em oposição ao particular, que é uma característica facilmente evocada na figura da memória. O arquivo será a materialização de narrativas de sujeitos e está inserido no contexto complexo de poder e sistematização das instâncias de análise anteriores.

Registrar dentro de uma cultura será também revelador de instâncias repressivas. Principalmente no caso da documentação trabalhada aqui, depreende-se uma dimensão de poder muitas vezes naturalizada pela absorção destas narrativas que, através de seus elementos discursivos, pretendem ser naturais, homogêneas e silenciadoras do dissidente.

Assim, no segundo momento da primeira parte da dissertação, a partir da criação de três grandes categorias de análise, (i. os tipos de vigilância, ii. as qualificações das organizações e iii. as caracterizações das mulheres que as integravam), exploramos um *corpus* documental de 464 arquivos digitais do SNI por meio de consulta online ao Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Esta seleção refere-se ao Centro da Mulher Brasileira (CMB), no Rio de Janeiro, e do Conselho Nacional dos Direito da Mulher (CNDM), organizações que representam justamente os marcos iniciais e finais da segunda onda feminista. Desconsiderando as documentações repetidas e aquelas que não contribuíam com as categorias de análise criadas, chegamos ao total de 84 arquivos analisados, sendo 48 registros do CMB e 36 do CNDM.

No capítulo 2, “Tipologia de restos: vigilância em presença e vigilância documental”, realizamos a análise deste *corpus* a partir das três categorias supracitadas: os tipos de vigilância revelados na documentação, as qualificações atribuídas ao CMB e ao CNDM e as

caracterizações atribuídas às mulheres integrantes das organizações.

Neste contexto, a primeira categoria de análise resulta em três principais tipos de vigilância: 1) vigilância “sem farda”, caracterizada por um trabalho ativo do SNI, espionando as ações realizadas no contexto das instituições feministas, descrevendo encontros e atividades; 2) vigilância investigativa, em que identificamos os documentos organizados segundo uma lógica que objetiva a incriminação das mulheres e das instituições pesquisadas por meio da produção de dossiês; e 3) presença da vigilância, em que tratamos dos registros periódicos elaborados pelo próprio regime, que citam e categorizam o CMB e o CNDM.

Já nas qualificações das organizações, exploramos as intencionalidades narrativas propostas nas formas de caracterizar o Centro da Mulher Brasileira e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Seja pela adjetivação enquanto instância subversiva, pela associação a movimentos considerados antagonônicos ao regime ou pela visão passiva que atribuíam às instituições na sugestão de “infiltração” da esquerda, o SNI representa e reforça uma herança discursiva que deslegitima e invalida a história da segunda onda, relegando-a ao esquecimento.

Por fim, analisamos as principais “ordens” de informações utilizadas para caracterizar as mulheres que integraram o CMB e o CNDM. De forma análoga às instituições, a produção discursiva sugere a visão do regime e da sociedade naquele tempo. Estas narrativas fazem parte da topografia na qual as performances (BUTLER, 1997) se constroem, criando ao mesmo tempo em que refletem como se dá um estar no mundo e quais destes são também desautorizados a existir pelas estruturas de poder.

Por isso, na segunda parte do trabalho, Rostos, desenhamos os contornos das feministas da segunda onda a partir de suas próprias vozes. Refletindo por meio da potencialidade dinâmica e complexa do ato de recordar, propomos uma atualização da memória coletiva deste período, revelando narrativas outras.

No primeiro movimento, resgatamos as falas das protagonistas da época a respeito das características do feminismo da segunda onda. No campo do sensível, a dimensão do afeto se opõe à repressão da ditadura. Estas falas, produzidas num contexto prévio à descoberta da documentação do SNI, privilegiam uma análise das estratégias de ação política, dos sentimentos envolvidos no olhar para este passado, da construção de uma metodologia própria, que caracteriza esta onda. Na perspectiva de que as relações entre os sujeitos são embebidas nas chamadas estratégias sensíveis (SODRÉ, 2006), os Centros eram

lugar de troca, de encontro, de solidariedade e cooperação entre mulheres. Podemos dizer que as organizações feministas da segunda onda se constituem como comunidades de afeto (PAIVA, 2012).

Já no segundo movimento, a quem temos o privilégio de atribuir a contribuição feita pelo professor Igor Sacramento durante o exame de qualificação desta dissertação, realizamos novas entrevistas à luz dos arquivos. Como *corpus* empírico privilegiado deixamos emergir a fala de três mulheres protagonistas desta história, Branca Moreira Alves, Jacqueline Pitanguy e Maria José de Lima, num diálogo entre presente e passado.

Assim, a travessia dos rastros aos rostos é intrinsecamente tecida pela memória, pelos esforços das feministas em vencer o esquecimento que se impôs a este período duplamente silenciado: uma vez pela ditadura e a segunda vez pela história. Por meio de um ensaio de entrevista em profundidade, naquilo que chamamos de entrevista comunicacional (BARBOSA, 2020), abrimos caminhos para ir em busca de "restos outros", capazes de, ao atualizar as narrativas construídas pelas personagens, revelarem, outros focos de luz na imagem da segunda onda.

O percurso deste trabalho privilegia a articulação da dimensão histórica ao seu caráter indissociável da ciência do comum (SODRÉ, 2014). Percorrendo os atos comunicacionais que sobrevivem nos arquivos como restos, encontramos um rastro de uma história até então encoberta, que quando posta em *comum* às narrativas, intuem os infinitos trabalhos da memória e a forma como estes nos constroem sujeitos.

Contudo, a fotografia destes rostos não será a descoberta de um horizonte real e verdadeiro – não existe uma visão "exatamente pura". Mesmo uma câmera aparentemente registrando um instante do tempo ainda é sempre um enquadramento, sujeito a distorções que dependem, ao mesmo tempo, de quem está por trás das lentes, das condições materiais que afetam o obturador e deste sujeito que em vão tenta eternizar na captura um flagrante.

PARTE I

RASTROS

Rastro. Substantivo masculino. Refere-se a pegadas, marcas ou vestígios deixados pela passagem de uma pessoa, animal ou objeto. Em sentido figurado, também pode significar sinais, pistas, que conduzem a alguma pessoa ou alguma coisa. A palavra tem sua origem no latim *rastrum*, que designava um instrumento utilizado na agricultura cujo formato dentado deixava traços no solo. Esta espécie de ancinho serve para remover resíduos do terreno, como folhas, feno e outros detritos, e, também, para preparar a terra para o plantio.¹⁰

Para que o solo seja fértil e capaz de gerar frutos, levantamos resquícios de outros tempos, que em si mesmos já demonstram a passagem temporal naquele espaço, e ordenamos a terra outra vez, de outro modo. Remexemos e trazemos para cima aquilo que estava longe da luz do sol, descompactando o peso do passado e dando lugar para que as raízes das novas sementes tenham onde fincar.

A comunicação, ou a ciência do comum (SODRÉ, 2014), vai em busca deste elo entre ações humanas no contemporâneo e suas permanências na história. Isto é, seus rastros, que dentro deste campo dinâmico e próprio podem ser ressignificados e redefinidos a partir de um olhar que relaciona o passado ao presente, em seus atos, sempre comunicacionais, que sobrevivem ao e no curso da vida.

O rastro estabelece uma conexão entre o tempo vivido e o tempo universal (RICOEUR, 1997). Ele desperta um impulso de segui-lo, numa tentativa de talvez encontrar o ser que passou ali outrora. Existem diferentes tipos de rastros e, enquanto alguns podem não levar a lugar nenhum, ou simplesmente se perderem no tempo, outros remontam indícios de um passado, transportado ao presente (RICOEUR, 1997).

Se esta é a primeira inflexão que se pode fazer a partir da noção de rastro e de sua importância para os estudos de comunicação – sobretudo aqueles que fazem das tramas do passado o centro reflexivo – o adensamento do conceito produz outros elos importantes para este trabalho. Utilizando fontes documentais e entrevistas, esta pesquisa vai em busca das ações e gestos de mulheres que, na década de 1970, construíram com suas ações o que no

¹⁰ RASTRO. In: MICHAELIS, Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2022. Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=rastro>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

futuro foi enquadrado como a “segunda onda do feminismo”.

Investigar, utilizando o conceito do rastro, como ferramenta metodológica e como metáfora, será, portanto, o primeiro movimento feito por esta dissertação para desenvolver a relação entre a história de silenciamento que se impôs sobre as ações das feministas durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, revelada na documentação do Serviço Nacional de Informação (SNI). A dupla “memória-esquecimento” evocada no espaço de quem conta sua própria narrativa e materializada nas entrevistas destas mulheres aparecerá somente na segunda parte do trabalho. Num primeiro momento, nesta primeira parte, o foco da análise recai sobre a documentação encontrada nos arquivos do SNI.

Para isso, a Parte I foi dividida em dois capítulos. No primeiro, denominado “De restos a rastros”, como um caleidoscópio, as tramas conceituais vão se revelando numa espécie de turbilhão. Além de trazer à luz os conceitos de rastros e restos, apresenta-se brevemente traços dos documentos do arquivo do SNI como restos/rastros, procurando articular conceitos com a base empírica. Reflexões sobre o passado, a memória e o arquivo também fazem parte deste momento inicial.

No capítulo seguinte, o objeto empírico do trabalho aparece mais bem desenhado e interpretado. O objetivo é mostrar o tipo de vigilância exercida pelo SNI em relação às mulheres que participavam do Centro da Mulher Brasileira e do Conselho Nacional de Desenvolvimento da Mulher, a partir da interpretação de centenas de documentos que culminou na seleção dos 84 itens aqui analisados. Estabelecemos uma tipologia própria e autoral para melhor perceber a maneira como eram qualificadas, vigiadas, espionadas e, portanto, como suas ações, desqualificadas naquele momento (e muitas vezes *a posteriori*, tal como se apresentam nas suas próprias memórias e no desconhecimento sobre a vigilância e as perseguições) eram vistas como efetiva atuação política. Para isso, também estabelecemos uma tipologia para as qualificações dos dois centros de aglutinação das ideias feministas, bem como para a maneira como elas aparecem qualificadas nos arquivos do SNI. Quem eram, afinal, à luz dos arquivos da repressão, as mulheres do movimento feminista? Esta questão fecha as reflexões da primeira parte do trabalho.

Capítulo 2

De restos a rastros

O ponto de partida deste trabalho foi, o que de certa maneira pode parecer paradoxal, o reconhecimento da ausência de rastros. Em 2016, a pesquisadora Heloisa Buarque de Hollanda decidiu se debruçar sobre aquilo que ela reconheceu como quarta onda¹¹ do feminismo (HOLLANDA, 2018). A proposta, que deu origem ao livro **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade** (2018), foi de abrir o espaço para que as mulheres agora protagonistas do movimento pudessem, a partir de suas próprias autorias e segundo suas próprias palavras, apresentar as inflexões políticas que as orientam – não como em um modelo de citação, mas como uma reunião de narrativas. Neste encontro de "gerações", em que Heloisa se coloca como uma feminista de terceira onda, o "susto alegre" descrito pela escritora ao se deparar com este novo feminismo se transformou em uma preocupação ao reconhecer uma "inexplicável lacuna de memória" (HOLLANDA, 2018, p. 13) da história que o antecedeu.

Como resultado desta inquietação, Heloisa iniciou um projeto de investigação voltado para este lapso, o qual integrei¹² como bolsista FAPERJ durante os anos de 2018 a 2020. A provável ausência de rastros foi a bússola que ocasionou a busca por vestígios daquilo que não conseguíamos encontrar. Uma história encoberta, de rastros apagados e transformados em restos para a história, que a partir daquele momento foram se reconstituindo em narrativas. Rastros esparsos, efêmeros, mas que contém vidas.

Retornamos a estas vidas em dezenas de entrevistas¹³ com as protagonistas da segunda onda do feminismo no Brasil. Entre relatos, percebemos que a preocupação em documentar o que foi feito era uma iniciativa quase que de responsabilidade exclusivamente pessoal. Muitas delas nos revelaram que grande parte do que fizeram e produziram foi perdido, interpelado pela deterioração do tempo e pelo desinteresse em ouvi-las, mas ainda

¹¹ A quarta onda, segundo a autora (HOLLANDA, 2018), pode ser localizada no tempo-histórico como o ativismo desenvolvido principalmente a partir de 2015. A característica fundamental deste novo tom ao movimento é o protagonismo da juventude em modelos de organização autônomos e horizontais, que negam, em sua maioria, estruturas representativas, dando ênfase às experiências pessoais como ponto de encontro de pautas coletivas, em contraposição à preocupação teórico-ideológica, que ecoam especialmente por meio das ferramentas digitais (HOLLANDA, 2018).

¹² Além de mim, Pê Moreira, Rachel de Mattos e Julia de Cunto também integraram este programa de iniciação científica e dividiram cada passo desta jornada comigo.

¹³ Estas entrevistas foram realizadas de forma presencial entre os anos de 2017 e 2019.

assim elas partilharam conosco o que restava de seus acervos pessoais de registros daquela época.

Segundo Angela Maria de Castro Gomes (2004), a vontade por narrar-se surge do esforço em "construir para si mesmo uma identidade dotada de continuidade e estabilidade através do tempo." (GOMES, 2004, p. 17). Nesta dinâmica, o arquivo pessoal é o espaço físico capaz de reunir as evidências, tecendo a memorialização e o testemunho das próprias vidas dos indivíduos (MCKEMMISH, 1996 *apud* CARVALHO, 2018, p. 36), em atos no presente sobre o passado, voltados ao futuro.

A produção autobiográfica¹⁴ é altamente subjetiva, íntima. Assim,

Os registros de memória dos indivíduos modernos são, de forma geral e por definição, subjetivos, fragmentados e ordinários como suas vidas. Seu valor, especialmente como documento histórico, é identificado justamente nessas características, e também em uma qualidade decorrente de uma nova concepção de verdade, própria às sociedades individualistas. [...] Uma sociedade em cuja cultura importa aos indivíduos sobreviver na memória dos outros, pois a vida individual tem valor e autonomia em relação ao todo. (GOMES, 2004, p. 13).

Com isso, emerge também a necessidade de uma observação crítica da fonte. O arquivo pessoal revela o caráter subjetivo na análise de fontes, uma vez que se torna evidente o papel do sujeito tanto como personagem dos registros, quanto como autor de um sistema organizacional que obedece a intenções particulares. Mas isto não significa dizer que o arquivo público está em oposição a essa característica – afinal este também é produzido por pessoas.

A relevância da análise se concentra no "sentido do real pelo vivido" (GOMES, 2004, p. 15), pela possibilidade de encontrar, nos registros, detalhes e assuntos por meio da expressão subjetiva que a capacidade altamente intimista do arquivo pessoal mobiliza (GOMES, 2004, p. 15).

O estudo das narrativas autobiográficas das feministas da segunda onda no Brasil deu origem ao meu trabalho de conclusão de curso em Jornalismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), intitulado **Ecos do silêncio: vozes da segunda onda do feminismo no Brasil** (2021). Durante a pesquisa, uma de entrevistadas, Comba Marques Porto, então subsecretária de Políticas para Mulheres do município do Rio de Janeiro, informou ter doado

¹⁴ Ainda que a questão do autobiográfico não faça parte das reflexões deste trabalho, achamos importante transcrever a citação, sobretudo, em função da reafirmação destas expressões verbais do entrevistado, a partir de uma memória sempre reelaborada no presente, como documento histórico, apesar de serem “fragmentados e ordinários como suas vidas”, tal como enfatiza Gomes (2004, p. 13).

seu acervo pessoal ao Arquivo Nacional. Da exploração que sucedeu esta informação, deparei-me pela primeira vez com o material que motivou a pesquisa desta dissertação. Ao realizar uma busca na plataforma digital (SIAN) esperando encontrar o fundo de Comba, talvez por inconsistência de termos ou por obra do destino, ao invés disso, a ferramenta retornou centenas de páginas do monitoramento realizado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão de espionagem da ditadura criado em 1964.

O encantamento com algo inédito até para as feministas que viveram aquele período foi imediato. A percepção da aparente ausência permitiu a descoberta de rastros que estiveram ali todo esse tempo, mas foram ignorados. Neste sentido, a aparente falta de restos do passado se configura como um rastro, em si mesmo.

2.1. Rastros

Paul Ricoeur (1997), no volume 3 de sua obra **Tempo e Narrativa**, caracteriza o rastro como um efeito-signo. Efeito porque o rastro introduz uma relação de causa e efeito entre "a coisa marcante e a coisa marcada" (RICOEUR, 1997, p. 202). E signo porque o rastro estabelece uma relação de significância, "melhor discernível na ideia de vestígio de uma passagem" (RICOEUR, 1997, p. 202).

Dessa maneira, ele se torna instrumento indispensável na (re)construção de narrativas históricas. E porque o rastro intui uma dimensão elementar de materialidade, parece ser capaz de representar o passado, isto é, a coisa ou ação que deixou o tal vestígio. Contudo, Paul Ricoeur (1997) estabelece que se

Por um lado, o rastro é visível aqui e agora, como vestígio como marca. Por outro lado, há rastro porque *antes* um homem, um animal passou por aí; uma coisa agiu. No próprio uso da língua, o vestígio, a marca *indicam* o passado da passagem, a anterioridade do arranhão, do entalhe, sem *mostrar*, sem fazer aparecer *aquilo que passou por ali*. (RICOEUR, 1997, p. 200, grifos do autor).

Nesse sentido, a documentação do SNI é especialmente sedutora ao impulso de revelar a pretensa verdade do passado. Em primeiro lugar, pelo contexto de produção ser o de uma agência do governo com premissa de autoridade. Apesar de não estarem assinadas por sujeitos identificados, as páginas estão indissociavelmente concebidas na autoria de um influente personagem: o Exército, que marca a quase totalidade dos registros com o timbre do Ministério, conforme podemos observar na **figura 1**.



Figura 1: carimbo do Ministério do Exército. Fonte: página.2, Informação Nº 1847/S-102-A9-CIE, (catalogação do Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76099819_d0001de0001)

Uma sequência abundante de outros carimbos/informações vão produzindo espécies de camadas de autoridade nos documentos e, ao mesmo tempo, categorizando-os. A informação de que o um documento é “confidencial” (**figura 2**) acrescenta à autoridade daquele que o classificou o desejo de ficar perto de algo que era proibido. As exigências de sigilo (**figura 3**), somadas a carimbos de "confidencial" (**figura 2**) em muitos dos documentos encontrados no fundo SNI, produz outra qualificação suplementar: poucos podiam, no passado, ter acesso a eles, e mesmo aqueles a quem fosse outorgado o privilégio, deveriam assumir manter silêncio sobre o que tiveram acesso (**figura 3**). Assim, mesmo as características físicas do material também resultam em uma sensação de verdade, provocada principalmente pelo uso da instituição de poder.

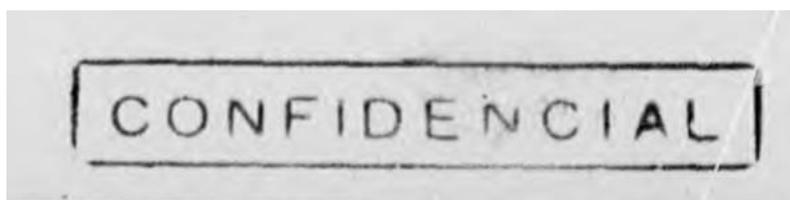


Figura 2: carimbo de Confidencial. Fonte: página. 2, Informação Nº 034/11678/ARJ/SNI (catalogação do Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78110988_d0001de0001)

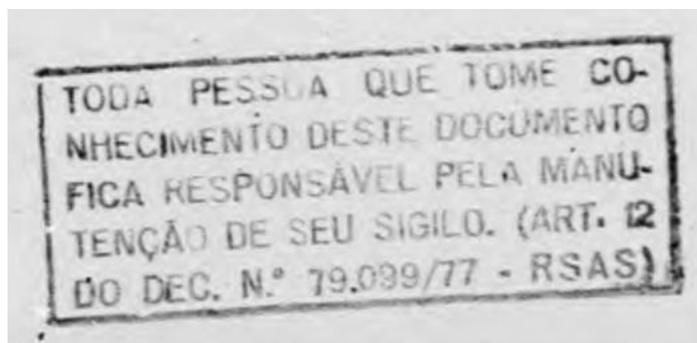


Figura 3: carimbo de exigência de Sigilo. Na imagem se lê: "Toda pessoa que tome conhecimento deste documento fica responsável pela manutenção de seu sigilo. (Art. 12 do Dec. N.º 79.099/77 - RSAS)". Fonte: página 2, Informação N.º 034/11678/ARJ/SNI (catalogação do Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78110988_d0001de0001).

Além disso, a estruturação do texto obedece a uma lógica de reportar fatos que se utiliza de descrições condicionadas em datas, horas, locais, caracterização de pessoas citadas, reunião de documentos de outras agências do governo para embasamento, anexos de jornais, revistas, cartas e telegramas interceptados pela espionagem e, até mesmo, o uso de aspas para sinalizar falas dos sujeitos monitorados. Essas ferramentas foram sistematizadas na criação do documento como argumentos que pudessem transformar a narrativa conduzida pelo SNI em verdade (**figuras 4, 5 e 6**),

CONFIDENCIAL


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

INFORMAÇÃO N.º 034/11678 /ARJ/SNI
()


110988

S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL
008356 25.4.78
PROTOCOLO

DATA : 24 de abril.

ASSUNTO : "CENTRO DA MULHER BRASILEIRA".

REFERENCIA: ENC. N.º 102/78, de 03 Abr, CISA/RJ.

DIFUSÃO : CISA/RJ. - AC/SNI.

Em atenção ao ENCAMINHAMENTO da referência, esta ARJ informa:

- BRANCA DE MELO FRANCO ALVES, nascida a 19 Jul 1911.
- Mãe do Dep. MARCIO MOREIRA ALVES.
- Representante do Laicado do Brasil junto ao Vaticano - 1972.
- Declarou que D. HÉLDER CÂMARA é o profeta do século XX-1968.
- BERENICE FIALHO MOREIRA - filha de CLOVIS MACHADO MOREIRA e de ROSA DA SILVA FIALHO MOREIRA, nascida a 03 Mai 46.
- Como estudante participou de movimento subversivo - 1967.
- Figura em relação de elementos integrantes ou ligados ao "MOLINA" - 1967.
- No dia 18 Out 67 o Reitor da UFRJ, Prof. MUNIZ DE ARAGÃO, foi agredido a socos e ponta pés, no Instituto de Psicologia, pelo estudante esquerdista PAULO RUBENS DA FONSECA, Verificou-se o incidente, quando o Reitor tentava impedir que BERENICE concluísse uma palestra de doutrinação subversiva a uma turma do 1.º ano.

A epigrafada no auge da agressão ao Reitor, que contou com a participação de CARLOS AUGUSTO ZILIO e JOÃO ALBERTO LEGEY, esbofetou o Professor QUEIROZ, Diretor do Instituto.

CONFIDENCIAL

TODA PESSOA QUE TOMAR CO-
NHECIMENTO DESTA DOCUMENTAÇÃO
FICA RESPONSÁVEL PELA MANU-
TENÇÃO DE SEU SIGILO. (ART. 2
DO DEC. N.º 79.029/77 - RSAS)

Figura 4: página 2 da Informação N.º 034/11678/ARJ/SNI (catalogação do Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78110988_d0001de0001)

CONFIDENCIAL

AC/SNI *J*

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE

BRASÍLIA, DF, de 14 DEZ 1976 de 19

INFORMAÇÃO N.º 1847/S-102-A9-CIE

1. Assunto: CENTRO DA MULHER BRASILEIRA *CMB*

2. Origem: I Ex

3. Difusão: AC/SNI - DSI/MEC

4. Difusão Anterior: ARJ/SNI - DPPS/DCIE/SSP/RJ -1a DE

5. Referência: -

6. Anexo: -

AGÊNCIA CENTRAL
031175 15.12.76
PROTOCOLO

99819

1. Em 10 Nov 76, às 2030 hs, foi realizada uma reunião do CMB *Centro de Mulheres* na residência da mãe de BRANCA MARIA ALVES VIANA, na rua Paulo Cesar de Andrade nº 70/802 - Tel: 245-4512 - Edifício Bristol, Parque Guinle - LARANJEIRAS. Essa reunião teve por finalidade, apresentar os candidatos a vereador da cidade do RIO DE JANEIRO, pelo MDB, JOSÉ FREJAT e EUCLIDES MARTINS CHAGAS, aos membros do CMB e a formação de um pacto político, de apoio recíproco, entre o MDB e o CMB.

2. Participaram da reunião, JOSÉ FREJAT com esposa e uma acompanhante de nome EVA, EUCLIDES MARTINS CHAGAS, e os seguintes membros do CMB: COMBA MARQUES PORTO, MOEMA EULÁLIA TOSCANO, BRANCA MARIA ALVES VIANA (Professora da Faculdade CÂNDIDO MENDES - IPANEMA), SANTINHA, possivelmente MARIA DO ESPÍRITO SANTO TAVARES DOS SANTOS (médica), ROSE MARIE GEBARA MURARO (funcionária do MEC), FANY MOQUETA, ROSE CLAIR, LUCIA DE TAL, CLARISSE MOTA, LEILA DE ALMEIDA LINHARES BARSTED (advogada), MARIA LUIZA, NORMA DE TAL, ALCINA DE TAL, REGINA DE TAL (secretária do CMB), ANA MARIA ("ANINHA"), possivelmente ANA MARIA GONÇALVES DOS SANTOS, PAULA DE TAL e outras, não identificadas, num total de cerca de 50 (cinqüenta) mulheres.

3. A reunião teve início às 2100 horas quando JOSÉ FREJAT declarou o seguinte:

- que há uma cisão no MDB entre as linhas "chaguista" e "amaralista";
- que a "linha chaguista" é uma continuidade da ARENA, pois apoia o governo;

CONTINUA...



CONFIDENCIAL

Figura 5: página 2 da Informação N° 1847/S-102-A9-CIE (catalogação do Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76099819_d0001de0001).

Ficha 002/CISA		CONFIDENCIAL	
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA		Em 28 ABR 1978	
1 - ASSUNTO	"ENCONTRO DA MULHER QUE TRABALHA" - PCB		
2 - ORIGEM	CISA-RJ		
3 - DIFUSÃO	AC/SNI-CIE-CENIMAR-ARJ/SNI		
4 - DIFUSÃO ANTERIOR	+ + + + + + +		
			
NUMERAÇÃO			
M Aer	P N I	INFORMAÇÃO Nº 0245/CISA-RJ	
<p>1 - Realizar-se-á, no Rio, em local ainda ignorado, patrocinado pelo "Centro da Mulher Brasileira", a partir de 06 Mai 78, o "Encontro da Mulher que Trabalha".</p> <p>2 - Esse "Encontro" vem sendo coordenado pelo PCB através das ativas militantes <u>COMBA MARQUES PORTO</u>, <u>MARIA TERESA LOPES TEIXEIRA</u>, <u>MARIA LUCIA TEIXEIRA VIANA</u> e <u>TERESINHA DE JESUS GUIMARÃES</u> (esta funcionária do BNDE, Rio).</p> <p>3 - Essa atividade, fora de dúvida, insere-se dentro das diretrizes do PCB, difundidas através do artigo "O I CONGRESSO DAS METALÚRGICAS", de autoria de <u>ZULEIKA ALLAMBERT</u>, militante do Comitê Central, publicado na "VOZ OPERÁRIA" nº142, de Fev 78, do qual transcrevemos o seguinte trecho:</p> <p style="padding-left: 40px;"><i>"Nesse sentido, devem (os comunistas) concentrar (em negrito, no original) seus esforços nessa direção, estimulando e participando de novas iniciativas semelhantes ao I Congresso da Mulher Metalúrgica. Devem tirar desses encontros todas as lições e ensinamentos; generalizar e divulgar suas experiências junto aos demais setores femininos de nossa população, atualmente empenhados numa luta unitária em prol da igualdade de direitos da mulher no trabalho, na família e na sociedade em geral, como parte integrante da luta pela Democracia (...)"</i></p> <p style="text-align: center;">////////////////////////////////////</p>			
		CONFIDENCIAL	

111361

Figura 6: página 2 da Informação Nº 0245/CISA-RJ (catalogação do Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78111361_d0001de0001).

Portanto, o contexto de produção não pode ser desvinculado da análise dos rastros. O monitoramento realizado pelo órgão de espionagem do governo tinha por objetivo principal enquadrar ações como subversivas ao regime. Datilografada, entre marcas oficiais e intenções de autoridade, era, antes de tudo, uma narrativa.

Ao refletir sobre a complexa questão do arquivo, Arlete Farge (2009) enfatiza o poder daqueles que não só juntam os documentos naquilo que depois passa a ser conhecido como “Fundos Setoriais”, no caso dos arquivos brasileiros, transformando pessoas, palavras ditas aqui e ali, em emissões que foram capazes de produzir gestos de punição para quem as proferiu.

O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará de história. O arquivo não escreve páginas de história. Descreve com as palavras do dia a dia, e no mesmo tom, o irrisório e o trágico, onde o importante para a administração é saber quem são os responsáveis e como puni-los. (Farge, 2009, p. 14)

Nesse sentido, uma simples reunião, como no caso da descrição do “Encontro da Mulher que trabalha” (Figura 6) servia para identificar as “transgressoras”, as “responsáveis”, “lideranças”, todas envolvidas com uma atividade que se inseria “dentro das diretrizes do PCB” e, portanto, “subversiva”. Elas eram, conseqüentemente, enquadradas como “responsáveis”, e cabia aos órgãos repressores produzirem em profusão provas para saírem da espreita e, de fato, puni-las.

Outro ponto tentador à sensação de realidade é a própria localização destes rastros: o Arquivo Nacional. O material desta pesquisa não se trata de vestígios encontrados em cavernas obscuras ou diários apaixonados, em instâncias facilmente questionáveis pela pulverização da credibilidade. Estes documentos estão organizados, sistematizados, e foram digitalizados pela instituição responsável pela preservação de informações consideradas de importância fundamental para a história.

Se no termo *Arkhe*, como enfatizou Derrida, encontramos simultaneamente a noção de origem como de comando (2001, p. 11), é porque no arquivo se encontra aquilo que legitima o poder: tanto positiva quanto negativamente. O poder depende de seus arquivos. Ele necessita, portanto, de dominar e controlar as informações aí contidas. Todo sistema de arquivo implica três movimentos básicos: a seleção, a conservação (em mais de um sentido deste termo) e o acesso às suas informações (ASSMANN, 1999, p. 344). (SELIGMANN-SILVA, 2009, p. 275, grifo do autor)

Aleida Assmann (1999 *apud* SELIGMANN-SILVA, 2009) destacou: o arquivo é ao mesmo tempo uma espécie de memória recente da burocracia e um testemunho do passado. Burocracia da morte que se transforma em arquivo (SELIGMANN-SILVA, 2009, p. 275).

Intrínseca à noção de rastro está, ao mesmo tempo, a impressão de apreender o que abandonou os vestígios e a impossibilidade de evocá-lo como presente. O encantamento com o descobrimento de fragmentos da história precisa ser intermediado pela cautela, pois ao mesmo tempo em que

[...] o rastro convida a segui-lo, a voltar, por meio dele, se possível, até o homem e até o animal que passaram por ali; o rastro pode ser perdido; pode ele próprio perder-se, levar a lugar nenhum; pode também apagar-se: pois o rastro é frágil e exige ser conservado intacto, senão, a passagem realmente ocorreu, mas simplesmente ficou no passado; podemos saber por outros indícios que homens e animais existiram em algum lugar: eles permanecerão para sempre desconhecidos se nenhum rastro levar a eles. Assim o rastro indica *aqui*, portanto no espaço, e *agora*, portanto no presente, a passagem passada dos vivos; ele orienta a caça, a busca, a investigação, a pesquisa. (RICOEUR, 1997, p. 201)

Inerente ao tempo presente, o rastro *representa* o passado para quem o observa. Essa característica faz com que, ao se tornar objeto de pesquisa, os rastros expressem um potencial quase inesgotável de encadeamentos a partir do olhar lançado sobre eles (RICOEUR, 1997). É possível, e, mais do que isso, é provável, que um mesmo rastro seja capaz de evocar múltiplas representações – basta reorientar as perguntas.

Enfim, o rastro, visível para todos, ainda que só seja finalmente decifrável para alguns, projeta a nossa preocupação, cujas principais ilustrações são a caça, a busca e a investigação, no tempo *público* que torna comensuráveis todas as durações privadas. (RICOEUR, 1997, p. 207)

Se o rastro, ao se tornar visível, continua sendo decifrável para alguns, o resto, ao contrário, não possui nele mesmo a possibilidade de interpretação: como resto, é da ordem do descartável. Mas, tal como os rastros, podem expor uma ideia presumida de passado. Restos do passado, podem vir a ser rastros. E podem, sobretudo, evocar o Outro passível do eterno anonimato.

2.2. Restos e outros aportes conceituais

De uma pergunta de cálculo matemático simples "quanto é quatro dividido por dois?" sucede a resposta "dois", que nada mais será do que um "rastro" produto do procedimento matemático passado. Mudando ligeiramente a pergunta para "quanto é cinco dividido por

dois?", pode-se obter o resultado "dois, resta um". Esta operação desigual produz um resto, que na falta de elementos que o esclareçam não conseguirá ser convertido de volta ao exercício aritmético que o gerou.

Diferentemente do rastro, que intui na palavra a movimentação em busca daquilo que o deixou, o resto já parece ser, conceitualmente, incapaz de alcançar este feito. Restos são descartes, um produto deixado para trás pela impossibilidade de exatidão no resultado. Por outro lado, ao mesmo tempo que a categoria de resto remete aquilo que sobra, como destroço ou fragmento, ela também pode simbolizar o que extrapola um todo, aquilo que transborda.

Walter Benjamin (2019), em sua teoria, dá protagonismo aos restos. A história dos vencedores pressupõe também a "escravidão anônima de seus contemporâneos" (BENJAMIN, 2019, p. 13). Relegados à condição de restos, o autor defende que o trabalho do historiador reside na história dos vencidos, operando como um catador de trapos, de restos, que se tornam capazes de descortinar pressupostos ao fazerem emergir vozes silenciadas pela narrativa de evolução naturalizada (BENJAMIN, 2019).

É somente quando o desdobramento histórico desliza entre os dedos do historiador, tal como um fio liso, que podemos falar de "progresso". Mas, trata-se de uma corda muito desfiada e desatada em mil mechas, que prende assim tranças desfeitas. Nenhuma dessas mechas tem lugar determinado, antes de serem recuperadas e entrançadas num penteado. (BENJAMIN, 1991, p. 348 349 *apud* ROBIN, 2016, p. 38).

O resto, compreendido aqui como a produção desprivilegiada na perspectiva histórica tradicional, configura-se como um desafio às proposições hegemônicas. Ele exterioriza o "Outro", construído discursivamente no jogo que, ao tentar encobri-lo, tem o potencial de denúncia ao olhar que se volta ao não-dito.

A segunda onda do feminismo neste trabalho emerge, então, do direcionamento aos restos – censurados em seu tempo e pelo tempo, desconsiderados politicamente e indiscutivelmente silenciados. Este mosaico de restos constitui um quebra-cabeça, que revela uma história, com começo, meio e fim.

E porque os conceitos de restos e rastros ainda serão, por obviedade, palavras, que dão materialidade na medida em que são usadas, produzindo discursos, são as narrativas que construímos a partir deles as responsáveis por transformar vestígios em restos ou em rastros. Disso se dá que a história será, em primeiro lugar, uma ordenação de palavras, que pode ser, e será, constantemente reelaborada. Essa consideração revela algumas características importantes do fazer histórico e sua relação com os movimentos de memória.

Não temos a pretensão de neste capítulo abordar com densidade as complexas questões teóricas que se impõem, tal como as noções de restos e rastros que revisitamos brevemente, bem como a percepção temporal a partir da noção de passado, sobre a qual nos aventuraremos na sequência. Também a questão do memorável, com suas múltiplas articulações teóricas, abordadas sob os mais variados prismas nos estudos de memória¹⁵, realizados por diversas áreas de conhecimento, aparecem aqui muito mais numa dimensão de rastros conceituais, do que com o aprofundamento necessário que a questão merece. No capítulo que do ponto de vista empírico utilizaremos as falas memoráveis das personagens centrais desta dissertação – as feministas que foram alvo recorrente da repressão durante o período ditatorial brasileiro (1964-1985) – voltaremos ao conceito.

O passado e os rastros/restos.

A tentativa em responder à pergunta "do que é feito, efetivamente, o passado?" resultou em diferentes construções nas mais diversas áreas de produção humana. Da poesia à física, as soluções encontradas para a compreensão das dinâmicas da passagem da vida no universo podem ser condensadas na máxima de Albert Einstein: tempo é relativo.

Já na Grécia Antiga, as figuras mitológicas do titã Chronos e do deus Kairós revelam este caráter relacional. Enquanto o primeiro está ligado à ideia de cronologia, do tempo que pode ser medido, quantificado, o segundo representava a esfera que escapa à atividade das horas, trazendo o valor da experiência existencial humana (PEDRONI, 2014).

No primeiro volume de **Tempo e Narrativa** (1994), Paul Ricoeur se debruça sobre as **Confissões** (397-400 d.C.) de Santo Agostinho para problematizar, a partir das considerações do filósofo, a questão do tempo.

Mas é precisamente como enigma que a resolução da aporia da medição é preciosa. O achado inestimável de Santo Agostinho, reduzindo a extensão do tempo à distensão da alma, é o de ter ligado essa distensão à falha que não cessa de se insinuar no coração do tríplice presente: entre o presente do futuro, o presente do passado e o presente do presente. Assim, ele vê a *discordância* nascer e renascer da própria *concordância* entre os desígnios da expectativa, da atenção e da memória. (RICOEUR, 1994, p. 41)

¹⁵ Cf. entre outros Assman (2011); Assman, J (2006 e 2016); Connerton (1989); Erll (2014); Freindt et al. (2014); Robin (2016).

Nesta passagem, Ricoeur (1994) reconhece o caráter relacional do passado. Este ponto é fundamental para o autor estabelecer a relação do tempo com narrativa. A dimensão teórica realizada pelo autor não tem por objetivo extinguir a temporalidade ao falar da ideia de tríplice presente, mas, sim, complexificá-la (RICOEUR, 1994, p. 54).

O passado se constrói a partir da experiência humana do tempo presente. Isto é, ele não existe como instância imutável e fixa, mas, sim, a partir do olhar presentificado voltado ao passado, construindo narrativas a partir dos rastros, que funcionam como conectores históricos (BARBOSA, 2019).

Na obra **Uma teoria da história** (1993), Agnes Heller elabora um paralelo do estudo da história com o romance francês de Júlio Verne, **Os filhos do Capitão Grant** (1868). Na trama, um navio encontra trechos de uma mensagem de um naufrago dentro de uma garrafa. A partir da reorganização destes fragmentos, a embarcação parte a procura da localização do naufrágio. Nesta dinâmica, Heller (1993) aborda a importância, em primeiro lugar, da necessidade do reconhecimento de um rastro para que seja possível seguir na sua direção. Na relação estabelecida pela autora, o pedido de socorro jamais seria descoberto caso a pessoa que encontrou a garrafa não tivesse o conhecimento prévio de que uma mensagem dentro da garrafa se trata de um pedido de ajuda.

Outro ponto relevante é a interpretação do rastro: na metáfora de Heller (1993), cada remontagem dos fragmentos resulta em um novo lugar de destino para os personagens, que estão em busca do Capitão Grant. Com efeito,

A história dos filhos do Capitão Grant delinea tudo aquilo de que trata a historiografia e a filosofia da história, embora com uma diferença: quando viajamos no tempo e não no espaço, nunca encontraremos o Capitão Grant vivo. Ninguém *poderá contar-nos* aquilo que realmente aconteceu e como foi. Não há um final feliz, aliás, não há final algum, depois que *Duncan* (símbolo do presente) parte em direção do oceano do passado. (HELLER, 1993, p. 98, grifo da autora)

Pode-se dizer que a articulação narrativa como característica principal da experiência humana do tempo subverte a noção de linearidade, que intui a ideia de sucessão de fatos "escoando em direção ao presente" (RICOEUR, 1994). Cada sujeito em contato com a mensagem do naufrago terá a oportunidade de conduzir o navio a um novo destino no oceano do tempo histórico, porque as ações só podem ser narradas na medida em que são articuladas em uma estrutura discursiva – isto é, elas são essencialmente intermediadas pelo campo do simbólico (linguagem, signos, normas, regras) (RICOEUR, 1994, p. 91).

Os retalhos do tempo, ao serem (re) organizados nesta pesquisa, intuem contornos de uma imagem síntese representativa do contexto histórico que os produziu. À primeira vista, pode parecer ousado promover uma articulação da história feminista brasileira, a partir da documentação inédita que trata do controle do Estado sobre o movimento das mulheres na década de 1970, dentro do campo da comunicação. Todavia, na verdade, a escolha pela "ousadia" não poderia tornar este caminho mais natural.

Barbosa (2019) defende que "são sempre os atos comunicacionais dos homens do passado que chegam ao presente como vestígios de sua passagem no mundo" (BARBOSA, 2019, p. 4). Dessa forma, olhar para o passado sempre será, em primeiro lugar, um gesto comunicacional. Um gesto comunicacional que do passado chega até o presente, como documentos, cultura material, falas imortalizadas em dispositivos múltiplos, e que se tornam materiais para a reconstrução histórica. Mas, da nossa perspectiva, o passado tem antes de tudo um valor e uma inscrição comunicacional. Gesto que permite lançar olhares do presente em direção ao passado, em busca de significações contidas em atos/ações comunicacionais dos homens de outrora. "Assim, as ações dos homens no presente e no passado são experiências temporais narradas e reconfiguradas pelas interpretações que construímos na comunicação e na história" (BARBOSA, 2019, p. 16).

E se o passado é o tempo dominante da preocupação histórica (BARBOSA, 2019), a chave para a sua compreensão reside nessa capacidade de reconfiguração. Segundo Agnes Heller (1993), o que compreendemos por história é somente uma das múltiplas manifestações da consciência histórica. Para a autora, o trabalho histórico

[...] Precisa examinar como as histórias (passadas e presentes) se entenderam a si mesmas, em sua capacidade enquanto histórias, e como este entendimento refletiu sobre os vários estágios da consciência histórica. Devido a isto, uma teoria da história, não lida diretamente com a consciência histórica, apenas com suas reflexões. (HELLER, 1993, p. 69)

E estas reflexões terão sempre caráter subjetivo, pois cada ponto de vista é único, dependente das experiências pessoais dos indivíduos, que enquanto historiadores inscrevem e escrevem a história segundo o lugar do qual observam o mundo (HOBSBAWM, 2010 *apud* BARBOSA, 2017, p. 107).

Portanto, mais uma vez, a muitas vezes equivocadamente denominada "ciência do passado" se estabelece relacional ao presente. Em contato com os rastros dos tempos idos, sejam eles materiais, como documentos ou ruínas, sejam eles aparentemente intangíveis,

como memórias, são os sujeitos *do* e *no* presente que constroem a história. E eles o fazem a partir da sua experiência narrativa.

"Compreender uma história é compreender ao mesmo tempo a linguagem do "fazer" e a tradição cultural da qual procede a tipologia das intrigas" (RICOEUR, 1994, p. 91). As narrativas, nessa lógica, exigem a familiaridade de quem narra e de quem escuta, com os elementos dessa construção (RICOEUR, 1994). Como a mensagem do naufrago, que só poderá ser encontrado se alguém compreender que é necessário abrir a garrafa.

Contudo, isso não ocasiona uma percepção homogênea do passado. Quem conta uma história sabe que, mesmo partindo dos mesmos personagens e situações, não existe narrar exatamente igual ao outro. Somos atravessados por experiências discursivas outras, e, com isso, o passado será constantemente remodelado, segundo novas narrativas.

Deste modo, temos uma nova variável para esta equação de que resulta o saber histórico: a possibilidade de converter os restos em rastros, direcionando bússolas para seguir aquelas "histórias "não (ainda) narradas", histórias que pedem para ser contadas, histórias que oferecem pontos de ancoragem à narrativa" (RICOEUR, 1994, p. 115).

Sendo assim, "o passado não é fixo: é materializado pelas recordações e sempre transformado pela interpretação que fazemos. O passado é o vínculo memorável estabelecido a partir do presente" (BARBOSA, 2019, p. 19). Portanto, tanto o passado quanto a memória serão um campo de disputa pela construção de narrativas que permitam a sobrevivência de alguns como sujeitos da história e de outros como restos silenciados por ela.

A memória, um caleidoscópio.

As lembranças são, de certa forma, a primeira representação de passado com que temos contato. Do momento em que chegamos ao mundo até o momento em que saímos dele, acumulamos memórias. Mas ao mesmo tempo em que o encontro com as memórias é quase uma condição inevitável do existir no mundo, alcançá-las nem sempre é tarefa tão simples.

A memória nos falha, muitas vezes. A maioria de nós não será capaz de lembrar de todos os momentos vividos com precisão, porque o passado não existe como verdade, e sempre o experimentamos a partir de nossas perspectivas individuais. Nossas lembranças também serão moldadas pelos diferentes olhares que lançamos ao longo de nossas vidas em

direção ao que passou. E com isso, navegar pelos mares do passado será sempre um reencontro, uma reelaboração de passagens de uma vida.

Adentrar novamente um local que foi muito significativo no período da infância, por exemplo, frequentemente desperta a sensação de que aquele local agora parece ser menor, ou mesmo menos assustador, do que como lembrávamos. Sendo, portanto, a memória dinâmica e instável, como pode ser transformada em ferramenta para compreender o passado?

No conto **O Imortal** de Jorge Luis Borges (1998), o personagem Marco Flamínio Rúfio, representante militar de uma legião romana, parte em busca da Cidade dos Imortais. Quando finalmente a encontra, rodeada de homens desnudos e pele cinzenta, a quem seu relato atribui a categoria de trogloditas, percebe um emaranhado de monumentais construções antiquíssimas, que lhe parecem ser anteriores até mesmo à existência humana na Terra. "Os deuses que o edificaram estavam loucos" (BORGES, 1998, p. 4), conclui com horror ao se deparar com a interminável sucessão de estruturas que, sem lógica aparente, pareciam não levavam a lugar algum. "Ignoro se todos os exemplos que enumerei são literais; sei que durante muitos anos infestaram meus pesadelos; já não posso saber se esse ou aquele traço é transcrição da realidade ou das formas que desatinaram minhas noites." (BORGES, 1998, p. 4-5), confessa Marco sobre sua descrição da Cidade, revelando ao mesmo tempo o caráter imperfeito da memória e sua importância pela potente relação com o campo do imaginário.

Ao regressar deste labirinto, ele encontra um destes "trogloditas", a quem decide chamar de Argos, em referência ao cão fiel do mito de Ulisses, que aguarda por 20 anos o retorno de seu mestre à cidade de Ítaca. Marco se põe a tentar ensiná-lo a pensar e falar, e dia após dia fracassa. Certa vez, após serem arrematados por uma súbita tempestade, o troglodita é tomado por um lapso de consciência e consegue balbuciar as palavras "Argos, cão de Ulisses" (BORGES, 1998, p. 6). Flamínio Rúfio o questiona a respeito do que ele sabe sobre a Odisseia: "Muito pouco", diz o homem, "Menos que o rapsodo mais pobre. Já terão passado mil e cem anos desde que a inventei" (BORGES, 1998, p. 6).

Tudo se torna claro para o narrador da história a partir disso. Os trogloditas eram, na verdade, os imortais. Aqui, o conto de Borges (1998) nos faz refletir sobre a relação entre memória-esquecimento e o tempo humano.

Ser imortal é insignificante; com exceção do homem, todas as criaturas o são, pois ignoram a morte; o divino, o terrível, o incompreensível é saber-se imortal. [...] nessa roda, que não tem princípio nem fim, cada

vida é efeito da anterior e gera a seguinte, mas nenhuma determina o conjunto... Doutrinada num exercício de séculos, a república de homens imortais atingira a perfeição da tolerância e quase do desdém. Sabia que em um prazo infinito ocorrem a todo homem todas as coisas. Por suas passadas ou futuras virtudes, todo homem é credor de toda bondade, mas também de toda traição, por suas infâmias do passado ou do futuro. Assim como nos jogos de azar, os números pares e os números ímpares tendem ao equilíbrio, assim também se anulam e se corrigem o talento e a estupidez, e talvez o rústico poema de Cid seja o contrapeso exigido por um único epíteto das *Éclogas* ou por uma sentença de Heráclito. O pensamento mais fugaz obedece a um desenho invisível e pode coroar, ou inaugurar, uma forma secreta. Sei dos que praticavam o mal para que nos séculos futuros resultasse o bem, ou tivesse resultado nos já pretéritos... Encarados assim, todos os nossos atos são justos, mas também são indiferentes. Não há méritos morais ou intelectuais. Homero compôs a *Odisséia*; postulado um prazo infinito, com infinitas circunstâncias e mudanças, o impossível seria não compor, sequer uma vez, a *Odisséia*. Ninguém é alguém, um só homem imortal é todos os homens. Como Cornélio Agripa, sou deus, sou herói, sou filósofo, sou demônio e sou mundo, o que é uma fatigante maneira de dizer que não sou. (BORGES, 1998, p. 7)

A longa citação de José Luis Borges se justifica não apenas pela poesia intrínseca às suas palavras, mas pela reflexão que produz sobre as camadas de humanidade que constituem o homem que, apesar disso, é imemorável. Assim como ninguém é imortal, também a memória, na sua dimensão comunicativa (ASMANN, 2016), só nos deixa ser lembrados no espaço de até três gerações. Além disso, a dimensão do ser humano está condicionada a nossa experiência finita no tempo. Somos porque um dia deixaremos de ser. E somos capazes de reconhecer nosso estar no mundo, ao contrário de trogloditas que vagam nos arredores arenosos da Cidade dos Imortais, porque temos capacidade de reconhecê-lo na medida em que lembramos e esquecemos.

O narrador decide, então, revisar suas páginas escritas.

Parece-me que elas se ajustam à verdade, mas nos primeiros capítulos, e ainda em certos parágrafos dos outros, creio perceber algo falso. Isso é efeito, talvez, do abuso de traços circunstanciais, procedimento que aprendi com os poetas e que tudo contamina de falsidade, já que esses traços podem ser frequentes nos fatos, mas não na memória deles... (BORGES, 1998, p. 9)

Portanto, o grande mérito de uma história não é sua relação objetiva com a verdade, mas como o contato com uma narrativa que a materializa no presente sendo capaz de trazer as estruturas discursivas, que por sua vez permitem conhecer um sujeito que narra: "Nenhum desses testemunhos é falso; significativo é o fato de havê-los destacado" (BORGES, 1998, p. 9). E neste encontro, também, nos fazemos sujeitos de identidade própria.

O conto de Borges (1998) remete à inescapável condição do esquecimento que se impõe à potencialidade de lembrar. No ensaio **Lete: a arte e crítica do esquecimento** (2004)¹⁶, Harald Weinrich investiga longamente esta questão que, segundo ele, faz parte da própria natureza humana (WEINRICH, 2004, p. 1). Esquecer é uma dinâmica imposta pela possibilidade de lembrar. Não nos esquecemos somente daquilo que não podemos lembrar, mas, também, *porque* somos capazes de lembrar.

Da análise de Weinrich (2004), vale mencionar, em primeiro lugar, dois pontos destacados pelo autor. Esquecer, em português, é uma derivação metafórica do latim *cadere*¹⁷, que significa cair (WEINRICH, 2004, p. 3). Este ponto se aproxima da explanação do autor a respeito da metáfora dos filósofos gregos, em que a memória pode ser compreendida como um grande armazém, e, quanto mais nos aprofundamos nele, mais próximos estamos do esquecimento (WEINRICH, 2004, p. 4) – e da apropriação teórica do movimento de aprofundar. Daí temos que esquecer seria justamente deixar que as recordações caiam em direção a este fundo.

O outro ponto reside no fio norteador do ensaio: Lete. Na mitologia grega, Lete era um dos cinco rios que percorriam o reino dos mortos e ele era responsável por apagar as memórias das almas que adentravam o submundo. A palavra, em grego antigo, remete ao esquecimento ou ocultação, mas na formação desta também percebemos uma relação íntima com o termo *alethea*, que, por sua vez, significa verdade: do prefixo de negação "-a" seguido da partícula "leth" decorre que a conceituação de verdade está embasada na ideia de aquilo que não pode ser esquecido (WEINRICH, 2004, p. 3-4).

Estas considerações são importantes para refletir sobre a problemática da memória-esquecimento. No capítulo final da obra de Weinrich (2004), "Guardado, em outras palavras, esquecido"¹⁸ (p. 207-2017), o autor aborda a perspectiva do esquecimento como outro lado da possibilidade criativa de identidades. O acúmulo de memórias irrestrito, no sentido da hipermemorialização, apresenta-se como um problema na sociedade contemporânea, em que a enxurrada de informações sobrepõe a capacidade de absorvê-las e, neste sentido, aprender quando rejeitá-las perpassa pelo domínio do esquecimento (WEINRICH, 2004). Assim, sua

¹⁶ Na consulta para esta pesquisa, faço referência à versão em inglês. WEINRICH, Harald. **Lethe: the art and critique of forgetting**. Ithaca: Cornell University Press, 2004. Traduzido do original em alemão por Steve Rendall.

¹⁷ Segundo o dicionário Michaelis, a etimologia da palavra vem do latim vulgar *excadescēre*, que significa "cair para fora". Ver ESQUECER. In: MICHAELIS, Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2022. Disponível em < <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/esquecer/>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

¹⁸ No original, em inglês, "*Stored, in other words, forgotten*", tradução nossa.

análise evoca as considerações feitas por Jorge Luis Borges a partir do conto **A Biblioteca de Babel** (1941 *apud* WEINRICH, 2004)¹⁹ para estabelecer que "esquecer é um formato de memória, seu vasto sótão, o outro lado secreto da moeda" (BORGES *apud* WEINRICH, 2004, p. 211).²⁰

Ao se presentificar o que se quer esquecer, apenas o reiteramos. Não existiria uma arte do esquecimento. Como no exemplo da famosa anedota sobre Kant, que, ao querer se esquecer de seu criado Lampe, anotou em um bilhete posteriormente encontrado em seu espólio: "Tenho de esquecer completamente o nome Lampe" (WEINRICH, 1997, p. 107) (SELIGMANN-SILVA, 2009, p. 278)

Esta é uma condição particularmente importante para este trabalho. Quando falamos do silenciamento da memória feminista, especificamente a partir da documentação do SNI, entendemos que os procedimentos realizados, na realidade, permitiram o seu resgate. Ao documentarem extensamente o movimento, buscando provar uma espécie de "culpa subversiva" que justificava reprimir o movimento, o resultado é exatamente o oposto do esperado. A documentação permitiu o reencontro com essa história, quase meio século depois. Ao tentarem sufocar suas ações, acabaram por possibilitar que elas fossem lembradas, no futuro.

O esquecimento, portanto, não pode ser controlado, mas pode concretizar a passagem do tempo (BORGES, *apud* WEINRICH, 2004, p. 211) e, com isso, também produz sujeitos, em identidade. Como no poema *Elogio da sombra* de Jorge Luis Borges (1999):

[...]
os atos dos mortos,
o compartilhado amor, as palavras,
Emerson e a neve e tantas coisas.
Agora posso esquecê-las. Chego a meu centro,
a minha álgebra e minha chave,
a meu espelho.
Breve saberei quem sou. (BORGES, 1999, p. 44)

Construímos identidades, portanto, a partir de lembranças e dos esquecimentos, que nos permitem experimentar o tempo em sua dimensão humana. E estes movimentos podem sobreviver como história na medida em que são narrados. As lembranças "tecem ao mesmo tempo uma memória íntima e uma memória compartilhada entre pessoas próximas: nessas

¹⁹ No original, em inglês, "*The library of babel*".

²⁰ No original, em inglês, "*Forgetting is a form of memory, its broad basement (su vago sótano), the secret flipside of the coin*", tradução nossa.

lembranças tipos, o espaço corporal é de imediato vinculado ao espaço do ambiente, fragmento da terra habitável." (RICOEUR, 2007, p. 157)

Deste compartilhamento mnemônico passamos para o entendimento da memória enquanto domínio coletivo. Do conceito de memória cultural tecido, a partir do diálogo das proposições de Halbwachs (1990) e Pierre Nora (1984), Jan Assmann (2006) amplia a noção de memória coletiva, ao distinguir três níveis operativos: o individual, o comunicativo e o cultural. Ela seria um processo contínuo que torna a experiência da memória algo coletivo, que ocorre por meio da mediação de artefatos simbólicos entre indivíduos. Ao distinguir memória coletiva e memória cultural, J. Assmann (2006) complexifica a própria noção de "lugares de memória" (NORA, 1984), que funcionariam como instâncias, relativamente estáveis, servindo de referência para comunidades e indivíduos ao relembrem, que foi alvo de intensas críticas e revisões²¹.

Em uma reformulação do próprio conceito, Pierre Nora (2008) reafirma seu compromisso com o aspecto sociológico da memória coletiva em Halbwachs (1990). Nora (2008) critica, igualmente, a banalização do conceito como simples sedimentação de fatos históricos, assemelhando-se a um depósito de memórias. Para o autor, a apropriação correta depende do seu reconhecimento enquanto um espaço de *trabalho* de memória, reafirmando o compromisso com uma percepção dos fluxos temporais segundo sua complexidade, constante revisão e sentidos de uso (BARBOSA, 2016).

A perspectiva ampliada de memória coletiva, no sentido atribuído pela historiadora alemã Aleida Assmann (2011), oferece uma importante chave interpretativa para a compreensão da conexão entre memória cultural e a construção de identidades, porque é em sua relação com a coletividade que se concebe o indivíduo²².

Já Régine Robin (2016) definirá o ato de olhar para o passado, a partir da metáfora de fios e tranças de Walter Benjamin (1991 *apud* ROBIN, 2016), como "ritmos da memória". Assim, mesmo a partir de ferramentas aparentemente estabilizadoras de temporalidade, como é o caso dos "lugares de memória", Robin (2016) defende que existe no trabalho de lembrar um encontro entre diferentes tempos, incompatíveis e em atrito, articulações polirrítmicas que frequentemente oscilam "ao capricho das razões e das razões do presente" (ROBIN, 2016, p. 40)

²¹ Sobre as críticas ao conceito de lugar de memória cf. Barbosa, 2016.

²² Cf. também o capítulo "O Todo significativo do herói" da obra **Estética da Criação Verbal** de Mikhail Bakhtin (1997).

Nesse sentido, os movimentos que constroem a memória cultural dependem do reposicionamento contínuo de indivíduos e grupos frente aos eventos do passado. Estes não seriam descobertos tal qual teria sido no passado, já que o processo de reencontro depende de gestos do presente, rearticulados em fluxos que não representam o passado, mas, sim, *performam* este imaginário.

Como a própria palavra sugere, "relembrar" é melhor compreendido como um compromisso ativo com o passado, como performativo ao invés de reprodutivo. É tanto uma questão de encenar uma relação para com o passado de um determinado ponto no presente quanto de preservar e recuperar histórias passadas. A consequência disso é que os próprios "lugares de memória" canônicos possuem suas próprias histórias e, por mais que representem de muitas maneiras o *terminus ad quem* de atos repetidos de recordação, eles apenas continuam a operar como "lugares de memória" enquanto as pessoas continuarem a reinvestir neles e usá-los como ponto de referência. (ERLL; RIGNEY, 2009, p. 2, grifos dos autores, tradução nossa)²³

E é precisamente nesta apropriação dos conceitos de performance e performatividade que este trabalho pretende investir; compreendendo que a análise de narrativas históricas não busca expressões do passado, mas investiga contínuas e repetitivas performances sociais que são também cultural e temporalmente constituídas, que constroem uma ilusão de consistência e estabilidade histórica.

A construção da memória cultural "depende daquilo que Bolter e Grusin chamariam de 'reaproveitamento', isto é, tomar uma 'propriedade' (em nosso caso a matéria-memória) de um meio e reutilizando em outro" (BOLTER; GRUSIN, 1999, p. 45 *apud* ERLL; RIGNEY, 2009, p. 5, tradução nossa)²⁴.

Relembrar será, portanto, um ato dinâmico de reencontro com um passado, que é necessariamente reelaborado a partir do estar no presente. É também necessariamente

²³ No original, em inglês: "As the word itself suggests, "remembering" is better seen as an active engagement with the past, as performative rather than reproductive. It is as much a matter of acting out a relationship to the past from a particular point in the present as it is a matter of preserving and retrieving earlier stories. It follows from this that canonical "memory sites" themselves have a history and, although they represent in many ways the *terminus ad quem* of repeated acts of remembrance, they only continue to operate as such as long as people continue to reinvest in them and use them as a point of reference." (ERLL; RIGNEY, 2009, p. 2)

²⁴ No original, em inglês: "Cultural memory relies on what Bolter and Grusin would call "repurposing", that is, taking a "property" (in our case a memory-matter) from one medium and re-using it in another (45)" (ERLL; RIGNEY, 2009, p. 5).

comunicativo, porque ao agir como mediação entre tempos traz a essência do que é comunicar: transmitir, entrar em contato, fazer conexão, pôr em comum²⁵.

A intratemporalidade imposta pelo fluxo memória-esquecimento "contém possibilidades simultâneas, que oferece escolhas e que é experimentado de forma aberta – como presentes e futuros possíveis" (GOMES, 2004, p. 17). Com isso, reside nessa dinâmica a possibilidade de (re)elaboração de imaginários de identidade cultural, como a do feminismo brasileiro, o que este trabalho se dedica a fazer a partir dos rastros da segunda onda.

Joseph Cartaphilius, personagem do conto **O Imortal** (BORGES, 1998) que remete à figura lendária do judeu errante: é responsável por intermediar, na obra, o contato com a história dos imortais. O antiquário, descrito como "um homem muito magro e terroso, de olhos apagados e barba cinzenta, de traços singularmente vagos" (BORGES, 1998, p. 1), características observadas por Marco Flamínio Rufo nos "trogloditas", presenteia a princesa Lucinge com os seis volumes da *Ilíada*, em que o manuscrito do soldado romano é descoberto no último tomo do livro de Homero (BORGES, 1998). Da conclusão atribuída à Cartaphilus, enfatiza-se o papel das narrativas como condição da existência humana no tempo: "Quando se aproxima o fim, escreveu Cartaphilus, 'já não restam imagens da lembrança; só restam palavras. Palavras, palavras deslocadas e mutiladas, palavras de outros, foi a pobre esmola que lhe deixaram as horas e os séculos'" (BORGES, 1998, p. 10).

Os rastros contam a história segundo as dinâmicas do que é lembrado, mas também do que é esquecido. Interpelados por vozes interrompidas, estruturas de poder e mesmo testemunhos imprecisos, (re) constroem narrativas que moldam a consciência histórica no tempo presente. Nesta medida, "infere dessas intrusões, ou furtos, que todo o documento é apócrifo." (BORGES, 1998, p. 10).

No fim, o arquivo.

Na contramão da conclusão do conto de Borges, há um excesso de credibilidade atribuído aos arquivos, enquanto, por outro lado, existe a pressuposição de desconfiança

²⁵ COMUNICAR. In: MICHAELIS, Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2022. Disponível em < <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/comunicar/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

frente à memória, como se ambos estivessem em oposição e o primeiro permitisse descortinar "a verdade da história", frente narrativas que aparentemente a falseiam.

Com efeito, os documentos que permanecem no tempo presente denotam uma espécie de imagem sobrevivente²⁶, que oferecem ao pesquisador a tentação de sentir-se capaz de tocar "a verdade", "o real". É importante resistir a este impulso: só assim é possível fazer justiça ao passado.

O arquivo petrifica esses momentos ao acaso e na desordem; aquele que o lê, que o toca ou que o descobre é quase sempre despertado primeiramente por um efeito de certeza. A palavra dita, o objeto encontrado, o vestígio deixado tornam-se representações do real. Como se a prova do que foi o passado estivesse ali, enfim, definitiva e próxima. Como se, ao folhear o arquivo, se tivesse conquistado o privilégio de "tocar o real". (FARGE, 2009, p. 18)

O documento, mesmo com toda esta carga simbólica (bem como seus lugares de guarda), não reinstaura o passado, mas, sim, re-apresenta este tempo, sujeito a múltiplas interpretações, desde o ato de guardar até a sua releitura (FARGE, 2009). Ao reler estes documentos, buscando novas problematizações, torna-se possível um instante que é sempre reinstaurado e, como tal, reconfigurado. A utilização da análise documental exige do pesquisador especial cautela, uma vez que os documentos, como qualquer produção linguístico-discursiva, obedecem a certas especificidades, intencionalidades e funções, tanto no seu tempo passado, mas especialmente em seu deslocamento para o tempo presente. Sendo assim, o tipo de arquivo que é o objeto de estudo deste trabalho “não escreve páginas de história. Descreve com as palavras do dia a dia, e no mesmo tom, o irrisório e o trágico, onde o importante para a administração é saber quem são os responsáveis e como puni-los.” (FARGE, 2009, p. 14).

O encontro com o documento não é capaz de fazer o pesquisador travestir-se de *Frankstein* para ressuscitar um passado já perdido. Ele está, como todo e qualquer vestígio que sobrevive para o tempo presente, sujeito a reinterpretação "artesã" (FARGE, 2009 *apud* Barbosa 2019) de quem se opõe com esmero ao grito de "*eureka!*"

Nessa lógica, a partir da análise das fontes históricas, o pesquisador procura "restituí-la a seus contemporâneos sob a forma de uma narrativa, ou seja, de uma escrita dotada de coerência interna e repleta da inteligibilidade científica" (ROUSSO, 1996 *apud* BARBOSA, 2019). Mas então, por que quando tratar de um arquivo, "discursar, fornecer novas palavras

²⁶ Usamos a expressão inspirada em Didi-Huberman (2013), cujo corpus conceitual aqui não será utilizado, valendo-nos apenas metaforicamente do título de seu livro.

para explicar aquilo que simplesmente já repousa sobre as folhas, ou entre elas?" (FARGE, 2009, p. 18)

Nas transformações reveladas pelo passar do tempo, talvez mais bem exemplificadas na construção hegeliana "tese, antítese e síntese"²⁷, reside intrinsecamente a chance de outra vez questionar. Não cito Hegel acreditando que as conclusões representariam a superação completa daquilo que derivam e ocasionariam em alguma espécie de resolução máxima, perfeita, sem contradições. Mas, sim, sugerindo que a partir de diferentes olhares, novas perguntas sempre poderão ser feitas e delas surgem outras propostas. Este é precisamente o movimento em que iremos investir na segunda parte desta dissertação.

Quando pensamos em fazer ciência, talvez imediatamente sejamos remetidos a uma impressão de certeza. Como em $2+2$ sempre resultam 4. Porém, mesmo nestes casos aparentemente já tão bem consolidados, é possível que a resposta seja diferente²⁸. As revisões às consideradas "ciências exatas" demonstraram isso muitas vezes. E não somente porque os avanços tecnológicos permitiram descobrir coisas antes desconhecidas, mas também porque encontramos diferentes ângulos para refletir sobre um mesmo problema. Isso porque o que nos faz diferentes, sujeitos únicos, são as nossas trajetórias e desenvolvimentos pessoais - que muitos acreditam ser necessário abandonar em prol de uma inalcançável imparcialidade. É justamente isso o que nos permite sermos humanos e capazes de olhar o mundo de múltiplos lugares.

Contudo, isso não significa dizer que a vida seria essencialmente experimentada por uma espécie de relativismo absoluto. Esta é uma proposição extremamente perigosa, especialmente em tempos de pós-modernidade. Reconhecer que somos dotados de subjetividades e vivemos o tempo, e o mundo, a partir delas não é a mesma coisa que defender que todas as crenças deveriam ser igualmente aceitas e impossíveis de serem questionadas. Na verdade, é justamente por isso que devemos questioná-las: porque são *produzidas* por individualidades.

O arquivo, como um produto da vida humana, portanto, possui um caráter essencialmente interpretativo: "não há sentido unívoco para as coisas do passado, e o arquivo contém em si essa lição."(FARGE, 2009, p. 92). A responsabilidade reside em reconhecer

²⁷ A dialética de Hegel, que é problematizada para se tornar instrumento da base do pensamento marxista, é discutida principalmente na obra **Fenomenologia do Espírito** (1992).

²⁸ Em alguns sistemas numéricos diferentes do decimal, como a álgebra modular, as operações de adição podem ser realizadas de formas diferentes, o que permitiria $2+2$ não ser igual à 4.

que não buscamos a verdade oculta nas páginas da história, mas, sim, encontrar formas de produzir narrativas que consigam restituir os sujeitos dela (FARGE, 2009).

Talvez o arquivo não diga a verdade, mas ele diz *da* verdade, tal como entendia Michel Foucault, isto é, dessa maneira única que ele tem de expor o *Falar* do outro, premido entre relações de poder e ele mesmo, relações às quais ele se submete, mas que também concretiza ao verbalizá-las. O que vê aí, nessas palavras esparsas, são elementos da realidade que, por sua aparição em um determinado momento histórico, produzem sentido. É sobre sua aparição que é preciso trabalhar, é nisso que se deve tentar decifrá-lo. (FARGE, 2009, p. 35)

E diferentemente de uma criação autobiográfica, em que os sujeitos se descrevem a partir de seus próprios termos, este tipo de arquivo do Estado, de caráter controlador e repressivo, condena seus personagens e atos a intencionalidades deformadas. As mulheres descritas subversivas pela documentação não pretendiam ser invadidas pela narrativa que fizeram delas. Na verdade, o que elas estavam lutando era para que tivessem propriamente a chance de narrarem a si mesmas. Esta especificidade não altera somente o conteúdo descrito, "mas também a relação com ele, sobretudo a relação com o efeito de real, mais persistente e tenaz, para não dizer mais invasivo." (FARGE, 2009, p. 15)

Desta maneira, o arquivo revela também aquilo que não foi dito, e isso será tão importante quanto o que de fato foi. O compromisso com a história não será repetir o arquivo, mas encontrar seus "fracassos" em representar aquilo que ele se propõe.

A questão reside na difícil interpretação de sua presença, na busca de seu significado, na localização de sua "realidade" em meio a sistemas de signos dos quais a história pode tentar ser a gramática. Os grãos ensolarados e as cartas de baralho são ao mesmo tempo tudo e nada. Tudo, porque surpreendem e desafiam o sentido; nada, porque são meros vestígios brutos que remetem apenas a eles mesmos, caso se atenha só a eles. Sua história existe apenas no momento em que são confrontados com certos tipos de indagações, e não no momento em que são recolhidos, por mais que isso cause alegria. (FARGE, 2009, p. 18-19)

Ao trabalharmos como o principal arquivo da repressão da ditadura instaurada com o golpe civil-militar, o arquivo do *temível* SNI, fica visível o fracasso do arquivo original. A partir da catalogação de mulheres consideradas pela ditadura como "subversivas", pode-se, quase meio século depois, ver o movimento destas mesmas mulheres como feministas, descortinar os elos com uma rebeldia que se transformava em ação e luta, como já enfatizamos anteriormente. Portanto, da intencionalidade do arquivo original, aquilo que foi prescrito, redundou num enorme "fracasso". Dos arquivos do SNI emergem vozes e lutas das protagonistas da chamada segunda onda do feminismo no Brasil. Assim sendo, a

representação que o documento busca comunicar, em seu tempo e para o futuro, sempre será incompleta.

Este trabalho é, antes de tudo, um gesto em direção a recortes do passado, que contam de lugares desviantes e foram silenciados na história, e, contudo, conservados nos arquivos da repressão. A comunicação é espaço apropriado para tratar das dimensões simbólicas dessa história encoberta. E ao fazê-lo através de novos encadeamentos mnemônicos, transformando o passado em uma superfície dinâmica por meio de sua própria trama simbólica da cultura (RICOEUR, 1994), estas narrativas tornam-se capazes de redescobrir uma história que, assim como o encontro com a documentação do SNI, é também reencontrada.

Mas a paisagem arquivada contemporânea, inserida principalmente na virada memorialista (SELIGMANN-SILVA, 2009), impõe uma consideração importante para esta análise: "Nosso desafio é aprender a lidar com a nossa cultura da memória sem reproduzir essa tendência à mimesis mecânica que responde à necessidade primitiva de proteção e autoconservação" (SELIGMANN-SILVA, 2009, p. 273).

Neste sentido, a documentação do SNI é o primeiro objeto de investigação deste trabalho que intui a dimensão do bárbaro, no sentido atribuído por Walter Benjamin (1974 *apud* SELIGMANN-SILVA, 2009) na conclusão: "nunca existiu um documento da cultura que não fosse ao mesmo tempo um [documento] da barbárie" (BENJAMIN, 1974, p. 696 *apud* SELIGMANN-SILVA, 2009, p. 276).

Capítulo 3

Tipologia de restos: vigilância em presença e vigilância documental

Se fôssemos definir tipologia a partir do que é habitualmente expresso nos dicionários, a perspectiva de ser um campo de estudo se sobressairia. Como tal, pode ser definida como a ciência que trata das diferenças conceituais e intuitivas entre formas²⁹. Trata-se da constituição sistemática de categorias ou estruturas que podem ser formadas a partir de um determinado ponto de vista metodológico.

Do nosso ponto de vista, entretanto, tipologia aparece aqui conceituada de maneira mais livre, como um conjunto desconexo documental, que apenas, em tese, guarda relações entre si, mas que quando agrupados resultam numa espécie de tipologia textual, ou seja, num conjunto semelhante de textos/documentos³⁰. Olhar para os restos desta tipologia significou, também, percorrer outros espaços, tanto simbólicos quanto físicos, antes da própria mirada aos documentos. Desta provavelmente infinidade de ambientes, o primeiro e talvez o mais evidente deles surge a partir do lugar do "eu", isto é, de nossas experiências enquanto pessoas. São contextos que, a um só tempo, descortinam e desconcertam a visão de mundo.

O segundo ambiente que julgamos necessário destacar é aquele em que se encontram os restos, e ele pode ser desdobrado em dois: o espaço físico e o representativo. Esta análise necessariamente irá aflorar das considerações a respeito das esferas que atravessam o objeto de estudo, já pinceladas no capítulo anterior.

Este capítulo, tem por objetivo apresentar em primeiro lugar as lideranças do movimento feminista brasileiro, objeto da pesquisa, presentes na documentação dos arquivos do SNI, que produziram categorias de sua atuação durante o período da ditadura civil militar brasileira, enquadrando-as invariavelmente como “subversivas”. Antes, entretanto, faremos uma digressão em torno do encontro com o arquivo propriamente dito, primeiro de maneira presencial, e já na segunda parte da pesquisa, através da consulta a base de dados, agora inteiramente no modo digital.

²⁹ TIPOLOGIA. *In*: Léxico, Dicionário Online de Português. Porto, 7Graus, 2018. Disponível em: <<https://www.lexico.pt/tipologia/>>. Acesso em: 16/02/2023.

³⁰ A tipologia textual é, habitualmente, abordada pelos estudos linguísticos que partem do pressuposto que “os textos e discursos se organizam em “tipos textuais”, encarnando valores diversos, conforme o corpus utilizado na análise e os princípios tipológicos propostos, bem como as teorias da linguagem das quais derivam” (SILVA, 1999, p. 88). Na área de Arquivística, o termo também é utilizado em referência à escolha do corpus documental de um arquivo, como procedimento metodológico, de análise documental (cf. RODRIGUES, 2008).

Essa documentação, tal como está expresso no título do capítulo, revela a multiplicidade da ação feminista no período analisado, que atestam as atuações das personagens desta pesquisa em encontros, reuniões, passeatas, agindo pela transformação do mundo em que viviam. A partir de uma observação constante, os órgãos repressores produziram centenas de documentos sobre suas ações, o que desdobramos em categorias de análise mais à diante, neste capítulo.

3.1. Arquivo Nacional: memória de “como tudo começou”

A porta de entrada para todo este material é a do Arquivo Nacional. Criado em 1838, sob o nome de Arquivo Público do Império, foi transferido em 1985 para a atual sede, na antiga Casa da Moeda, localizada na Praça da República (Centro - Rio de Janeiro), e tem o objetivo de gerir e preservar os documentos produzidos no país.

Escrevo os parágrafos a seguir também seguindo restos: os das minhas lembranças, o que faz com que os eventos, aos quais tento, hoje, dar organicidade, certamente não tivessem a ordem de encadeamento atribuída agora. Mais de cinco anos depois, busco, na ressignificação constante do relembrar, os sentimentos que me atravessaram.

Visitar o Arquivo Nacional exigiu, em primeiro lugar, planejamento estratégico. Os 29km que separavam a minha residência, no subúrbio da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, do meu destino final poderiam ser enfrentados de diferentes formas. O Bilhete Único Universitário cuidava da primeira parte do deslocamento, garantindo gratuidade no acesso ao ônibus de trânsito rápido (BRT - *bus rapid transit*) até o ponto de baldeação. Aqui surge o primeiro desafio em busca de um horário em que o veículo pudesse, ao menos, circular com as portas fechadas e não abertas devido à usual superlotação. Inevitavelmente, as roupas grudam no corpo e o suor escorre pela espinha dorsal, já que haver ar-condicionado num BRT seria uma missão ainda mais próxima do impossível.

O planejamento também precisa levar em conta a segunda etapa da viagem. Ir até Madureira para pegar um trem até a Central do Brasil seria a rota mais curta. Mas o trem do Rio de Janeiro é, provavelmente, o meio de transporte mais infiel, e a viagem terminaria sendo, sem dúvidas, mais longa. Desço em Vicente de Carvalho, atravessando os ambulantes que povoam a passarela até o acesso ao metrô. O trajeto na linha 2, que liga o bairro da Pavuna à Botafogo, deveria tomar cerca de 30 minutos. Entre intervalos irregulares, o tempo se estica. Outras pessoas também aguardam na estação, em quantidade muito menor do que o volume que se abarrota em horário de pico, mas ainda assim considerável.

Confiro a saída correta mais uma vez antes de descer na Central do Brasil. O sol de meio dia me acompanha na caminhada no sentido contrário ao célebre relógio que foi coadjuvante à atuação que rendeu Fernanda Montenegro uma indicação ao Oscar. O Arquivo Nacional é um prédio histórico, de paredes externas salmão e fachada em arquitetura neoclássica, com jardins e palmeiras parcialmente ocultas pelas grades que circundam o perímetro do terreno.

A porta de entrada está no sopé de uma escadaria, adornada por arcos imponentes, e sob a vigilância de seguranças que controlam o acesso, que, no caso do Arquivo, é permitido mediante cadastro. Atravesso o tapete vermelho do *hall* de entrada e me deparo com uma fila de pessoas aguardando para consultar o acervo. O século XXI se impõem à atmosfera histórica: quase todas estão voltadas para seus *smartphones*.

Vou direto ao balcão pedir informação e uma atendente de aparência irritada se adianta à minha dúvida, informando que para agendar a consulta aos livros de imigração eu deveria aguardar na fila. O semblante muda ao ouvir que não estou ali em busca da documentação para obter cidadania estrangeira. Na verdade, eu jamais poderia estar - o privilégio de documentar-se é raro, para não dizer irreal, nas histórias que partilham as mesmas origens familiares que a minha.

Sou encaminhada a outra área, agora sem fila. Após o cadastro, é necessário se dirigir ao guarda-volumes, uma vez que a entrada de mochilas e bolsas não é permitida. O processo de consulta ocorre por meio do preenchimento manuscrito dos dados de identificação dos documentos e é limitado a 5 arquivos por formulário, que podem chegar a até 4 por dia e pessoa. É agendada uma nova data para a investigação dos arquivos escolhidos. A seleção não demora mais de uma hora e percebo que levei o dobro disso só para chegar até ali.

Esta visita ocorreu nas circunstâncias da pesquisa que permitiu o encontro da documentação que deu origem a este trabalho. Porém, consultá-la não era o objetivo naquele momento. Assim, o objeto desta tipologia de restos foi obtido de maneira *online*, na base de dados do Arquivo³¹. E certamente os contornos desta dissertação seriam outros, caso fosse necessário programar dezenas de visitas para explorar todo o *corpus* empírico que a constitui. Mas esta vivência é relevante pois evoca signos que também figuram as condições da análise.

³¹ <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp>

O acesso digital, evidentemente, possui outras implicações. A primeira e talvez a mais evidente é a do espaço físico em que ocorre a pesquisa. Ao invés de um lugar que, já na aparência, é carregado de manifestações do tempo histórico, a investigação passa a ser virtual, e o local de acesso é delimitado pelo "onde" está a máquina. Além disso, o pesquisador passa a ter um número ilimitado de consultas instantaneamente - desde que o documento esteja, naturalmente, disponível na base de dados.

Mas existe outra diferença determinante. No processo de digitalização do objeto, ele é deslocado de sua condição originária e, com isso, "[...] há uma transfiguração do material, que perde sua função e, sobretudo, sua aura, no sentido de Benjamin (1994), assumindo outras textualidades e significações" (BARBOSA, 2020, p. 114).

A manipulação do arquivo torna-se outra. No lugar da escura sala de consulta, do tato e cheiro das páginas envelhecidas, surge o brilho da tela, as ferramentas de *zoom* e edição de imagem, os pixels. Por outro lado, o artifício da reprodução digital permite a conservação do conteúdo e a democratização do seu acesso. Além disso, transporta o próprio original, agora reproduzido, para situações que jamais poderiam ser imaginadas no seu contexto de criação. É assim que uma jovem mulher, com valores e características físicas tão próximas ao estigma das categorias subversivas que emergiam das páginas visualizadas por mim na tela do computador, poderia se apossar desses documentos mais de 40 anos depois - o que seria uma proposição, no mínimo, improvável para os agentes do SNI que os produziram.

Entre deslocamentos físicos e teóricos, olhar para o documento envolve, sempre, uma série de intencionalidades: as que teve quando foi produzido e guardado e não descartado, no jogo permanente entre lembrar/esquecer, acrescido das relações de poder, que envolvem sempre a seleção documental sobre a guarda de uma instituição pública de memória, no caso, o Arquivo Nacional.

Num texto em que se refere à problemática do arquivo, a que já nos referimos no capítulo anterior, seja em relação à proliferação infinita de documentos, seja no ato denominado pelo autor de "cessação", isto é, a necessidade de descarte, Harald Weinrich (2004) destaca as múltiplas questões que estão envolvidas neste ato que expõe a problemática da lembrança e do esquecimento. Referenciando, no mesmo texto, o sonho da Biblioteca de Babel presente no conto de Jorge Luís Borges (1944)³², que armazenaria não

³² O conto original de Borges foi publicado no livro *Ficções de 1944*, parte das **Obras Completas**, Vol.1, do autor publicado, no Brasil, pela Editora Globo em 1999.

apenas todos os livros que existem, mas também todos que pudessem ser imaginados para o futuro, afirma que a proposição num primeiro momento provocou euforia, mas no momento seguinte deu sequência à decepção, pois o provável livro total nunca foi alcançado (WENRICH, 2004). Como consequência emergem os membros fanáticos do esquecimento, para retirar de Babel as obras inúteis. Assim, para Borges, afirma Weinrich, as fronteiras entre a memória e a “tenacidade do esquecimento” são naturais, colocando no mesmo patamar a memória onipresente e o esquecimento generalizado. Ambos fazem parte da natureza humana. Para Borges, é no esquecimento que se concretiza “o tempo que escorre” (WEINRICH, 2004).

Portanto, os documentos presentes no arquivo do SNI depositados sob guarda do Arquivo Nacional, ainda que tenham sido produzidos no passado com a intencionalidade policial – descobrir as ações qualificadas como “subversivas” e “terroristas” destas mulheres, catalogá-las e fichá-las, já que são os arquivos dos órgãos de controle da ditadura – ao serem guardados na ordem dominante do controle, da vigilância, para a punição, resulta, no futuro, em uma outra montagem, mostrando que continuaram, como documento, suas vidas que revelam outras intencionalidades agora presentes nesta pesquisa, como já remarcamos anteriormente. Produzimos, portanto, uma certa atualização das vidas dessas mulheres do passado até o presente.

Assim, como último percurso desta viagem subjetiva, as minhas intencionalidades, como pesquisadora, ao selecioná-los para analisá-los, permitem que os documentos se transformem num outro-histórico, resultado deste encontro no presente-futuro. Novos propósitos são construídos a partir deste encontro, já que "o documento é sempre indicador de uma intencionalidade manifesta, seja no momento em que se constitui e passa a circular, com finalidades inscritas no presente de sua produção, ou no futuro, quando novamente é tomado como índice aberto a múltiplas interpretações" (BARBOSA, 2020, p. 114).

No item seguinte apresentaremos brevemente o Serviço Nacional de Informações para tornar mais clara a importância histórica da catalogação e vigilância que produziram sobre as lideranças do movimento feminista no Brasil da época que estamos estudando. Esta documentação revela também que as ideias feministas eram catalogadas como “perigosas”, mesmo que isso tenha sido de maneira duradoura desconhecido inclusive das próprias personagens vigiadas, espionadas e qualificadas como “subversivas”.

3.2. O Serviço Nacional de Informações (SNI)

Os 21 anos em que perdurou a ditadura no Brasil foram marcados pela suspensão de garantias políticas, econômicas e sociais, o que culminou na ostensiva e reiterada violação de direitos humanos. Segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, órgão provisório cuja criação foi sancionada em 2011 pela ex-presidenta Dilma Rouseff³³ com o objetivo de fortalecer os valores democráticos por meio da investigação e esclarecimento público a respeito das graves violações que ocorreram, no período de 1964 a 1985, a ditadura ceifou 434 vidas, entre mortos e desaparecidos. Contudo, em virtude do sistema de ocultação dessas execuções, este número pode ser ainda maior (BRASIL, 2014). Em 2020, mais de mil ossadas descobertas na clandestina Vala de Perus, em São Paulo, ainda aguardavam identificação³⁴.

A repressão, durante a ditadura, foi exercida de maneira colaborativa entre distintas instituições, incluindo os Ministérios das Forças Armadas e o Serviço Nacional de Informações (SNI) (BRASIL, 2014).

O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado em 1964 como órgão responsável pela gestão de informações de interesse do Estado. Porém, a partir de 1968, com a instauração do AI-5, considerado o mais duro dos atos institucionais, “as necessidades de informações do regime militar excediam bastante as demandas iniciais” (FICO, 2001, p. 76) do SNI. Neste contexto, sua função passa a ter como prioridade a interação com o sistema de segurança do período, na prerrogativa de identificar os agentes da “guerra revolucionária” que ameaçavam o Estado (FICO, 2001, p. 76).

Assim, saber detalhes sobre a vida sexual de alguém era inútil, como *informação*, para as decisões governamentais; mas poderia ser essencial para as atividades clandestinas de *espionagem* do sistema, que poderia – como efetivamente fez – lançar mão de tais dados para desqualificar o “inimigo”. (FICO, 2001, p. 76, grifos do autor).

Este complexo sistema de informações operava principalmente a partir de uma Agência Central e suas subordinadas Agências Regionais (**fig. 7**), em colaboração com outros órgãos, como um “corpo de especialistas” (FICO, 2001, p. 21) que foi responsável pela produção discursiva que sustentou não somente as atividades da polícia política

³³ Lei nº 12.528/2011. Ver BRASIL, Comissão Nacional da Verdade (2014).

³⁴ Ver “Mais de mil ossadas da Ditadura ainda aguardam identificação”. PONTES, Nádia. São Paulo: Deutsche Welle (DW), 04/09/2020. < <https://corporate.dw.com/en/about-dw/s-30688>>. Acesso em 02/03/2023.

(cassações de cargos, prisões, mortes e torturas), como também suas próprias ações e “a conduta omissa dos moderados que os toleravam” (FICO, 2001, p. 21).

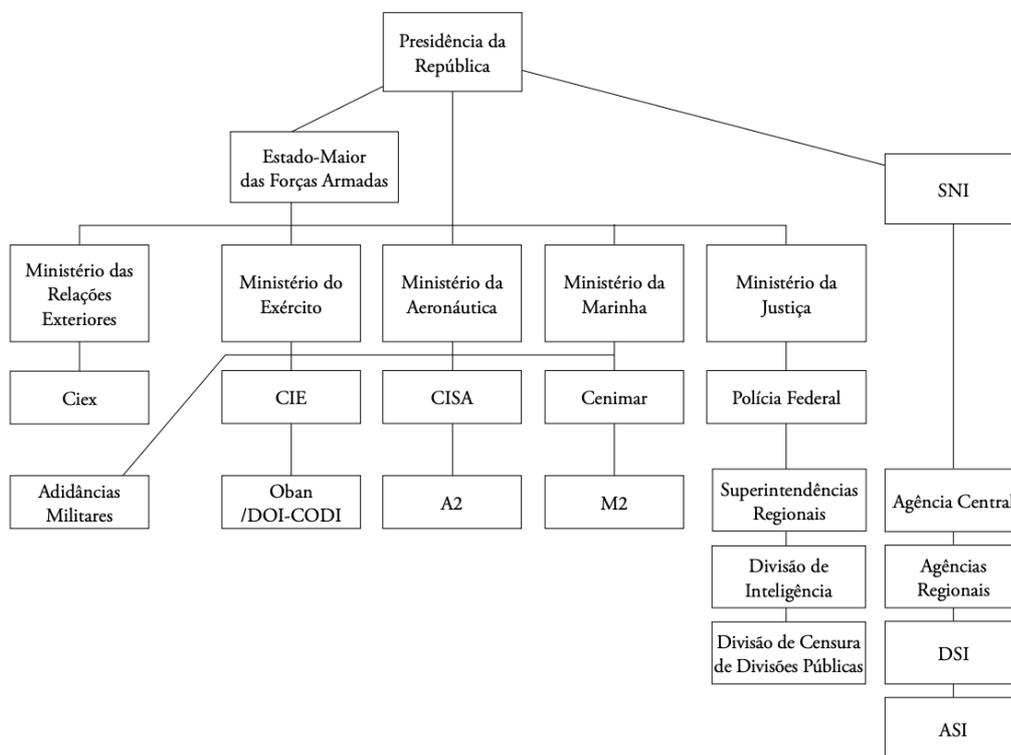


Figura 74: A estrutura repressiva de informações do regime militar no Brasil. (BRASIL, 2014, p. 113)

A documentação produzida pelo SNI era de caráter sigiloso. Durante a investigação do historiador Carlos Fico (2001), em **Como eles agiam**, o autor explica a classificação vigente dos documentos de Estado no país, que eram divididos entre ultra-secretos, secretos, confidenciais e reservados. Atualmente, o acesso público ao acervo desta documentação contempla apenas estes dois últimos, desde que não firam “a intimidade, a honra e a imagem das pessoas” (FICO, 2001, p. 26).

Nestas condições, Carlos Fico (2001) estabelece que a retórica do Serviço Nacional de Informações gerava efeitos “extra-discursivos”, isto é, uma aparelhagem que buscava justificar as ações de repressão e ao mesmo tempo as produzia, numa espécie de “narrativa de infâmia ou [...] poder simbólico do algoz” (FICO, 2001, p. 22).

Para esta análise, nos dedicamos à exploração dos registros que tratam do Centro da Mulher Brasileira (CMB) do Rio de Janeiro e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Estas organizações foram escolhidas por representarem, no contexto histórico, os

principais marcos iniciais e finais da segunda onda do feminismo no Brasil. Desta forma, buscamos demonstrar a persistência e eficiência deste sistema.

Os documentos, que compõem o que estamos denominando tipologia de restos, foram obtidos por meio de pesquisa digital no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). A coleta nos arquivos ocorreu por meio do instrumento “Pesquisa Livre”, a partir dos termos-chave³⁵ “Centro da Mulher Brasileira” e “Conselho Nacional dos Direitos da Mulher”, no fundo BR DFANBSB V8 – Serviço Nacional de Informações.

Do CMB, resultam 266 registros, dos quais 259 são arquivos digitais. Já da pesquisa pelo CNDM procedem 205 registros, todos digitais. Este conjunto de documentação provém das já citadas Agência Central e Agências Regionais do SNI. Para esta análise, consideramos os arquivos do Centro da Mulher Brasileira do Rio de Janeiro, cuja fundação é o marco inicial da segunda onda. Além disso, em virtude do caráter colaborativo entre órgãos, muitos registros são repetidos, diferindo apenas na quantidade de anexos provenientes de outras instituições. Por isso, descartamos os arquivos que não estavam nas versões “finais”, isto é, que não foram encontrados novamente durante a busca com acréscimos. Além disso, também foram desconsiderados os documentos que não ofereceram insumos para a nossa análise, em nossa percepção subjetiva orientada pela criação das categorias descritas. Com isso, resulta o *corpus* de 84 documentos, sendo 48 do CMB (**Tabela 1**) e 36 do CNDM (**Tabela 2**). Esta documentação faz parte do subitem seguinte, no qual procuraremos verificar as qualificações imputadas às ações políticas de personagens fundamentais do movimento feminista brasileiro, a partir da documentação do CMB e do CNDM presentes no arquivo do SNI.

3.3. Mulheres em ação

Perceber as qualificações e as ações direcionadas às personagens centrais desta pesquisa, para mostrar as significações atribuídas as suas atuações políticas no Centro da Mulher Brasileira e no Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, bem como os tipos de vigilância que eram empregados, permite identificar e qualificar as violências perpetradas pelo aparelho repressivo contra as líderes do movimento feminista neste momento.

³⁵ Observamos que a ocorrência de maiúsculas ou minúsculas não interferia no resultado da pesquisa. Já a utilização das siglas das organizações resultava em um número muito maior de registros, apresentando equívocos, como, por exemplo, no caso da pesquisa por “CMB” aparecerem arquivos sobre a Casa da Moeda Brasileira. Portanto, optamos por manter a escrita por extenso para coletar o material.

Fundado em 1975, no Rio de Janeiro, o Centro da Mulher Brasileira (CMB) se tornou um marco inaugural para um novo feminismo em nosso país: a segunda onda³⁶. Naquele mesmo ano, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o Ano Internacional da Mulher, designando, na sequência, a Década da Mulher (1976-1985). Como parte de uma série de ações, o Centro de Informações das Nações Unidas para o Brasil (UNIC-Rio) realizou o seminário “Semana de pesquisa sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira”, que aconteceu de 30 de junho a 6 de julho de 1975. Deste encontro, resulta a criação do CMB, organizado pelas mulheres que estiveram naquela semana e sentiram que precisavam continuar aquele trabalho³⁷.

O Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) foi criado em 1985 pelo então presidente da república José Sarney, que assume após a morte de Tancredo Neves, por lei do Congresso Nacional. Vinculado ao Ministério da Justiça e inicialmente formado por um colegiado de mulheres feministas, o CNDM tinha por objetivo assegurar a participação feminina na Assembleia Constituinte. Este órgão desenvolveu uma ação política durante o período que ficou conhecida, especialmente na mídia, como “Lobby do batom”³⁸ e foi responsável por mobilizar as demandas de mulheres em todo o país em forma de garantias constitucionais, além de atuarem também na sensibilização de diferentes setores da sociedade brasileira para as necessidades das mulheres. Segundo levantamento do próprio Conselho, cerca de 80% das reivindicações propostas foram aprovadas, resultando na igualdade jurídica entre homens e mulheres.³⁹

A investigação do corpus documental destas duas instituições resultou na sua sistematização em três categorias: 1) tipos de vigilância que foram percebidos; 2) qualificações utilizadas para o Centro da Mulher Brasileira e para o Conselho Nacional de Direitos da Mulher; 3) qualificações usadas para as mulheres que integravam estas instituições. Além disso, analisamos brevemente os anexos apensados aos arquivos que eram utilizados como recursos de "prova" para qualificação daquelas mulheres.

³⁶ Cf. RIBEIRO, 2021.

³⁷ Cf. ALVES; PITANGUY, 2022

³⁸ Cf. RIBEIRO, 2021.

³⁹ Ver “Lobby do batom: marco histórico no combate a discriminações”, em Senado Notícias, do Senado Federal Brasileiro, publicado em 06/03/2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

3.3.1. Tipos de vigilância

Do corpus de 48 arquivos analisados sobre o Centro da Mulher Brasileira, podemos perceber a prevalência de 3 ordens distintas da atuação da vigilância sobre a atuação das mulheres (**Tabela 1**). A primeira denominamos vigilância “sem farda”, ou em presença, caracterizada pelo trabalho de espionagem do SNI sobre as suas ações, seja infiltrando agentes em reuniões (“olheiros”), que tomavam notas de suas participações, descreviam suas atuações em eventos ou colhiam informações sobre o funcionamento do Centro, o que pressupõe a colaboração de outros no fornecimento dos dados (“espionagem”). Nesta categoria, enquadram-se 11 arquivos.

A segunda categoria refere-se à vigilância documental, aqui denominada vigilância do olhar investigativo, ou seja, a reunião de documentos, sob a forma de dossiês, para reunir “provas” da chamada ação subversiva dos centros de ação política do movimento feminista brasileiro. Do corpus, 26 arquivos integram esta categoria. Neste item, revelam-se duas intencionalidades na ordem do que é estabelecido pelo SNI, como evidência: enquanto o órgão repressor da ditadura procurava aprisionar estas mulheres pela marca da subversão e do comunismo, o material mostra outras ordens documentais para o pesquisador do futuro, a partir das “vozes incontrolladas” (GINZBURG, 2007, p. 11), contra a intencionalidade de quem o produziu. Assim, os “restos” destes dossiês permitem o (re)encontro de diferentes ações desenvolvidas pelas mulheres naquele momento, além de reunirem uma série de microfilmes que, caso não tivessem sido aproveitadas como “provas” para a repressão, não deixaria à mostra as ações frequentes e continuadas de amplificação das vozes políticas femininas no auge do período ditatorial. Dos arquivos saltam uma pluralidade de textos indicando uma ação reiterada e contundente: resoluções de reuniões, cartas reivindicatórias, panfletos, livretos educativos, entre outros, povoam centenas de páginas destes arquivos.

Por fim, notamos a presença da vigilância incidindo diretamente sobre Centro da Mulher Brasileira e que dizem respeito à produção periódica pelo próprio regime a respeito das organizações qualificadas pela ditadura como subversivas. Nestes 11 documentos, frequentemente, o CMB é apenas citado, mas sua prevalência ao lado de entidades como “Movimento Revolucionário 8 de Outubro” (MR-8) deixa claro que o SNI iguala as ações opositoras ao regime como fazendo parte de um único universo, enquadrando-as sob a égide das ações “terroristas” e “subversivas”. Neste sentido, o CMB e o MR-8 tinham intencionalidades perigosas e deveriam ser extirpados.

Além disso, observando mais detidamente a **Tabela 1**, a seguir, aparecem as qualificações atribuídas pelo SNI ao Centro, relacionando-o ao Partido Comunista Brasileiro, ao caracterizá-lo como “organização de frente do PCB”. As ações ali realizadas eram próprias de “organizações subversivas” que possuíam ligações internacionais “de frente comunista”.

Assim, a ação política junto a estes centros fazia com que suas integrantes fossem consideradas “perigosas”, e, como tal, deveriam ser reprimidas. Nesta categoria, selecionamos 11 documentos, que figuram igualmente na **Tabela 1**, e que descreve de maneira mais ampla o conteúdo dos arquivos que compõe o corpus empírico do trabalho.

Chama a atenção também a profusão de identificação de personagens do movimento feminista que aparecem nominalmente citadas, permitindo ao pesquisador do futuro a percepção da expressiva participação de lideranças no CMB, bem como de suas atuações em diversas frentes: produção de textos orientadores; direcionamento efetivo das mulheres em ações de combate à ditadura; filiação a outros órgãos de combate ao regime, notadamente do mundo do trabalho (Sindicatos, por exemplo); participação em eventos internacionais e nacionais como forma de divulgar a repressão ampla que a sociedade estava submetida; estudos variados sobre a questão feminina, Direitos Humanos e outros. O caráter pedagógico de diversas ações do Centro aparece também claramente configurado nos documentos da repressão.

Tabela 1: Tipos de vigilância do Centro da Mulher Brasileira (p. 60-65)

CATEGORIA	DATA	TÍTULO	CONTEÚDO
Presença da Vigilância	28/11/1980	Informação N° 095/116/ABR[ilegível pode ser H]/80/SNI	Atividades subversivas - organizações de fachada no Brasil. Reprodução de documento recebido do CIE. Há informações sobre a fundação do Centro, seus objetivos, extensão nos estados, organização de retaguarda (PCB), Principais atividades, principais líderes e órgão de divulgação.
Presença da Vigilância	24/02/1981	Informe 077	Trabalho feminino do PCB, que faz uma análise a respeito de uma publicação de 1978 no jornal Voz Operária, caracterizando o CMB como organização para infiltração da ideologia comunista.
Presença da Vigilância	30/10/1981	Informação N° 143/116/ARJ/81	Cursos e atividades promovidas no meio operário-sindical identificadas como influência subversiva, nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Nele consta que o CMB está promovendo o trabalho Identidade Feminina e da ação em parceria com o Departamento Feminino do Sindicato de Empregados em Estabelecimentos Bancários de Niterói, na promoção de debate sobre a discriminação da mulher na política.
Presença da Vigilância	04/01/1982	Apreciação N° 004/10/AC/82	Trata dos organismos e eventos enquadrados como "trabalho de massa" pelo documento, que se refere ao emprego de técnicas não-violentas para agitação e propaganda das organizações subversivas no Brasil, durante o ano de 1981. O arquivo enquadra o CMB como "organismo de fachada", tratando do trabalho intitulado "identidade feminina", constituído de cursos para o público feminino.
Presença da Vigilância	26/02/1982	Informação N° 032/116/ARJ/82	Informações sobre as consideradas "organizações subversivas de ideologia comunista e outras ideologias extremistas" (p. 3), de 1° setembro de 1981 a 26 de fevereiro de 1982. Dentre elas, consta o Centro da Mulher Brasileira, caracterizado como "organização-de-frente do PCB".
Presença da Vigilância	26/02/1982	Informação N° 049/03/DSI/MJ	Documento dedicado às organizações subversivas de ideologia comunista. Cita o CMB como uma das "aglutinações de organizações subversivas em "frentes" do PCB.
Presença da Vigilância	26/08/1982	Informe N° 165/19/AC/82	Relação de movimentos feministas, suas principais "vinculações" com organizações "subversivas" e líderes.
Presença da Vigilância	28/04/1983	Informação N° 010/19/ARJ/83	Intitulado "fatores que influem na formação da moral social e da opinião pública brasileiras", o documento dedica uma seção para tratar dos grupos feministas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, caracterizando como

			"essenciais para o combate ao regime político vigente" e relacionando o CMB a esta proposição.
Presença da Vigilância	26/07/1983	Informação Nº 009/16/ARJ/83	Ligações no processo subversivo no Estado do Rio de Janeiro. As folhas 2 e 3 são dedicadas às organizações feministas "consideradas pelas organizações subversivas como essenciais no apoio ao trabalho contra o regime vigente".
Presença da Vigilância	29/06/1984	Informação Nº 059/16/ARJ/84	Principais entidades e/ou movimentos femininos, do negro, dos direitos humanos e de defesa da ecologia. Sobre o CMB, destacam-se as seguintes integrantes: Lydia da Cunha, Branca moreira Alves, Heloneida Studart, Rose Marie Muraro, Therezinha de Jesus Guimarães, Maria Lucia Teixeira Viana, Comba Marques Porto, Angela Ramalho, Ana Maria Bossualdo, Berenice Ribeiro, Maria Thereza Lopes Teixeira, Regina Antonia de Toledo e Alaíde Pereira Nunes. Caracteriza o CMB como organização de frente do PCB.
Presença da Vigilância	?	Relatório Anual nº07 - 1987	Atividades dos Movimentos Populares (MPOP), no período de 1º de junho a 31 de agosto de 1987. Importante destacar que este é o documento 02 de uma série de 03 documentos do RAI, sendo estes outros números desconsiderados para esta pesquisa pois tratam de outras temáticas e não citam o CMB.
Vigilância "sem farda"	30/12/1975	Informação Nº 012/71/ARJ/SNI/75	Descreve as atividades de Therezinha de Godoy Zerbini, durante o evento promovido pelo Centro da Mulher Brasileira, sob patrocínio da ONU, para comemoração do encerramento do Ano Internacional da Mulher.
Vigilância "sem farda"	22/12/1976	Informação Nº 1178/19/AC/76	Detalhamento de reunião do Centro da Mulher Brasileira, que ocorreu em 10/11/1976, na residência da mãe de Branca Moreira Alves Vianna, então presidente do CMB.
Vigilância "sem farda"	28/04/1978	Informação Nº 245	Encontro da Mulher que Trabalha, patrocinado pelo CMB.
Vigilância "sem farda"	10/07/1979	Informação Nº 118/119/ARJ/79	Participação do Centro da Mulher Brasileira no debate "A Mulher Brasileira e os Direitos Humanos", promovido por 22 estudantes alojadas na residência universitária feminina.
Vigilância "sem farda"	04/03/1980	Informação Nº 043/116/ARJ/80	Documento a respeito do 1º Ciclo de Debates da UEE/RJ, o qual cita a fala de Santinha, como era conhecida a integrante do CMB, Maria do Espírito Santo. [Anotação da pesquisa: o arquivo foi mantido neste quadro pois a fala da nominada contida no documento traz informações sobre as atividades do Centro da Mulher Brasileira durante o período.]

Vigilância "sem farda"	14/10/1980	Informe N° 320S/102-A5/CIE	Locais no Rio de Janeiro, onde estão se realizando reuniões com pessoas de tendências esquerdistas. Nesta listagem, consta a residência de uma integrante do CMB, onde o documento aponta que ocorriam as reuniões deste centro.
Vigilância "sem farda"	16/09/1982	Informação N° 1128/S/102-A7-CIE	Infiltração "subversiva" no XII Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política (IPSA). Na descrição do evento, no painel "Mulher, Cidadania e Justiça no Brasil" constam algumas considerações das atividades do CMB, bem como sua relevância e história no desenvolvimento da temática feminista no Brasil.
Vigilância "sem farda"	05/08/1983	Informe N° 086/19/ARJ/83	Primeiro encontro de mulheres de favelas e periferias do Rio de Janeiro, que teve participação do Centro da Mulher Brasileira e de algumas de suas ex-integrantes.
Vigilância "sem farda"	14/03/1984	Informação N° 026/16/ARJ/84	Preparativos, comemorações a atividades desenvolvidas no Rio de Janeiro em decorrência do Dia Internacional da Mulher (08/03).
Vigilância "sem farda"	12/04/1984	Informe N° 148/19/AC/84	Atividades realizadas no Dia Internacional da Mulher, em vários estados brasileiros.
Vigilância "sem farda"	25/03/1985	N° ACE/Ano 11694/85	Atividades durante o Dia Internacional da Mulher, em 08 de março de 1985.
Vigilância do olhar investigativo	27/06/1977	Informação N° 031/115/77	Boletim Informativo do MDB, no qual consta no anexo uma passagem a respeito do encontro promovido pelo Centro da Mulher Brasileira, intitulado "Encontro da Mulher que Trabalha", realizado nos dias 5 e 6 de março de 1977.
Vigilância do olhar investigativo	25/04/1978	Informação N° 034/11678/ARJ/SNI	Fichamento de integrantes do Centro da Mulher Brasileira que possuíam antecedentes no CISA.
Vigilância do olhar investigativo	28/04/1978	Informação N° 245/CISA/RJ	Informativo sobre evento intitulado "Encontro da Mulher que Trabalha", organizado pelo Centro da Mulher Brasileira, em maio de 1978.
Vigilância do olhar investigativo	10/07/1978	Informação N°062/116/ARJ/78	Relação de pessoas de interesse do SNI, em que constam 3 mulheres relacionadas ao Centro da Mulher Brasileira: Maria Felisberta Trindade Jardim, Maria Teresa Lopes Teixeira, Comba Marques Porto, Ana Brito da Rocha Acker e Rose Marie Muraro.
Vigilância do olhar investigativo	10/10/1979	Informe N° 325	Relatos de atividades/contatos de pessoas consideradas "infiltrados comunistas". Este arquivo investiga Maria Ângela de Oliveira Muniz, integrante do CMB.
Vigilância do olhar investigativo	23/11/1979	Informação N° 0924/CISA-RJ	Ficha de Eliane Lima Cavassoni, integrante do Centro da Mulher Brasileira.

Vigilância do olhar investigativo	15/01/1980	Informe N° 014/320/ARJ/80	Descrição de viagem ao México e das atividades da feminista Ana Alice Costa, que, segundo o documento, é “pessoa ligada ao CMB/RJ, [...] organização de frente do PCB”.
Vigilância do olhar investigativo	12/01/1981	Informação N° 008/116/ARJ/81	Informativo a respeito do 11° Congresso Interno da PUC/RJ, um encontro com realização de debates, palestras e mesas redondas, que foi organizado pelo Centro da Mulher Brasileira em parceria com o Centro de Economia Brasileira e os Diretórios Centrais de Estudantes da BA, BSB, SP e MG.
Vigilância do olhar investigativo	27/06/1981	N° ACE/Ano: 018089/89	Informação sobre as nomeações do prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Nunes de Alencar, que, segundo o documento, nomeou para cargos públicos pessoas infiltradas do Partido Comunista. Desta listagem, destaca-se Diva de Mucio Teixeira Heimburger, apontada como infiltrada pela participação no CMB.
Vigilância do olhar investigativo	18/08/1981	Informe N° 022/116/ARJ/79	Informar sobre o trabalho intitulado “Identidade Feminina”, promovido pelo CMB e coordenado pelas seguintes nominadas: Ana Maria Bossualdo, Berenice Ribeiro e Regina Antonia Garcia De Toledo.
Vigilância do olhar investigativo	20/08/1981	Informação N° 097/40/ARJ/81	Informe a respeito das atividades de Ângela Maria Martins Ramalho, que fora designada por Lidia Cunha, presidente do CMB, para representar o Centro no congresso pela Federação Democrática Internacional da Mulher, realizado em Berlim Oriental.
Vigilância do olhar investigativo	15/12/1981	Informação N° 154/40/ARJ/81	Descrição do Congresso Mundial das Mulheres (CMM), ocorrido de 08 a 13 de outubro de 1981, na Tchecoslováquia (hoje, dividida entre República Tcheca e Eslováquia). O documento traz informações do programa do encontro, as participantes do Brasil (sendo Lydia da Cunha a representante do CMB que participou), e 7 anexos, divididos de (A) a (G), de conteúdos distribuídos durante o congresso.
Vigilância do olhar investigativo	25/03/1983	Informe N° 076/16/ARJ/83	Descritivo de grupos feministas, do Rio de Janeiro e Espírito Santo, e suas atividades que, segundo o documento, possuem ligações no processo subversivo.
Vigilância do olhar investigativo	09/06/1983	Informação N° 0145/220/CISA-RJ	Entrevista de Lydia Cunha, membra do CMB-RJ, à revista “Mulher Soviética” editada em Moscou pelo Comitê das Mulheres Soviéticas.

Vigilância do olhar investigativo	09/06/1983	REI 05-CIE, de 09 JUN 83 (Relatório Especial de Informações N° 05/83).	O Relatório Especial de Informações trata especificamente do Movimento Feminista no país, com o objetivo de "fornecer subsídios para estudo aos analistas, tendo em vista o aproveitamento que as OS pretendam fazer do chamado Movimento Feminista" (p. 5) [Nota: OS = organizações subversivas]. Seu conteúdo é dividido em 1. Considerações Iniciais; 2. Situação da Mulher na Sociedade; 3. Histórico do Movimento Feminista; 4. Conceituação do feminismo; 5. Participação Política da Mulher; 6. Atuação e interesse dos partidos comunistas; 7. Situação atual do feminismo; 8. Dia Internacional da Mulher - Comemorações no ano de 1983; 9. Conclusão; 10. Anexo: Relação de entidades feministas, nos diversos estados, com respectivos líderes e vinculações políticas.
Vigilância do olhar investigativo	17/05/1984	Informação N° 040/16/ARJ/84	Documento sobre a Conferência Mundial do Decênio da ONU para a Mulher, que seria realizado em Nairóbi/Kênia, de 15 a 26 de julho de 1985.
Vigilância do olhar investigativo	08/06/1984	Informação N° 051/16/ARJ/84	Informações sobre a reunião do Comitê de Mulheres Soviéticas em Moscou/URSS, nos dias 11 e 12 de maio de 1984. [Nota de pesquisa: as informações sobre o Comitê de Mulheres Soviéticas, que encaminhou materiais ao Centro da Mulher Brasileira, consta no arquivo BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_84042995_d0001de0001, que foi suprimido deste quadro em função da metodologia desta pesquisa.]
Vigilância do olhar investigativo	05/07/1984	Informe n° 0505/135/CISA-RJ	Educação sexual - curso ministrado pela Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, com participação de diversas entidades feministas. Destaca-se a citação de Maria Jose de Lima, integrante do CMB.
Vigilância do olhar investigativo	28/07/1984	Informação N° 069/16/ARJ/84	Documento com finalidade de descrever ações de "organizações subversivas" que possuem ligações internacionais "de frente comunista". Descreve as atividades de dezenas de instituições, dentre elas o Centro da Mulher Brasileira, que fora convidado para participar da Conferência Mundial do Decênio da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Mulher, em Nairóbi - Kênia, em julho de 1985.
Vigilância do olhar investigativo	28/11/1984	Informe N° 3287-C/84	Trata das nomeações e exonerações nos governos estaduais e municipais do Rio de Janeiro. Ao lado de outros nomes, consta informação a respeito de Suely Rozenfeld, Assessora-chefe da Assessoria de Planejamento da Subsecretaria Municipal de Saúde, que é caracterizada a partir de sua associação ao Centro da Mulher Brasileira.
Vigilância do olhar investigativo	16/04/1985	Informação N° 0225/85/220/CISA-RJ	Documento que relaciona as principais atividades desenvolvidas pelo Partido Comunista brasileiro durante o mês de março de 1985. O arquivo cita a participação do CMB em congresso realizado em Havana - Cuba, caracterizando-o como "entidade de frente do PCB".

Vigilância do olhar investigativo	05/03/1987	Nº ACE/Ano: 06784 87	Informações sobre Hildete Pereira de Melo, ex-integrante do Centro da Mulher Brasileira, que fora designada para a Superintendência Nacional de Abastecimento – SUNAB, por Aloísio Teixeira.
Vigilância do olhar investigativo	20/08/1987	Nº ACE/Ano: 015014/87	A realização do Congresso Mundial de Mulheres em Moscou/URSS.
Vigilância do olhar investigativo	20/05/1988	Nº ACE/Ano: 0066008 88 "Relatório Anual das Atividades do PCB"	Documento que descreve as atividades do Partido Comunista Brasileiro, relacionando pessoas e instituições que, segundo o texto, são infiltradas pela organização.
Vigilância do olhar investigativo	12/08/1988	Nº ACE/Ano: 016193/88	Descritivo do Centro da Mulher Brasileira, contendo sua data de fundação no Rio de Janeiro, principais premissas e ações objetivadas.
Vigilância do olhar investigativo	27/09/1988	Nº ACE/Ano: 16474	Descrição do Centro da Mulher Brasileira, trazendo informações desde a sua criação até a data de encaminhamento do documento à Agência Central. Destacam-se as metas do CMB, bem como integrantes representativas (Branca Moreira Alves, Eleonora Comba Marques Porto, Moema Eulália de Oliveira Toscano e Jacqueline Pitanguy de Romani). O arquivo trata ainda das origens de financiamento do Centro e cita o processo de esvaziamento que ocorre em 1983/84, em virtude de divergências dentro da organização.

De forma análoga, as mesmas categorias foram utilizadas para dividir a documentação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, cuja investigação se debruçou sobre 36 documentos.

Na primeira categoria, vigilância “sem farda”, figuram 15 documentos que tratam principalmente de eventos organizados pelo CNDM. Nestes, observamos também a atuação do SNI interceptando telegramas enviados pelas integrantes do Conselho. Em um deles (Nº ACE/ANO 7953/89), consta uma série de comunicações entre órgãos do SNI com o objetivo de registrar as informações a respeito das comemorações do Dia Internacional da Mulher, o que revela a metodologia própria e configuração operacional do SNI.

Ainda nesta mesma categoria, o Serviço Nacional de Informações despence esforços para espionar as ações destas mulheres que, naquele momento, atuavam como funcionárias do próprio Estado. Esta atuação é particularmente flagrante pois, apesar da ditadura ter oficialmente terminado em 1985, o órgão persistiu em sua ação investigativa, o que caracteriza uma atitude fundamentalmente antidemocrática. Assim, além de consolidar informações como quem eram os palestrantes nos eventos promovidos pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher, quais eram as falas e até mesmo como elas eram recebidas pelas pessoas presentes, há a atuação do uso de uma “espiã”, Maria Lúcia D’Ávilla Pizzolante. Integrante do Conselho, Pizzolante fornecia informações a respeito de reuniões privadas do CNDM ao SNI, disponibilizando inclusive uma fotografia de uma reunião que ocorreu em Bertioga/SP (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) – Denúncias de irregularidades)⁴⁰.

Na segunda categoria, vigilância do olhar investigativo, de forma análoga à ação com o CMB, o SNI produz dossiês a respeito das integrantes do Conselho e de suas ações planejadas. É interessante observar que, sendo um órgão do governo, as ações planejadas pelo CNDM não deveriam ser pauta para o SNI, uma vez que deveriam ser organizadas sob a ótica do poder do Estado, passando inclusive por aprovação das instituições às quais estava subjugado. Outro ponto que vale destacar é a utilização do rótulo de “(ex)integrante do Centro da Mulher Brasileira” como uma categoria que configura antecedentes das mulheres do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Disso, depreende-se que, na visão do SNI, o

⁴⁰ As ações de Maria Lúcia D’Ávilla Pizzolante serão retomadas na segunda parte da dissertação, sob a ótica das mulheres que fizeram parte do Conselho Nacional de Direitos da Mulher.

Centro da Mulher Brasileira, em si mesmo, representaria uma espécie de “indicador criminal”.

Por fim, na categoria presença da vigilância, 8 documentos citam e/ou exploram o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher dentro de relatórios dedicados ao acompanhamento dos movimentos populares, que tinham periodicidade definida (mensal, trimestral ou anual). Sendo estes documentos dedicados ao acompanhamento dos assuntos considerados “críticos” do ponto de vista da Segurança Nacional, por que um órgão do governo seria considerado? Em alguns destes arquivos, o CNDM é inclusive figurado como uma “organização de frente e de fachada do MR-8”, sendo categorizado com grau de infiltração “não-controlada”.

Tabela 2: Tipos de vigilância do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (p. 68-72)

CATEGORIA	DATA	TÍTULO	CONTEÚDO
Presença da vigilância	16/01/1986	Relatório Periódico Mensal N° 12/85	O relatório periódico mensal dedica-se a assuntos considerados "críticos" do ponto de vista da Segurança Nacional, ressaltando as principais "correntes" do Campo Psicossocial, em especial na atuação dos Movimentos Populares.
Presença da vigilância	08/06/1987	Relatório Anual de Informações N°04-B/86	O relatório anual de Informações dedica-se a assuntos considerados "críticos" do ponto de vista da Segurança Nacional, ressaltando as principais "correntes" do Campo Psicossocial, em especial na atuação dos Movimentos Populares. Este, trata especificamente da "esquerda revolucionária e partido dos trabalhadores", à exceção do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Nota-se a citação do CNDM no quadro "relação das organizações de frente e de fachada do MR-8", sendo categorizado com grau de infiltração não-controlada.
Presença da vigilância	01/07/1987	Relatório Periódico Mensal N° 03/87	O relatório periódico mensal dedica-se a assuntos considerados "críticos" do ponto de vista da Segurança Nacional, ressaltando as principais "correntes" do Campo Psicossocial, em especial na atuação dos Movimentos Populares.
Presença da vigilância	16/07/1987	Relatório Periódico Mensal n° 06/1987	Relatório periódico mensal, referente ao mês de junho de 1987, que trata de assuntos considerados "críticos" para a "segurança nacional", em especial destacando os "acontecimentos" no campo psicossocial, com a prevalência de informações sobre Movimentos Populares.
Presença da vigilância	04/11/1987	Infiltração Comunista nos Diversos Setores de Atividades	Dossiês de pessoas, consideradas "elementos" de "infiltração comunista", nomeadas para cargos e funções em diversos órgãos públicos, que registram antecedentes.
Presença da vigilância	13/12/1988	Atividades dos Movimentos Populares - RAI n° 07 - 1988	Atividades dos Movimentos Populares (MPOP), no período de junho, julho e agosto de 1988.

Presença da vigilância	19/02/1990	Atividades dos Movimentos Populares - RAI nº 07 - 1989	Atividades dos Movimentos Populares, de primeiro de junho a 31 de agosto de 1989.
Presença da vigilância	?	Relatório Anual nº07 - 1987	Atividades dos Movimentos Populares (MPOP), no período de 1º de junho a 31 de agosto de 1987.
Vigilância "sem farda"	07/03/1986	Lançamento da Campanha "Diga Não à Violência contra a Mulher" no Estado do Maranhão	Trata dos encontros promovidos pelo CNDM em virtude do lançamento da campanha "Diga não à violência contra a mulher", no Maranhão. Cita que Ruth Escobar deveria ter comparecido, mas foi substituída pela coordenadora regional da Federação das Mulheres Maranhenses.
Vigilância "sem farda"	12/03/1986	Informe Nº 00062/CNSP/160386	Publicações distribuídas durante o evento "A Imagem da Mulher nos Meios de Comunicação"
Vigilância "sem farda"	16/05/1986	Lançamento da Campanha "A Mulher na Constituinte"	Dossiê a respeito do evento de lançamento da campanha "A Mulher na Constituinte", descrevendo convidados, suas falas e demais acontecimentos da reunião.
Vigilância "sem farda"	03/06/1986	Fase II do Simpósio "Minas Gerais e a Constituinte"	Fala sobre o tema "A Mulher e a Constituinte", em plenário promovido pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. São descritas as propostas e apontadas pessoas que tiveram falas durante a seção sobre os subtemas visando a inserção de alguns itens na nova Constituição Brasileira. São estes: 1) Direitos e Garantias Individuais; 2) Trabalho; 3) Família; 4) Saúde e 5) Forças Armadas. Nas considerações finais do documento, destaca-se que "Das várias propostas de sugestões para a Nova Constituição, as que mais mereceram destaque foram as de reformulação das Forças Armadas, e uma outra, de extinção do SNI. [...] Entretanto, [...] essas propostas não tiveram a manifestação de apoio por parte dos presentes e nem o consenso da Comissão organizadora".
Vigilância "sem farda"	29/10/1986	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) - Denúncias de Irregularidades	Trata da denúncia de favorecimento dentro da entidade, bem como expondo que, segundo Maria Lúcia D'Ávila Pizzolante, o órgão estaria se desviando dos objetivos para canalizar condutas libidinosas e práticas homossexuais, citando a reunião em Bertioga/SP.

Vigilância "sem farda"	18/11/1986	Primeira Conferência Nacional Saúde e Direitos da Mulher	Conferência promovida pelo CNDM, intitulada "Primeira Conferência Nacional Saúde e Direitos da Mulher (CNSDM)", com descrição de palestrantes, trechos de falas e documentos do evento.
Vigilância "sem farda"	15/04/1987	XII Congresso Federal da União Democrática das Mulheres na Alemanha	Transcrição de telex, enviado por Jacqueline Pitanguy, presidente do CNDM, destinado ao XII Congresso Federal da União Democrática da Alemanha, com o objetivo de informar que ela não estaria presente no encontro em questão.
Vigilância "sem farda"	17/09/1987	Nº ACE/ANO 012558/87	Trata da I Jornada do Comitê das Nações Unidas no Brasil, contra a Discriminação à Mulher, realizado nos dias 30 e 31 de agosto de 1987, com participação efetiva do CNDM.
Vigilância "sem farda"	17/05/1988	Informe Nº PM2-430/2EMPM/220488	Registro de manifestação organizada pelo CNDM em São Paulo, denominada "Dia Nacional de Luta em Defesa da Licença Maternidade de 120 dias/Licença Paternidade de 08 dias e das Creches para crianças de 0 a 6 anos"
Vigilância "sem farda"	14/03/1989	Nº ACE/ANO 7953/89	Séries de comunicações (aparentemente TELEX/telegramas) entre órgãos do SNI para registro de informações a respeito das comemorações do Dia Internacional da Mulher, nos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.
Vigilância do olhar investigativo	10/09/1985	Informe Nº 091/04/85/DSI/MJ	Trata do Decreto Nº 91.696, de 27 Set 85, sobre a autonomia administrativa e financeira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.
Vigilância do olhar investigativo	10/09/1985	Informe Nº 091/04/85/DSI/MJ	Fala sobre a sanção da lei que cria o CNDM, dispondo sua estrutura administrativa e membros efetivos/suplentes.
Vigilância do olhar investigativo	19/09/1985	Conselho Nacional para a Defesa dos Direitos Femininos	Dossiê a respeito do CNDM, com descritivos de suas integrantes e antecedentes no SNI.

<p>Vigilância do olhar investigativo</p>	<p>08/10/1985</p>	<p>Presença Soviética na Cerimônia de posse do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher</p>	<p>Trata da presença do encarregado de negócios da embaixada da URSS e do primeiro-secretário para assuntos culturais da embaixada da URSS na cerimônia de posse da diretoria do CNDM, a pedido de Maria Letícia Panisset, assessora da deputada Ruth Escobar. Segundo o documento, Maria Letícia solicitou ao primeiro-secretário um material sobre o movimento das mulheres soviéticas, que iria integrar um banco de dados organizado pelo Conselho. Além disso, também fala sobre um convite realizado à Ruth Escobar para almoçar na embaixada da URSS, que teria sido aceito.</p>
<p>Vigilância do olhar investigativo</p>	<p>26/03/1986</p>	<p>Nomeação de esquerdistas para cargos na esfera federal, no período de dez/85 e jan/fev/86</p>	<p>Nomeações em cargos públicos de pessoas consideradas "esquerdistas". Vale citar: nomeação de Heny Vanzan, no Conselho Nacional de Direito Autoral, cuja "prova" do esquerdismo é ter sido "uma das fundadoras do Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro, entidade de frente do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sobre o CNDM, traz a nomeação de Madalena Brandão de Almeida, caracterizada como esquerdista por ser casada com "ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)".</p>
<p>Vigilância do olhar investigativo</p>	<p>07/05/1986</p>	<p>Dia Internacional da Mulher</p>	<p>Documento a respeito das principais manifestações alusivas ao "Dia Internacional da Mulher". Sobre a ação do CNDM, em São Paulo, destaca-se a promoção do Seminário "A Imagem da Mulher nos Meios de Comunicação", realizado em São Paulo. Este evento marcou também o lançamento da "Campanha pela participação da mulher na Constituinte". Sobre este ponto, o documento destaca: "Pelo fato do evento ter coincidido com o auge das repercussões das novas medidas econômicas, os discursos proferidos, naquela ocasião, quase em sua totalidade tiveram, como ponto central, os novos rumos econômicos adotados pelo Governo, fugindo, pois, do tema Mulher."</p>
<p>Vigilância do olhar investigativo</p>	<p>23/06/1986</p>	<p>Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)</p>	<p>Dossiê a respeito do CNDM, consolidando documentação de criação e composição de seu conselho administrativo. Traz a denúncia de uma deputada a respeito de ação de medida cautelar contra a então presidente do CNDM, Ruth Escobar.</p>

Vigilância do olhar investigativo	15/07/1987	Contatos de Brasileiras com a embaixada da URSS em Brasília	Trata de contatos estabelecidos por Maria Lúcia D'Ávila Pizzolante, conselheira do CNDM, que estaria mantendo contatos com a Embaixada da URSS em Brasília. Além disso, também teria visitado Moscou, para tratar de assunto desconhecido pelo SNI.
Vigilância do olhar investigativo	03/09/1987	Participação Brasileira no "Congresso Mundial de Mulheres", em Moscou/URSS	Fala da realização do congresso mundial de mulheres, em Moscou/URSS, destacando a presença de integrantes do CNDM e do CMB.
Vigilância do olhar investigativo	19/05/1988	Movimento Feminista - "Dia Internacional da Mulher"	Trata das manifestações e demais atividades promovidas em comemoração do Dia Internacional da Mulher em todo o país.
Vigilância do olhar investigativo	07/06/1988	Viagens ao exterior autorizadas pelo Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República	Fala sobre viagem à Tchecoslováquia realizada por Jacqueline Pitanguy, presidente do CNDM. É interessante notar a presença de Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, que é citada no documento em virtude de sua viagem à Cuba, sendo caracterizada com: "Em 1978, integrou o "Centro da Mulher Brasileira", organização de frente do PCB. É militante do PCB".
Vigilância do olhar investigativo	28/08/1988	Visita da Presidente da União das Mulheres da Tchecoslováquia ao Brasil	Traz a programação da visita de Marie Kabrhelova, a convite do CNDM. No documento, consta que Jacqueline teria cancelado uma visita que seria feita à recém fundada Confederação das Mulheres do Brasil, uma organização de frente do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, na cidade de São Paulo/SP, haja vista que essa entidade não segue a orientação do CNDM.
Vigilância do olhar investigativo	29/09/1988	Principais acontecimentos do Campo Psicossocial no Mês de Maio em 1988	Fala a respeito da realização do "Tribunal Winnie Mandela", organizado pelo CNDM, pelo Conselho Estadual da Condição Feminina pela OAB, destinado a julgar as consequências da Lei Área para a população negra no Brasil, especialmente para a mulher negra. Além disso, declara estar prevista uma marcha "contra o racismo e a exploração".

Fonte: Fundo SNI - Arquivo Nacional.

3.3.2. Qualificações do CMB e do CNDM

Este item buscou identificar, através das narrativas construídas, as produções de sentido relacionadas aos órgãos. A principal e mais prevalente delas é a associação do Centro da Mulher Brasileira (CMB) ao “PCB”. Contudo, esta associação não era feita estabelecendo uma simples relação, mas sim uma qualificação bem específica: a de que o CMB seria uma “organização de frente” ou “de fachada” do PCB. Esta categoria não é atribuída de maneira fluida, muito pelo contrário. Ela implica na descredibilização completa tanto do Centro da Mulher Brasileira quanto de suas ações, pois configura a estrutura como uma mera aparência, utilizada para ocultar a sua “verdadeira” natureza, que seria a ação do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Ainda nesta qualificação, observamos a utilização da alcunha “fachada”, que mais do que uma “organização de frente”, denota a aparência enganosa como uma espécie de véu que estaria ocultando práticas desonestas e/ou ilegais. Neste sentido, a simples categorização do Centro da Mulher Brasileira enquanto um disfarce aparente do PCB já implica culpa ao CMB, sendo o suficiente não somente para caracterizar a subversão da organização, mais também para justificar a própria ação do SNI em relação ao Centro.

Esta categoria, quando empregada na documentação, não era utilizada de forma conclusiva, mas como premissa. Na estrutura narrativa dos arquivos analisados, não existia, necessariamente, uma preocupação de arregimentar provas que culminassem na conclusão de que o Centro da Mulher Brasileira seria uma organização de frente do PCB. Notamos isso especialmente no seguinte trecho: “Patenteia-se, assim, mais uma vez, que o CMB – organização de frente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – atua como porta-voz de entidades soviéticas integrantes do Movimento Comunista Internacional (MCI)” (Informação Nº 051/16/ARJ/84). Percebe-se que atuar como porta-voz do MCI é uma conclusão produzida na narrativa do documento, mas ser “organização de frente do Partido Comunista”, não. No contexto do discurso do SNI, isto não precisava ser “provado”, e, estando presente em todas as categorias de vigilância organizadas por nós, a qualificação prevaleceu por 10 anos, inclusive após o fim oficial do regime ditatorial, em 18 variações de escrita diferentes (Apêndice 2).⁴¹

⁴¹ Estas variações podem ser minuciosamente estudadas na tabela presente no Apêndice deste trabalho.

Tabela 3: Resumo das ocorrências da qualificação que caracteriza o Centro da Mulher Brasileira como organização de frente do PCB

Qualificação "organização de frente/de fachada do PCB"	
Total de Ocorrências	28
Vigilância do olhar investigativo	14 ocorrências
Vigilância "sem farda"	1 ocorrência
Presença da vigilância	13 ocorrências
Variações de escrita identificadas:	18
Período:	10 anos (1978-1987)

Mas esta não foi a única associação a organizações consideradas antagônicas ao regime que as documentações produziam. Em sua estrutura, muitas vezes observamos a utilização de diversas instituições diferentes em quadros de resumo ou parágrafos descritivos a respeito do Centro da Mulher Brasileira. O simples fato de os arquivos citarem estas organizações ao tratarem do Centro demonstra uma camada de signos complexos a respeito daquele passado. Por exemplo, no descritivo do Centro da Mulher Brasileira produzido em 12 de agosto de 1988, o SNI destaca o fato do CMB ter tido “verbas concedidas pelo MEC”, buscado financiamento junto à Fundação Carlos Chagas, à agência Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Centro Nacional Bertha Lutz. Este apontamento, no contexto da aparelhagem repressiva do SNI, qualifica não somente o Centro, mas de forma extra-discursiva revela qualificações a respeito destas próprias instituições. Caso não fossem, na visão da ditadura, expressões de subversão, provavelmente não teriam sido utilizadas para caracterizar uma “organização de frente do PCB”.

Ainda nesta categoria discursiva, outras instituições foram utilizadas para caracterizar o Centro da Mulher Brasileira. Além das instituições que ofereciam financiamento, destacam-se as entidades de pesquisa e educação, como por exemplo o Instituto Universitário de Pesquisa do RJ (IUPERJ), Instituto de Ação Cultural (IDAC) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Sindicatos e associações de moradores, naturalmente, também irão figurar como uma qualificação por meio de instituições antagônicas. Estas organizações, tanto quanto as supracitadas, representavam uma força expressiva de mobilização popular frente às transgressões da ditadura.

E, por mais que possa parecer óbvio que um Centro cujo principal compromisso é advogar pela causa da mulher, o SNI também utiliza outras organizações feministas para qualificar o CMB. Neste âmbito, observamos dois aspectos especialmente interessantes. Em

primeiro lugar, isto já revela que, para o SNI, o feminismo por si só seria uma atividade política considerada subversiva, sem nem precisar estar associado a uma organização considerada comunista. Contudo, é claro, esta consideração descortina a segunda observação importante: todas as instituições feministas já eram fundamentalmente comunistas, na percepção da ditadura.

Por consequência, qualquer trabalho ou encontro desenvolvido tanto pelo Centro quanto por outras organizações feministas era uma prova de subversão. Assim, os arquivos pontuam a organização, por exemplo, do primeiro e segundo Congresso da Mulher Fluminense, o Encontro do Movimento das Mulheres no Brasil, as atividades do Dia Internacional da Mulher e o Encontro Nacional de Mulheres. Mais destaque, ainda, mereciam as iniciativas que focalizavam na questão Mulher e Trabalho, ou que eram organizadas por organizações feministas internacionais que, na visão do SNI, seriam todas filiadas (ou, no mínimo, infiltradas) no Movimento Comunista Internacional.

Mas a dominação subversiva não estaria restrita apenas às organizações feministas, sendo a ação inclusive da Organização das Nações Unidas (ONU) entendida da seguinte forma:

O surgimento e a atuação das diversas organizações de solidariedade, bem como das entidades de intercâmbio cultural, são na verdade núcleos de irradiação do comunismo e acelerador do processo de subversão no País, uma vez que seus dirigentes, quase na totalidade, professam a ideologia marxista e procuram disseminar essas idéias [sic] nas várias camadas da sociedade. A atual situação de crise econômica no BRASIL aliada à abertura política, tem permitido um crescimento bastante significativo de manifestações criticando atos e o regime de governo brasileiro, assim como fazendo do nosso País, palco de críticas a outros governos, principalmente dos países da América Latina e Central. O Governo do Estado do Rio de Janeiro tem contribuído sobremaneira para esses movimentos, quer seja pelas suas ligações com governos socialistas ou comunistas, ou com organizações de frente comunista, quer pela benevolência como tem encarado as várias manifestações reivindicatórias ou contestatórias, inclusive com a participação efetiva de estrangeiros. (Informação Nº 069/16/ARJ/84, de 28/07/1984)

Todas estas qualificações antagônicas são importantes porque qualificam o CMB a partir de uma visão que designa o trabalho do Centro como algo que servia essencialmente para a orientação ideológica da mulher ao comunismo e à esquerda. Assim, tanto as organizações consideradas subversivas quanto as ações desenvolvidas no Centro da Mulher Brasileira estariam dentro daquilo que o SNI qualifica como “trabalho de massa do PCB”. Ao mesmo tempo em que reconhecem a ação política desenvolvida no CMB como perigosa,

a desmerecem porque esta atividade política está fundamentalmente subjugada a interesses ideológicos e políticos de um comunismo presumido, que estaria sendo provado pelas ligações a outras organizações igualmente antagônicas e pelos trabalhos e encontros desenvolvidos entre elas.

Na **Tabela 4** a seguir, figuram as qualificações que associam o Centro da Mulher Brasileira a instituições ou ações consideradas antagônicas à ditadura. Estas qualificações são diferentes da discutida anteriormente, e resumida na **Tabela 3**, pois qualificam a partir de associação, e não enquanto uma afirmação que é premissa, o que é o caso em “organização de frente do PCB”. Observa-se, por exemplo, a presença da qualificação “organização de retaguarda do PCB”, na Informação Nº 095/116/ABR[ilegível pode ser H]/80/SNI, de 28/11/1980, que emprega o sentido diferente do observado na **Tabela 3**, uma vez que retaguarda implica uma ideia de suporte, defesa e apoio, e não a total invalidação das atividades feministas do CMB como uma “farsa comunista”.

Além disso, os eventos promovidos pelo CMB, enquanto prova da sua filiação à ideologia de esquerda, são mencionados em 3 situações: 1) quando estes ocorrem em países de regimes considerados de esquerda; 2) quando a temática do encontro envolve sexualidade, aborto ou trabalho; e 3) quando estes ocorrem em espaços de sindicatos e/ou com convidados sindicalistas.

É interessante notar a utilização da expressão “atividade política” no escopo da documentação pesquisada, pois indica que, no âmbito das atividades feministas aparentemente não consideradas “perigosas” pela ditadura, a atuação exercida pelas mulheres era frequentemente desqualificada como não sendo de natureza política. Apesar dessa qualificação, elas foram alvos frequentes de vigilância, repressão, prisão e fichamentos como pertencentes à esfera da “subversão”. A qualificação pertence, portanto, à esfera narrativa de desqualificação prévia da ação política do movimento feminista.

Outras qualificações também são utilizadas de forma negativa para imputar culpa ao CMB. Como por exemplo, editar boletins bimestrais (publicações) (Informação Nº 095/116/ABR[ilegível pode ser H]/80/SNI, de 28/11/1980), investigar sobre identidade de torturadores (idem), patrocinar outros centros feministas (idem), realizar reuniões (Informe Nº 320S/102-A5/CIE, de 14/10/1980) e até mesmo promover um encontro com mulheres moradoras da periferia (Informe Nº 086/19/ARJ/83, de 05/08/1983). Sobre este último, vale destacar a utilização da expressão “objetivo declarado do encontro” para a descrição do evento, como quem procura inferir que haveria outro objetivo subjacente.

Tabela 4: Qualificações que associam o Centro da Mulher Brasileira a instituições ou a ações consideradas antagônicas à ditadura (p. 77-85)

QUALIFICAÇÃO	TÍTULO	TIPO DE VIGILÂNCIA	DATA
Centro Da Mulher Brasileira (CMB), [...], está promovendo, através dos Departamentos Femininos dos Sindicatos do Rio De Janeiro, um trabalho intitulado "Identidade Feminina", constituído de cursos para o público feminino	Apreciação Nº 004/10/AC/82	Presença da Vigilância	04/01/1982
Integra a Federação Democrática Internacional de Mulheres (FEDIM), sediada em Berlim Oriental, na República Democrática da Alemanha (RDA). É também filiada à RIF [nota de pesquisa: Rede Internacional Feminista]	Informação Nº 009/16/ARJ/83	Presença da Vigilância	26/07/1983
Realizou contatos com o Instituto de Ação Cultural (IDAC), fundado em Genebra, na Suíça, por asilados brasileiros com a ajuda do Conselho Mundial das Igrejas (CMI)			
Lydia Da Cunha, Maria Thereza De Lima E Maria Do Carmo De Sant'ana representaram o CMB no Congresso Mundial Das Mulheres realizado em Praga, na Tchecoslováquia, em out. 81, patrocinado pela FDIM e organizado pela União Das Mulheres Tchechoslovacas	Informação Nº 009/16/ARJ/83	Presença da Vigilância	26/07/1983
O CMB foi representado por Branca Maria Moreira Alves no Congresso Internacional Pela Anistia No Brasil, realizado em Roma, em jun. 79.			
Também fazem parte do CMB: Ângela Maria Martins Ramalho, Comba Marques Porto, Rose Marie Gebara Muraro, Moema Eulália De Oliveira Toscano, Maria Lúcia Teixeira Viana E Maria Thereza Lopes Teixeira, todas militantes do PCB."			

<p>[...]presença de representantes da Federação Das Associações De Moradores Do Estado Do Rio De Janeiro (FAMERJ) e de várias Associações de Moradores nas reuniões preparatórias</p>	<p>Informação N° 026/16/ARJ/84</p>	<p>Vigilância "sem farda"</p>	<p>14/03/1984</p>
<p>Identificação de pessoas de interesse na passeata "Ivan Martins Pinheiro, do Comitê Central do PCB", "Clara Maria de Oliveira Araújo, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)", dentre outros</p>			
<p>Os meios de divulgação de massa deram destaque ao Dia Internacional da Mulher, mas sob o prisma feminista das reivindicações [...]. Exceção foi a Folha De São Paulo, que explorou o assunto sob o prisma das eleições diretas, seu carro-chefe atual.</p>			
<p>Os pontos de divulgação através de panfletagem foram escolhidos e a kombi placa JV 4549/RJ, pertencente ao Sindicato Dos Bancários, dotada de auto-falantes [sic], foi engajada na convocação do público para a passeata.</p>			
<p>Isto posto, é fácil verificar a infiltração do MCI [Movimento Comunista Internacional] em organismos da ONU e a maneira pela qual, convocando entidades dominadas por comunistas, consegue fazer da citada organização internacional porta-voz dos princípios e teses marxistas.</p>	<p>Informação N° 040/16/ARJ/84</p>	<p>Vigilância do olhar investigativo</p>	<p>17/05/1984</p>
<p>Item "aglutinação de organizações subversivas em "frentes" PCB: Centro Da Mulher Brasileira", citado junto ao Instituto Cultural Brasil-URSS, Comissão Pró-CUT, Centro de Memória Sindical, Movimento de Profissionais por um Governo Democrático</p>	<p>Informação N° 049/03/DSI/MJ</p>	<p>Presença da Vigilância</p>	<p>26/02/1982</p>
<p>Atua como porta-voz de entidades soviéticas integrantes do Movimento Comunista Internacional (MCI)</p>	<p>Informação N° 051/16/ARJ/84</p>	<p>Vigilância do olhar investigativo</p>	<p>08/06/1984</p>

<p>Patenteia-se, assim, mais uma vez, que o CMB - organização de frente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) - atua como porta-voz de entidades soviéticas integrantes do Movimento Comunista Internacional (MCI)</p>			
<p>Ligações de sindicado, entidades estudantis, religiosas, culturais e outras, com organizações internacionais de frente comunista</p>	<p>Informação N° 069/16/ARJ/84</p>	<p>Vigilância do olhar investigativo</p>	<p>28/07/1984</p>
<p>O surgimento e a atuação das diversas organizações de solidariedade, bem como das entidades de intercâmbio cultural, são na verdade núcleos de irradiação do comunismo e acelerador do processo de subversão no País, uma vez que seus dirigentes, quase na totalidade, professam a ideologia marxista e procuram disseminar essas idéias [sic] nas várias camadas da sociedade. A atual situação de crise econômica no BRASIL aliada à abertura política, tem permitido um crescimento bastante significativo de manifestações criticando atos e o regime de governo brasileiro, assim como fazendo do nosso País, palco de críticas a outros governos, principalmente dos países da América Latina e Central. O governo do estado do Rio De Janeiro tem contribuído sobremaneira para esses movimentos, quer seja pelas suas ligações com governos socialistas ou comunistas, ou com organizações de frente comunista, quer pela benevolência como tem encarado as várias manifestações reivindicatórias ou contestatórias, inclusive com a participação efetiva de estrangeiros. Cabe ressaltar neste ponto a penetração conseguida nos meios de comunicação, pois embora não venham conseguindo o apoio popular, sempre divulgam os seus programas em grande escala."</p>			
<p>Apoiou as atividades da "Locas de La Plaza Mayo"</p>	<p>Informação N° 095/116/ABR[ilegível pode ser H]/80/SNI</p>	<p>Presença da Vigilância</p>	<p>28/11/1980</p>
<p>Organização de retaguarda: Partido Comunista Brasileiro (PCB)</p>			

Participou da campanha pela Anistia, tendo, posteriormente, rompido relações com o CBA devido a desentendimentos entre as duas agremiações.			
Investigação sobre identidade de torturadores			
Edita um boletim Bimestral			
Participou dos movimentos para reestruturação da UNE			
Patrocinou o "Encontro da Mulher que trabalha"			
Patrocinou e estimulou a criação de outros centros Feministas ligados à atividade política			
Patrocinou o "Encontro Nacional de Mulheres"			
O CMB é, realmente, filiado à FDIM, com sede em Berlim Oriental, sendo uma organização comunista voltada para a orientação ideológica da mulher	Informação Nº 097/40/ARJ/81	Vigilância do olhar investigativo	20/08/1981
Paralelamente, o CMB e o departamento feminino do sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Niterói/RJ promoveram debate com a participação de Sandra Salim, Rosalda Paim, Inah De Souza Meirelles e Heloneida (Studart) Soares Orban (PCB), sobre os temas: - "As dificuldades e as Discriminações que impedem a participação da Mulher no campo da política"; e - "As formas em que se pode dar essa participação".	Informação Nº 143/116/ARJ/81	Presença da Vigilância	30/10/1981
Promovendo através dos Departamentos Femininos dos Sindicatos do Rio, um trabalho intitulado "Identidade Feminina", constituído de cursos para o público feminino.			
Essa atividade, fora de dúvida, insere-se dentro das diretrizes do PCB, difundidas através do artigo o I Congresso Das Metalúrgicas", de autoria de Zuleika Allambert, [...] do qual transcrevemos o seguinte trecho" [nota de pesquisa: utilização de trecho/"aspas" como "prova"]	Informação Nº 245/CISA/RJ	Vigilância do olhar investigativo	28/04/1978

Sobre debate promovido pelo CMB "debates de cunho político, visavam arregimentar a mulher para o Movimento Feminino para Anistia Geral dos presos Políticos e Prejudicados pelas Leis de Exceção"	Informação N°062/116/ARJ/78	Vigilância do olhar investigativo	10/07/1978
[resolução sobre o trabalho com as mulheres publicada no] jornal Voz Operária	Informe 077	Presença da Vigilância	24/02/1981
[...] 81, em Praga/Tchecoslováquia, foi realizado um Congresso Mundial Das Mulheres, patrocinado pela FDIM e organizado pela União Das Mulheres Tchechoslovacas (UMT). Pelo BRASIL, é certo terem comparecido ao citado Congresso: Lydiá Da Cunha, Maria Thereza Alves De Lima, SDQ, ambas do CMB, e Maria Do Carmo De Sant'ana, SDQ, apelidada de "Baixinha", esta de São Paulo.	Informe N° 076/16/ARJ/83	Vigilância do olhar investigativo	25/03/1983
[...] desenvolveu um trabalho denominado "Identidade Feminina", através [d-sic]os Departamentos Femininos dos Sindicatos do RIO DE JANEIRO. Tal trabalho foi coordenado por Ana Maria Bossualdo, Sdq, Berenice Ribeiro e Regina Antonia Garcia De Toledo, SDQ."			
[...]81, foi realizado, na Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro (UERJ), o 2º Congresso Da Mulher Brasileira. é certo que pelo CMB compareceram Heloneida Soares Orban, Rose Marie Gerbara Muraro, Moema Eulália De Oliveira Toscano e Ana Maria Brandão (Guguta)			
[...]81, na Faculdade Cândido Mendes, em Ipanema/RJ, foi realizada a primeira etapa do Encontro Do Movimento Das Mulheres No Brasil. Dentre as presentes, Branca Maria Moreira Alves e Eleonora Comba Marques Porto, SDQ, do CMB."			

<p>Em 1981, Ângela Maria Martins Ramalho, SDQ, (Passaporte CA-871.199) foi designada por Lydia Da Cunha, então presidente do CMB, para comparecer ao evento promovido pela Federação Internacional Feminina (FIF), em Berlim Oriental/RDA</p>			
<p>Instituto Astrogildo Pereira [sic - Instituto Astrojildo Pereira] (IAP), dominado pelo PCB/Ala Prestes</p>			
<p>[possui ligação com] o Instituto Metodista Bennett (IMB), através Lúcia Helena de Souza, funcionária do mesmo. O IMB segue a orientação do CMI [Conselho Mundial de Igrejas], apoiando e pregando a "Teologia da Libertação"</p>			
<p>Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ)</p>			
<p>Patrocinou um Encontro Da Mulher Que Trabalha, no Sindicato Dos Metalúrgicos/RJ</p>			
<p>Quando das comemorações do Dia Internacional Da Mulher, em 07 Mar. 82, enquanto no Clube Da Light predominava a liderança do Movimento Revolucionário 8 De Outubro (MR-8), no Museu De Arte Moderna (MAM), dominava o PCB (CMB, Movimento Pelo Aborto Livre, Sociedade Brasil Mulher, Movimento Feminino Pela Anistia e Liberdade = MFAL, Movimento De Mulheres Do PDT). Discursaram: Eleonora Comba Marques Porto, Rose Marie Gebara Muraro e Lélia De Almeida Gonçalves, SDQ.</p>			
<p>Foi representado por Branca Moreira Alves no Congresso Internacional Pela Anistia do Brasil, realizado em Roma/Itália</p>			

[Associação às favelas, destacando o CMB como uma entidade que apoiou o Primeiro Encontro de Mulheres de Favelas e Periferias do Rio de Janeiro:] objetivo declarado do Encontro era a discussão dos problemas das mulheres que habitam as favelas e a periferia da cidade do Rio De Janeiro, esclarecendo-se e melhorando seus conhecimentos, dando-lhes uma estrutura mais sólida para o enfrentamento das dificuldades atuais e, assim, possibilitando-as a reivindicarem seus direitos no contexto mais amplo do País.	Informe N° 086/19/ARJ/83	Vigilância "sem farda"	05/08/1983
[realizar o] I Congresso da Mulher Fluminense	Informe N° 165/19/AC/82	Presença da Vigilância	26/08/1982
[realizar o] II Congresso da Mulher Fluminense			
Dia Internacional Das Mulheres			
PCB			
No conjunto, destacam-se os seguintes aspectos: - criação de departamentos femininos nos Sindicatos e nos partidos políticos, notadamente de oposição	N° ACE/Ano 11694/85	Vigilância "sem farda"	25/03/1985
Reuniões, com a presença de pessoas de tendências esquerdistas	Informe N° 320S/102-A5/CIE	Vigilância "sem farda"	14/10/1980
Financiamento [...] [do] Centro Nacional Bertha Lutz	N° ACE/Ano: 016193/88		12/08/1988

<p>Em referência à participação do CMB na Conferência Mundial do Decênio da Organização das Nações Unidas para a mulher, tendo como tema igualdade, desenvolvimento e paz. Conclusão no final do texto a respeito das organizações citadas no encontro: "O surgimento e a atuação das diversas organizações de solidariedade, bem como das entidades de intercâmbio cultural, são na verdade núcleos de irradiação do comunismo e acelerador do processo de subversão no País, uma vez que seus dirigentes, quase na totalidade, professam a ideologia marxista e procuram disseminar essas idéias [sic] nas várias camadas da sociedade. A atual situação de crise econômica no BRASIL aliada à abertura política, tem permitido um crescimento bastante significativo de manifestações criticando atos e o regime de governo brasileiro, assim como fazendo do nosso País, palco de críticas a outros governos, principalmente dos países da América Latina e Central. O Governo do Estado do Rio De Janeiro tem contribuído sobremaneira para esses movimentos, quer seja pelas suas ligações com governos socialistas ou comunistas, ou com organizações de frente comunista, quer pela benevolência como tem encarado as várias manifestações reivindicatórias ou contestatórias, inclusive com a participação efetiva de estrangeiros. Cabe ressaltar neste ponto a penetração conseguida nos meios de comunicação, pois embora não venham conseguindo o apoio popular, sempre divulgam os seus programas em grande escala."</p>		<p>Vigilância do olhar investigativo</p>	
<p>Financiamento [da] Agência Financiadora de Estudos e Projetos [nota de pesquisa: Finep]</p>			
<p>Seus dirigentes buscam financiamentos junto à Fundação Carlos Chagas, cujo processo enfrenta entraves na área burocrática</p>			

Verbas concedidas pelo MEC			
Conselho Mundial das Igrejas (CMI) [parece ter sido adicionado depois]			
O feminismo apresentado, e divulgado perante a sociedade como movimento feminista, não está isolado em suas aparições públicas ou na forma de contestar. Outros movimentos, como o movimento negro, de minorias étnicas, ecologistas ou homossexuais, rompem o isolamento e se organizam em torno de sua especificidade, em busca da superação das ditas desigualdades sociais.";	REI 05-CIE, de 09 JUN 83 (Relatório Especial de Informações Nº 05/83).	Vigilância do olhar investigativo	09/06/1983
PCB			
Juntamente com o MR-8, teve diversos militantes participando do Congresso Mundial das Mulheres, realizado em Moscou/URSS, o que evidencia o comprometimento do MCI com o M Fem...	Relatório Anual nº07 - 1987.	Presença da Vigilância	?

Fonte: Fundo SNI - Arquivo Nacional

O arquivo do SNI ainda se refere ao Centro da Mulher Brasileira a partir de outra implicação: a de infiltração. Em 11 documentos⁴² diferentes, que cobrem um período de 10 anos (1978 a 1988), os arquivos indicam que as atividades do CMB estariam sendo coordenadas pelo PCB ou demais organizações subversivas, ou que ele estaria infiltrado, dominado (**Tabela 5**).

A documentação, portanto, produz um discurso de que as ações feministas faziam parte de um contexto estratégico da esquerda ideológica, servindo como pretexto para manipulação política-ideológica das mulheres.

Essa narrativa insere a cooptação do Centro da Mulher Brasileira e do movimento feminista como um todo pelas chamadas Organizações Subversivas (OS), produzindo uma ideia que, por vezes, “infantiliza” e “diminui” a pujança da pauta feminista. Nestas qualificações, as mulheres são vistas quase sempre como passivas “vítimas” da “infiltração” do trabalho de massa, em especial do PCB, visando a formação da opinião pública, no que é caracterizado pela documentação como “intensa atividade política”.

Desse modo, os movimentos feministas vêm adquirindo grande impulso, caracterizado pelo aparecimento e ressurgimento de várias entidades que, sob o pretexto de melhorar as condições de participação da mulher na Sociedade, estão sendo manipuladas política e ideologicamente (Informe N° 165/19/AC/82, de 26/08/1982)

⁴² São eles: N° ACE/Ano: 016193/88, Informação N° 069/16/ARJ/84, Informação N° 245/CISA/RJ, Informação N° 008/116/ARJ/81, REI 05-CIE, de 09 JUN 83 (Relatório Especial de Informações N° 05/83), Informe N° 076/16/ARJ/83, Informação N° 026/16/ARJ/84, N° ACE/Ano 11694/85, Relatório Anual n°07 – 1987, Informe N° 165/19/AC/82, Informe 077.

Tabela 5: Qualificações que denotam infiltração no CMB (p. 87-88)

QUALIFICAÇÃO	TÍTULO	TIPO DE VIGILÂNCIA	DATA
Entidade civil, de fins culturais e educativos, infiltrada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB)	Nº ACE/Ano: 016193/88	Vigilância do olhar investigativo	12/08/1988
Entidade[s] [...] dominada[s] pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB)	Informação Nº 069/16/ARJ/84	Vigilância do olhar investigativo	28/07/1984
Vem sendo coordenado pelo PCB através das ativas militantes Comba Marques Porto, Maria Teresa Lopes Teixeira, Maria Lucia Teixeira Viana e Teresinha De Jesus Guimarães	Informação Nº 245/CISA/RJ	Vigilância do olhar investigativo	28/04/1978
[Cita o CMB como organizador de congresso "fortemente influenciado pelo PCB", mas não fala do Centro, em si. O interessante é observar que na constituição das 7 mesas de debate do congresso, não há nenhuma mulher registrada como participante.]	Informação Nº 008/116/ARJ/81	Vigilância do olhar investigativo	12/01/1981
[...] entidade[s][...] dominada[s] pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB)	REI 05-CIE, de 09 JUN 83 (Relatório Especial de Informações Nº 05/83).	Vigilância do olhar investigativo	09/06/1983
A exploração do tema "Libertação e Emancipação da Mulher" tem sido amplamente utilizada pelas esquerdas. Algumas facções consideram as mulheres e as questões feministas como massa-de-manobra de instituições, entidades ou partidos políticos interessados em engrossar suas fileiras. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), através de seu Comitê Central, nos últimos anos, tem manifestado seu interesse e as razões de seu apoio, ao que chama de: igualdade, emancipação e libertação das mulheres. As OS [organizações subversivas] vem atuando junto a entidades onde possa exercer controle e onde suas diretrizes sejam obedecidas. Exemplifica-se citando o Centro da Mulher Brasileira.	REI 05-CIE, de 09 JUN 83 (Relatório Especial de Informações Nº 05/83).	Vigilância do olhar investigativo	09/06/1983
Nossa intenção, ao elaborar o presente Relatório Especial de Informações é ressaltar o crescimento e a influência do Movimento Feminista, junto à sociedade, e como pode ser ou tem sido explorado por facções ideológicas.	REI 05-CIE, de 09 JUN 83 (Relatório Especial de Informações Nº 05/83).	Vigilância do olhar investigativo	09/06/1983
Todavia, quando enquadrado e/ou manipulado por militantes ou por organizações subversivas, passa a ter outra conotação, cujas conseqüências [sic] podem e devem merecer uma atenção especial. Quer pelas mensagens subversivas que possam transmitir, quer pela capacidade numérica de	REI 05-CIE, de 09 JUN 83 (Relatório Especial de Informações Nº 05/83).	Vigilância do olhar investigativo	09/06/1983

arregimentação de mulheres, o Movimento Feminista é merecedor de acompanhamento e da identificação dos propósitos de suas lideranças.			
A formação de tais grupos e sua atuação, no que respeita à formação da opinião pública, é considerada, pelos vários segmentos esquerdistas, como essencial para o combate ao regime político vigente. Assim, sob pretextos vários, as organizações feministas vêm adquirindo maior impulsão e sendo, mais e mais, manipuladas política e ideologicamente.	Informe N° 076/16/ARJ/83	Vigilância do olhar investigativo	25/03/1983
Isto posto, muito embora sem a receptividade e o destaque dos eventos realizados em anos anteriores, as comemorações pela passagem do Dia Internacional da Mulher vieram, mais uma vez, demonstrar a infiltração das Organizações Subversivas no movimento feminino.	Informação N° 026/16/ARJ/84	Vigilância "sem farda"	14/03/1984
a formação de tais grupos e sua atuação, no que respeita à formação da opinião pública, é considerada, pelos vários segmentos esquerdistas, como essencial para o combate ao regime político vigente. Assim, sob pretextos vários, as organizações feministas vêm adquirindo maior impulsão e sendo, mais e mais, manipuladas política e ideologicamente.	N° ACE/Ano 11694/85	Vigilância "sem farda"	25/03/1985
[Presente no quadro no Anexo B:] Centro da Mulher Brasileira: direcionamento ideológico [DI] PCB	Relatório Anual nº07 - 1987.	Presença da vigilância	?
As diversas entidades e/ou movimentos feministas [sic] [...] têm servido de instrumento para as manipulações político-ideológicas de inspiração marxista.	Informe N° 165/19/AC/82	Presença da vigilância	26/08/1982
Visão ampla do trabalho realizado pela esquerda no sentido da doutrinação e organização das massas populares.	Informe N° 165/19/AC/82	Presença da vigilância	26/08/1982
Desse modo, os movimentos feministas vêm adquirindo grande impulso, caracterizado pelo aparecimento e ressurgimento de várias entidades que, sob o pretexto de melhorar as condições de participação da mulher na Sociedade, estão sendo manipuladas política e ideologicamente.	Informe N° 165/19/AC/82	Presença da vigilância	26/08/1982
Para o PCB tal tipo de trabalho é de real importância, visando tanto a infiltração como o futuro domínio de diferentes tipos de Associações Femininas que vêm atuando no país.	Informe 077	Presença da vigilância	24/02/1981

Fonte: Fundo SNI - Arquivo Nacional

Também é importante destacar a utilização de “integrante do CMB” enquanto uma categoria que figurava antecedentes para o SNI (**Tabela 6**). Isso deixa antever que o discurso produzido a respeito do CMB foi suficiente para transformar, ele mesmo, em signo de subversão. Inclusive, no Informe N° 320S/102-A5/CIE, dedicado a relação de locais de encontro de atividades subversivas, fica claro que o fato de ocorrerem reuniões do CMB em duas residências era motivo mais do que suficiente para justificar a invasão do SNI à vida privada dessas mulheres.

Desta forma, o órgão de repressão da ditadura também passa a utilizar o Centro da Mulher Brasileira para qualificar mulheres que o integraram, ao produzir dossiês que apontam sua subversão à luz do SNI, bem como outros organismos feministas, como por exemplo a Casa da Mulher RJ, que é caracterizada como uma “entidade regional do Centro da Mulher Brasileira, com a mesma orientação política”.

É interessante notar, mais uma vez, a utilização da expressão “atividade política” no escopo da documentação pesquisada, pois indica que, no âmbito das atividades feministas não consideradas “perigosas” pela ditadura, a atuação exercida pelas mulheres era frequentemente desqualificada como não sendo de natureza política, como já pontuamos anteriormente. Alvos frequentes de vigilância, repressão, prisão e fichamentos, entretanto, indicam que os órgãos de repressão/vigilância as consideravam perigosas e “subversivas”, ao contrário do que, apenas em aparência, a desqualificação das suas atividades como não pertencendo à esfera política pode indicar. Como já enfatizamos, também anteriormente, esta negação do político em suas ações faz parte a produção de uma narrativa que procura previamente desqualificá-las.

Tabela 6: Centro da Mulher Brasileira como categoria subversiva (p. 90-91)

QUALIFICAÇÃO	NOME	TIPO DE VIGILÂNCIA	DATA
Residência de Ana Amélia - Reuniões do Centro da Mulher Brasileira	Informe N° 320S/102-A5/CIE	Vigilância "sem farda"	14/10/1980
Residência de Eva Gands - Reuniões do Centro da Mulher Brasileira	Informe N° 320S/102-A5/CIE	Vigilância "sem farda"	14/10/1980
Ligia (não identificada): pertencente ao "Centro da Mulher Brasileira"	Informe N° 325	Vigilância do olhar investigativo	10/10/1979
[Qualifica Maria Ângela Muniz:] Atua ativamente no movimento de mulheres, através do Centro da Mulher Brasileira - CMB	Informe N° 325	Vigilância do olhar investigativo	10/10/1979
[Antecedente do CISA, de Eliane Lima Cavassoni:] pertence ao Centro da Mulher Brasileira	Informação N° 0924/CISA-RJ	Vigilância do olhar investigativo	23/11/1979
Quanto aos contatos em termos de organização, apesar de não terem surgido novos dados que os confirmem, esta ARJ destaca o fato de que as senhoras citadas em 1-d dos Dados Conhecidos, participam do Centro da Mulher Brasileira, Organização de Frente do PCB, atualmente em fase de reativação	Informação N°062/116/ARJ/78	Vigilância do olhar investigativo	10/07/1978
[Antecedente de Suely Rozenfeld, a ser nomeada como assessora-chefe da assessoria de planejamento da subsecretaria municipal de saúde do Rio de Janeiro, sob governo do prefeito Marcelo Nunes de Alencar:] É ativista do "Centro da Mulher Brasileira", organização de fachada do ilegal PCB	Informe N° 3287-C/84	Vigilância do olhar investigativo	28/11/1984
[...] reunir, na mesma programação, as reivindicações feministas (aborto, igualdade de direitos, etc) e as bandeiras atuais das Organizações Subversivas ("eleições diretas já", "Constituinte", etc)	Informação N° 026/16/ARJ/84	Vigilância "sem farda"	14/03/1984

Os temas explorados pelas organizações subversivas foram escolhidos de forma a aproveitar palpitantes questões da realidade nacional, objetivando dar a impressão de que tais manifestações são legítimas reivindicações populares	Apreciação N° 004/10/AC/82	Presença da Vigilância	04/01/1982
[CMB como qualificação "Casa da Mulher/RJ":] Tudo faz crer tratar-se de entidade regional do Centro da Mulher Brasileira, com a mesma orientação política	Informe N° 076/16/ARJ/83	Vigilância do olhar investigativo	25/03/1983
A Secretária do Movimento é Diva Múcio Pereira, uma das fundadoras do Centro da Mulher Brasileira	Informe N° 076/16/ARJ/83	Vigilância do olhar investigativo	25/03/1983

Fonte: Fundo SNI - Arquivo Nacional

A qualificação do Centro da Mulher Brasileira como um antecedente também é observada em outros dois documentos a respeito do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. No informe intitulado “Nomeação de esquerdistas para cargos na esfera federal, no período de dez/85 e jan/fev/86”, de 26/03/1986, Heny Vanzan é caracterizada como “esquerdista” por ter sido uma das fundadoras do Centro da Mulher Brasileira, que mais uma vez é conceituado como “organização de frente do PCB”. Nesse contexto, a nomeação de Heny no CNDM poderia ser investigada, simplesmente por ela ser associada ao Centro da Mulher Brasileira. Já no documento “Viagens ao exterior autorizadas pelo Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República”, de 07/06/1988, Maria do Espírito Santo é citada por ter realizado viagem à Cuba, sendo parte da sua descrição: “Em 1978, integrou o ‘Centro da Mulher Brasileira’, organização de frente do PCB”. Ambos os documentos são datados após o fim oficial da ditadura, o que também chama atenção.

A persistência da alcunha “organização de frente do PCB” para com o Centro da Mulher Brasileira é particularmente persistente, conforme visto na **Tabela 2**. Contudo, este tipo de caracterização também é observado em relação ao Conselho Nacional de Direitos da Mulher, o que nos leva a inferir ser uma tendência enquadrar as organizações feministas a partir de outras consideradas subversivas, diminuindo tanto suas ações políticas como suas próprias existências de forma independente. Como uma mulher que carrega o sobrenome paterno até se casar e passar a ser identificada pela tutela do marido, as organizações feministas precisam ser qualificadas a partir de movimentos de esquerda, como se não fossem autônomas.

No CNDM, contudo, a instituição de posse é apontada como o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). A expressão “organização de frente do MR-8” é utilizada duas vezes no Relatório Anual de Informações N°04-B/86, de 08/06/1987, e uma vez em “Atividades dos Movimentos Populares - RAI n° 07 – 1988”, de 13/12/1988. Já no Relatório Anual n°07 – 1987, [data desconhecida], o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher é figurado como organização de fachada do MR-8 em um quadro que compõe a documentação.

Este tipo de narrativa é especialmente interessante no que diz respeito ao CNDM, por se tratar de um organismo do próprio governo, sendo vinculado ao Ministério da Justiça. Poderia (ou ao menos deveria) parecer absurdo apontar o Ministério da Saúde como organização de fachada do Partido dos Trabalhadores (PT), mas durante contextos de exceção, repressão e forças conservadoras, esta é uma prática natural, como vimos na recente

pandemia de COVID-19, durante o governo de Jair Messias Bolsonaro. Para Bolsonaro, como foi para a ditadura, a simples existência de um setor parte do Estado que advogue por Justiça, Direitos Humanos, Moradia ou Saúde seria, na verdade, imediatamente relacionada à ideologia de esquerda.

De forma análoga à narrativa produzida a respeito do CMB, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher também foi qualificado enquanto uma “instituição infiltrada”. Esta proposição, em ambos os organismos, é relativamente paradoxal em relação a ser uma “organização de frente”, pois se o organismo é apenas uma fachada para atividade comunista, não faria sentido propor que ele estaria sendo ocupado pelas organizações subversivas. De todo modo, 5 documentos apontam diferentes formas de dominação do CNDM, atribuindo à esquerda, em geral, e especificamente ao PC do B e PCB (**Tabela 7**).

Tabela 7: Qualificações que denotam “infiltração” no CNDM (p. 94-95)

QUALIFICAÇÃO	TÍTULO	TIPO DE VIGILÂNCIA	DATA
O PC do B vem dando grande atenção ao Movimento das Mulheres, [...] infiltrando suas militantes nos diversos Conselhos Estaduais da Condição Feminina e no próprio recém-criado Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.	Relatório Periódico Mensal Nº 12/85	Presença da Vigilância	16/01/1986
[Sobre a atuação do PC do B nos Movimentos Populares, antes de citar o CNDM:] levando [...] à radicalização e ao confronto através da direção de entidades dominadas e/ou infiltradas	Relatório Periódico Mensal Nº 12/85	Presença da Vigilância	16/01/1986
[...] sob a influência do PCB, sendo presidido pela militante JACQUELINE PITANGUY DE ROMANY	Relatório Periódico Mensal Nº 03/87	Presença da Vigilância	01/07/1987
O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), infiltrado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB)	Relatório Anual nº07 - 1987	Presença da Vigilância	?
Com isso o CNDM e o movimento negro procuram mobilizar as mulheres e os negros, com o fim de reescrever os livros didáticos e trabalhar esses segmentos dentro das bandeiras das Organizações Subversivas (OS) que se acham infiltradas em suas entidades	Relatório Anual nº07 - 1987	Presença da Vigilância	?
No entanto, fácil é de constatar-se que, ao mesmo tempo em que cresce enquanto movimento de pressão, aumenta a disputa, por parte das organizações comunistas, pela absorção de um maior grau de ingerência nos diversos organismos de representação dos interesses da mulher. Este fato é	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) - Denúncias de Irregularidades	Vigilância "sem farda"	29/10/1986

perceptível dentro do próprio CNDM, o qual conta com 06 (seis) membros ligados à esquerda política.			
Por sua vez, as organizações feministas encontram-se, em sua maioria, dominadas por facções ideológicas de esquerda, as [quais tem] obtido, constantemente, êxito em suas mobilizações, [quer] no meio urbano, quer no rural, através de campanhas como creche para todos" e "fim da violência sexual, social, racial e econômica", entre outras."	Movimento Feminista - "Dia Internacional da Mulher"	Vigilância do olhar investigativo	19/05/1988
Ressalte-se que as entidades que dominam os movimentos feministas, face ao controle exercido por elementos pertencentes a facções ideológicas de esquerda, aproveitam-se de situações como o 08 Mar - em que os festejos primaram pelos protestos - para defender não só "bandeiras" ligadas à causa da mulher, mas também, aquelas de interesse do partido ou organização a que pertençam, dando, ao evento, toda uma conotação político-contestatória e, ainda, proporcionando notoriedade à agremiação promotora.	Movimento Feminista - "Dia Internacional da Mulher"	Vigilância do olhar investigativo	19/05/1988

Fonte: Fundo SNI - Arquivo Nacional

E mesmo após o fim oficial da ditadura, em 1985, diversas ações e instituições consideradas antagônicas à ditadura eram empregadas no discurso a respeito do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Este emprego serve tanto para incriminar o CNDM, quanto para justificar as próprias ações do SNI, como vimos anteriormente. Contato com representantes de países, como URSS e Tchecoslováquia, estar presente na mídia e realizar atividades como o “Tribunal Winnie Mandela”, voltado à reflexão das consequências da Lei Áurea no Brasil para mulheres negras, são destacados na documentação analisada (**Tabela 8**).

Observamos a prevalência e persistência desta categoria de qualificação desde o Centro da Mulher Brasileira, fundado em 1975, até o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, instaurado em 1985 por objetivo da Assembleia Nacional Constituinte. Por mais heterogêneo, complexo e multifacetado que seja o período que compreende a segunda onda do feminismo no Brasil, há um denominador em comum que produz restos a respeito deste movimento: a narrativa repressiva do SNI, revelada nos arquivos.

Tabela 8: Qualificações que associam o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher a instituições ou a ações consideradas antagônicas à ditadura (p. 97-101)

QUALIFICAÇÃO	TÍTULO	TIPO DE VIGILÂNCIA	DATA
Vladimir I. Stoliarov, Encarregado de Negócios da Embaixada da URSS, e Felix M. Potapov, Primeiro-Secretário para assuntos Culturais da mesma chancelaria estiveram presentes à cerimônia de posse da diretoria do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher [...], a convite de Maria Letícia Panisset (B 106591), Assessora da deputada estadual Ruth Escobar (PMDB/SP).	Presença Soviética na Cerimônia de posse do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Vigilância do olhar investigativo	08/10/1985
Stoliarov convidou a deputada Ruth Escobar (001293) para um almoço, no dia 18 Set 85, na chancelaria soviética. A resposta será dada posteriormente.			
Atendendo solicitação de Maria Letícia Panisset, Potapov fornecerá ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher material sobre o movimento das mulheres soviéticas. Esse material destinar-se-á a um banco de dados que está sendo organizado por aquele Conselho.			
Vladimir I. Stoliarov, Encarregado de Negócios da Embaixada da URSS, convidou a Dep Est Ruth Escobar (PMDB/SP) e sua Assessora, Dra. Maria Letícia Panisset, para um almoço na Chancelaria Soviética, dia 18 Set 85. O convite foi aceito.			
Ruth Escobar foi empossada recentemente no cargo de Presidente do Conselho Brasileiro da Mulher [sic], em cerimônia realizada no Palácio do Planalto. Stoliarov esteve presente a esse acontecimento, como convidado daquele parlamentar.			
Lançamento da campanha "Diga não à violência contra a mulher"	Lançamento da Campanha "Diga	Vigilância "sem farda"	07/03/1986

	Não à Violência contra a Mulher" no Estado do Maranhão		
[Nomeação de Madalena Brandão de Almeida ao CNDM, caracterizada como esquerdista por ser casada com ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)]	Nomeação de esquerdistas para cargos na esfera federal, no período de dez/85 e jan/fev/86	Vigilância do olhar investigativo	26/03/1986
Sobre a ação do CNDM, em São Paulo, destaca-se a promoção do Seminário "A Imagem da Mulher nos Meios de Comunicação", realizado em São Paulo.	Dia Internacional da Mulher	Vigilância do olhar investigativo	07/05/1986
[Campanha pela participação da mulher na Constituinte. Sobre este ponto, o documento destaca:] "Pelo fato do evento ter coincidido com o auge das repercussões das novas medidas econômicas, os discursos proferidos, naquela ocasião, quase em sua totalidade tiveram, como ponto central, os novos rumos econômicos adotados pelo Governo, fugindo, pois, do tema Mulher.			
[Telex endereçado ao XII Congresso Federal da União Democrática da Alemanha, com o objetivo de informar que ela não estaria presente no encontro em questão, enviado por Jacqueline Pitanguy, presidente do CNDM na época]	XII Congresso Federal da União Democrática das Mulheres na Alemanha	Vigilância "sem farda"	15/04/1987

PCB	Relatório Periódico Mensal Nº 03/87	Presença da Vigilância	01/07/1987
MCI			
[Sobre a “Carta das Mulheres” entregue em virtude do 08 de março de 1987] A carta, considerando como reivindicações específicas das mulheres questões relativas à família, ao trabalho, saúde, educação e cultura, violência e questões nacionais e internacionais, apresenta teses defendidas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB)			
Embora não se possa negar o direito das mulheres discutirem temas como forma de governo, política internacional, reformas agrária e tributária e dívida externa, verifica-se que sua entidade mais representativa – o CNDM – está interessado muito mais em defender e apoiar teses defendidas pela Organização Ideológica vinculada ao MCI.	Relatório Anual nº07 - 1987	Presença da Vigilância	?
Assinou com a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) um protocolo de intenções com o objetivo de combater as imagens julgadas preconceituosas em relação, as mulheres veiculadas pelos livros didáticos			
Com isso o CNDM e o movimento negro procuram mobilizar as mulheres e os negros, com o fim de reescrever os livros didáticos e trabalhar esses segmentos dentro das bandeiras das Organizações Subversivas (OS)			
Realização do "Tribunal Winnie Mandela", organizado pelo CNDM [e] pelo Conselho Estadual da Condição Feminina pela OAB, destinado a julgar as consequências da Lei Área para a população negra no Brasil, especialmente para a mulher negra.	Principais acontecimentos do Campo Psicossocial no Mês de Maio em 1988	Vigilância do olhar investigativo	29/09/1988

<p>A convite do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), deverá chegar ao País, dia 16 Jun 88, Mari Kabrhelová, membro do Secretariado do Comitê Central do Partido Comunista e Presidente da União das Mulheres da Tchecoslováquia.</p>	<p>Visita da Presidente da União das Mulheres da Tchecoslováquia ao Brasil</p>	<p>Vigilância do olhar investigativo</p>	<p>28/08/1988</p>						
<p>Por sugestão de Jaqueline Pitanguy de Romani a Embaixada da Tchecoslováquia cancelou uma visita que seria feita à recém fundada Confederação das Mulheres do Brasil (CMB), uma Organização de Frente do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), na cidade de São Paulo/SP, haja vista que essa entidade não segue orientação do CNDM</p>				<p>As Federações [segundo o documento, organizações de frente do MR-8] [...]entregaram a Tancredo Neves um manifesto pela criação de um Ministério da Condição Feminina, conseguindo do então futuro Presidente da República o compromisso da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), efetivado em 1985 sendo presidido atualmente por Jaqueline Pitanguy Romani, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB)</p>	<p>Atividades dos Movimentos Populares - RAI nº 07 - 1988</p>	<p>Presença da Vigilância</p>	<p>13/12/1988</p>	<p>Desde a sua criação, o CNDM tem se mantido nos noticiários da imprensa [...], ressaltando particularmente os vultuosos gastos exigidos para [...] reuniões</p>	<p>Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)</p>
<p>As Federações [segundo o documento, organizações de frente do MR-8] [...]entregaram a Tancredo Neves um manifesto pela criação de um Ministério da Condição Feminina, conseguindo do então futuro Presidente da República o compromisso da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), efetivado em 1985 sendo presidido atualmente por Jaqueline Pitanguy Romani, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB)</p>	<p>Atividades dos Movimentos Populares - RAI nº 07 - 1988</p>	<p>Presença da Vigilância</p>	<p>13/12/1988</p>						
<p>Desde a sua criação, o CNDM tem se mantido nos noticiários da imprensa [...], ressaltando particularmente os vultuosos gastos exigidos para [...] reuniões</p>	<p>Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)</p>	<p>Vigilância do olhar investigativo</p>	<p>23/06/1986</p>						
<p>A imprensa também noticiou, em Nov 85, que o Tribunal de Contas da União decidiu requisitar do CNDM, a relação de pessoas hospedadas em hotéis de Brasília/DF, com diárias pagas pela entidade, que estariam gastando em torno de Cz\$18 mil por mês par hospedar Ruth Escobar e funcionários do Conselho. Até o momento, não foi possível obter o documento comprobatório das notícias veiculadas</p>									

<p>A suplente de deputado federal Ana Maria Mendonça (PMDB/MG) ingressou, na Justiça Federal do DF com uma Ação Cautelar de Exibição de Documentos contra Ruth Escobar. Tal medida, segundo a autora, deve-se ao fato de existir sinais evidentes de malversação de dinheiro público, provindo do Ministério da Justiça para o CNDM</p>			
<p>[sobre a denúncia realizada por Ana Maria Mendonça a respeito de malversação de dinheiro público, provindo do Ministério da Justiça para o CNDM:] Não se descarta, todavia, que as ações, uma já ajuizada, contra a administração da Deputada paulista, à frente do CNDM [Ruth Escobar], possam vir a criar embaraços políticos ao Governo Federal, pelo apoio que a mesma vem recebendo</p>			
<p>Entretanto, em que pese tal conquista (os 120 dias de licença [maternidade]) ter sido, em muito, comemorado, o ônus a ser pago pelas próprias mulheres, paradoxalmente, significará, na realidade, um retrocesso, e este, como ficou expresso nas recentes atitudes de alguns empregadores, já vem se fazendo sentir. E aí ficam as indagações: se as entidades feministas pensaram nisso; de como a Constituinte amparará tal questão; ou, ainda, se a Constituinte criar mecanismos que evitem a demissão irresponsável, caberia estabelecer algum outro que obrigasse a admitir mulheres em seus quadros, em idêntico percentual com os homens</p>	<p>Movimento Feminista - "Dia Internacional da Mulher"</p>	<p>Vigilância do olhar investigativo</p>	<p>19/05/1988</p>
<p>A manifestação foi organizada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central Geral dos Trabalhadores (CGT)</p>	<p>Informe N° PM2-430/2EMPM/22048</p>	<p>Vigilância "sem farda"</p>	<p>17/05/1988</p>
<p>A manifestação teve como objetivo "lutar contra a opressão do patronato que vem demitindo mulheres grávidas, exigindo atestados de esterilidade e assinatura de uma carta de demissão na contratação da funcionária"</p>	<p>8</p>		

Ainda que a documentação permita observar as ações destas mulheres ao longo tempo, as principais formas de caracterização nos documentos, que tinham finalidade investigativa, policial, imputam as suas entidades representativas e a elas associação direta ao comunismo. Mas sejam em movimentos da esquerda, sejam através das formas de mobilização, o perigo não perpassava a dimensão do feminismo enquanto ação política. A ditadura parece reconhecer que existia perigo, mas não pelo feminismo, em si, e sim por ele ser uma espécie de frente para a sobrevivência das organizações subversivas (associadas à esquerda).

Mas existe outra qualificação presente na documentação tanto do Centro da Mulher Brasileira quanto do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que foge a esse padrão. Esta caracterização é direcionada às categorias de moral e bons costumes, uma defesa importante fundamental na narrativa conservadora da ditadura.

Em seis documentos observados, que compreendem um período de 1980 a 1986, o CMB e o CNDM receberam destaque por colocarem em pauta questões como liberdade sexual, aborto e contestação aos costumes.

Nos dois documentos a respeito do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, tal caracterização ocorre por meio das informações fornecidas por Maria Lúcia D'Ávilla Pizzolante, que parece atuar como uma espécie de espiã para o SNI, como já particularizamos, oferecendo até mesmo uma fotografia como prova de um dos seus relatos. Este tipo de fonte nominal não foi notado em nenhum dos outros documentos analisados e não é possível afirmar se este contato foi feito diretamente, municiando de forma proposital o Serviço Nacional de Informações. O que é possível concluir é que o SNI, de forma intencional, utiliza como denúncia de subversão na organização as acusações de “utilizar palavras de baixo calão nas reuniões” e “praticar condutas libidinosas e homossexuais”.

Algumas das considerações da ordem da defesa da moral e bons costumes ocorrem de maneira mais sutil, como por exemplo nas referências à postura contestatória do regime ou, até mesmo, associar a ação política aos festejos de carnaval. No arquivo REI 05-CIE, de 09 JUN 83 (Relatório Especial de Informações N° 05/83), de 09/06/1983, chama atenção o fato da justificativa da postura de oposição ser pontuada na defesa de itens como “autodeterminação dos povos” e “solidariedade aos povos que lutam pela paz mundial”.

Porém, todas as qualificações da **Tabela 9** possuem em comum o fato de destacarem ações que fogem ao que é esperado de uma mulher da família tradicional, no contexto da ditadura, e na ótica do SNI.

Tabela 9: Qualificações ao CMB e ao CNDM da ordem da defesa da “moral” e “dos bons costumes” (103-106)

ORGANIZAÇÃO	QUALIFICAÇÃO	TÍTULO	TIPO DE VIGILÂNCIA	DATA
CMB	Abordagem e comentários sobre o ato sexual, até as relações humanas em função do mesmo, tem [sic] sido exploradas por mentes torpes e interesseiras	REI 05-CIE, de 09 JUN 83 (Relatório Especial de Informações N° 05/83).	Vigilância do olhar investigativo	09/06/1983
CMB	As liberdades e a sexualidade não reprimida sensibilizam o público feminino, o que tem gerado o aproveitamento de intelectuais e de autores que direcionam e conduzem o Movimento Feminista para posições radicais e, obviamente, comprometedoras	REI 05-CIE, de 09 JUN 83 (Relatório Especial de Informações N° 05/83).	Vigilância do olhar investigativo	09/06/1983
CMB	Atualmente, a mulher vem sendo alvo de campanha de liberação, insuflada e ordenada pelos movimentos feministas, onde é apregoada a " <u>utilização livre de seu corpo</u> ", do direito ao aborto e da instalação das creches	REI 05-CIE, de 09 JUN 83 (Relatório Especial de Informações N° 05/83).	Vigilância do olhar investigativo	09/06/1983
CMB	O Movimento Feminista, em entidades lideradas por contestadores ao regime, ao buscar a arregimentação das mulheres que	REI 05-CIE, de 09 JUN 83 (Relatório Especial de Informações N° 05/83).	Vigilância do olhar investigativo	09/06/1983

	<p>se julgam vítimas de discriminações, aproveita para reafirmar uma disposição de luta, em defesa de causas políticas como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - revogação da Lei de Segurança Nacional; - autodeterminação dos povos; - solidariedade aos povos que lutam pela paz mundial. 			
CMB	<p>Nos dias atuais, fruto do empenho e das articulações propagandistas desenvolvidas por facções esquerdistas, constata-se uma crescente participação das mulheres em movimentos ou manifestações reivindicatórias. Quer no campo educacional, sindical ou político observa-se um número maior de mulheres que assimilam as mensagens elaboradas pelos comunistas e por representantes feministas interessadas em contestar os costumes e o próprio governo.</p>	REI 05-CIE, de 09 JUN 83 (Relatório Especial de Informações N° 05/83).	Vigilância do olhar investigativo	09/06/1983
CMB	realização do "Encontro de Mulheres Sobre Saúde, Contracepção e Aborto"	Informe N° 076/16/ARJ/83	Vigilância do olhar investigativo	25/03/1983
CMB	O clima pré-carnaval seria aproveitado para, com a ajuda de grupos selecionados	Informação N° 026/16/ARJ/84	Vigilância "sem farda"	14/03/1984

	de mulheres das organizações envolvidas, convidar, através de faixas, cartazes e uma vasta panfletagem, as mulheres do povo a se incorporarem à passeata de 08 MAR.			
CMB	[...] reunir, na mesma programação, as reivindicações feministas (aborto, igualdade de direitos, etc) e as bandeiras atuais das Organizações Subversivas (eleições diretas já", "Constituinte", etc)"	Informação N° 026/16/ARJ/84	Vigilância "sem farda"	14/03/1984
CMB	Há no momento, uma mobilização em curso para levar em setembro, à BRASÍLIA/DF, mulheres de diferentes pontos do País, quando a Constituinte deverá decidir sobre a questão do aborto.	Relatório Anual nº07 - 1987.	Presença da vigilância	?
CNDM	Sobre as atividades do Conselho, Maria Lúcia D'Ávila Pizzolante afirma ter comparecido a quase todas as suas reuniões, tendo ficado chocada, não só pelo baixo palavreado utilizado pela Presidente e algumas Conselheiras, como Jaqueline Pitanguy e Tisuka Yamasaky, mas, também, pelos ataques ofensivos às	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)	Vigilância do olhar investigativo	23/06/1986

	autoridades constituídas, inclusive ao Presidente José Sarney			
CNDM	“[...] reuniões efetuadas, pelo CNDM, estarem se desviando dos objetivos a que se propôs, quando os participantes, com a licenciosidade dos dirigentes, utilizam da oportunidade para canalizar condutas libidinosas e práticas homossexuais, citando, como exemplo, a reunião de Bertioga/SP, realizada no primeiro semestre do ano em curso, da qual, [...] consta uma foto.”	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) - Denúncias de Irregularidades	Vigilância "sem farda"	29/10/1986

Fonte: Fundo SNI - Arquivo Nacional

3.4. Indo na direção dos rostos: mulheres do CMB e do CNDM nos arquivos do SNI

Os documentos da repressão nos permitem caminhar em direção aos rostos. Os nomes que desfilam nos documentos mostram não apenas a quantidade de mulheres presentes na luta pelas questões feministas e efetivamente envolvidas numa ação política, mas revelam um gesto sistemático de luta duradoura. A identificação das qualificações atribuídas a elas, sistematizadas como apresentaremos neste item, permite identificá-las como atuantes do ponto de vista político em diversas frentes contrárias ao regime. Assim, além dos dados pessoais, sistematizamos as informações sobre filiações e ligações políticas; declarações públicas de natureza política; ações públicas; bem como prisões e indiciamentos. O objetivo deste item é organizar de forma panorâmica as “personagens” destas organizações, a partir das lentes do SNI⁴³. Estas categorias emergiram a partir da própria documentação, em um tipo de produção de sentido que sugere, em cada um destes aspectos, como estas mulheres consideradas subversivas eram qualificadas. Entre os arquivos do Centro da Mulher Brasileira e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, identificamos 46 mulheres que foram qualificadas, de alguma forma, pela documentação.

Na **tabela 10** trazemos os dados pessoais que foram utilizados para identificar 35 destas mulheres⁴⁴. A identidade das mulheres consideradas subversivas era construída por meio de um mosaico de informações, sendo as principais os documentos de identificação, apelidos ou outros nomes (codinomes, no qualificativo da repressão) pelos quais elas pudessem ser conhecidas, data e local de nascimento.

Nesta categoria, há também dois outros dados que são relevantes neste contexto de identificação: filiação e profissão (entre elas, professora, enfermeira, escritora/jornalista). Das 35 mulheres que foram identificadas por meio de dados pessoais, 25 tiveram as

⁴³ Em relação à identificação dos nomes relacionados às organizações do movimento feminista, durante o período da ditadura civil-militar, muitas reflexões poderiam ser feitas, como, por exemplo, verificar a distinção (BOURDIEU, 1989) que obtiveram durante suas trajetórias pela ação sistemática na luta política e suas posteriores atuações políticas. Muitas se tornaram intelectuais de renome; algumas ocuparam postos importantes em organismos nacionais e internacionais; outras assumiram cargos no Legislativo, entre outros. Citamos, só a título de ilustração, alguns nomes presentes como rostos da segunda onda do feminismo no Arquivo do SNI, para exemplificar o grau de notoriedade que alcançaram em suas trajetórias: Carmem Barroso; Hildete Pereira de Mello; Lélia de Almeida Gonzales; Maria da Conceição Tavares; Marina Colasanti; Rose Marie Muraro; Ruth Cardoso; Ruth Escobar e Tisuka Yamasaki.

⁴⁴ Além das 35 identificadas na **tabela 10**, são citadas na documentação do SNI mais 11 mulheres, que aparecerão nas caracterizações privilegiadas nas tabelas seguintes. São elas: Sônia Maria Germano de Figueiredo, Branca Maria Moreira Alves [Vianna], Carmen da Silva, Lydia [da] Cunha, Maria do Carmo Sant’Ana, Maria Lúcia Teixeira Viana, Maria Thereza de Lima, Maria Thereza Lopes Teixeira, Myriam Campello e Norma Uchôa Cavalcante

profissões citadas e 17 foram referenciadas a partir de seus pais, maridos ou filhos. O destaque ao ofício destas mulheres parece estar ligado a uma visão pejorativa de determinadas profissões, consideradas de “esquerda” pelo regime, prevalecendo a identificação de artistas, professoras, jornalistas, enfermeiras e advogadas. Já o segundo ponto corrobora com uma visão tutelada das mulheres, em alguns casos sugerindo até que elas seguiriam o direcionamento político das pessoas (normalmente do sexo masculino) de seu círculo familiar.

Tabela 10: Dados pessoais de 35 das 46 mulheres identificadas na documentação (p. 109-113)

NOME	DADOS PESSOAIS
Ana Alice Costa	Brasileira
Ana Montenegro	Escritora, baiana
Ângela Maria Martins Ramalho	Filiação: Antonio da Costa Martins e Jandyra [ilegível] Martins DLN: 17/03/1953, RJ Identidade: 3.164.497 (IFP) Título de Eleitor: 166.066 – 11ª. ZE Também conhecida como ÂNGELA MARTINS RAMALHO (AMR)
Berenice Fialho Moreira	Filha de Clóvis Machado Moreira e Rosa da Silva Fialho Moreira Nascida em 3/05/1946
Branca de Melo Franco Alves	Nascida 19/07/1911 Mãe do Dep. Márcio Moreira Alves
Carmem Barroso	Documento: B1853533 Socióloga, professora da USP
Comba Marques Porto	Documento: B0283990 Advogada Nascida 16/10/45 Filha de Henrique Marques Porto e Maria Teresa Marques Porto
Diva de Mucio Teixeira Heimbürger	Documento: B0871850 Coordenadora da Coordenadoria de Relações Internacionais e do Cerimonial do Gabinete do Prefeito

Hildete Pereira de Mello Hermes de Araújo	Documento de identificação: B0206957
Jacqueline Pitanguy de Romani	Documento de Identificação: B0045056 Filiação: Antonio Campos Pitanguy e Maria Staes Jardim de Campos Pitanguy Nascida em 16/10/1945 Socióloga, militante do Movimento Feminista do Rio de Janeiro
Jacqueline Zimbul de Castro	Nascida 26/06/41
Lélia de Almeida Gonzales	Documento de Identificação: B0045056 Filiação: Acácio Joaquim de Almeida e Urcinda de Almeida Nascida em 01/02/1935 Antropóloga, professora da USP
Leonor Nunes de Paiva	Também conhecida como Leonor Nunes Pereira
Madalena Brandão de Almeida	Casada com o ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) Silvério Soares Ferreira
Margarida de Genevois	Documento de Identificação: B0381342 Socióloga
Maria Ângela de Oliveira Muniz	Filha de Raimundo Theodoro Alves De Oliveira e Judith Carvalho De Oliveira [Contato com] Ligia (não identificada): pertence ao "Centro da Mulher Brasileira
Maria da Conceição de Almeida Tavares Ribeiro Soares	Conhecida como "Ceixa" Documento de identificação: B0391270 Título de eleitor: 45.588 – 5º Zona Eleitoral – 66ª Seção Filiação: Fausto Rodrigues e Maria Augusta de Almeida Caiado Tavares

	Nascida em 24/04/1930, em Portugal e naturalizada brasileira em 03/04/1957 Economista, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF)
Maria do Carmo Rezende Neves	Funcionária do Ministério da Fazenda, sem registros nesta AR
Maria Elvira Salles Ferreira	Documento: B1702701 Empresária
Maria Emília Carvalho da Fonseca	Nascida em 27/11/44, RJ Filha de Benedito de Oliveira Carvalho e Ana Susana da Cruz Carvalho Em 1973 vivia maritalmente com Ronaldo Humberto Buarque de Holanda Ferreira. Funcionária da Secretaria de Administração do RJ.
Maria Ghisleni ou Maria Augusta Ghisleni	Secretária de D. Ivo Lorscheiter, Secretário Geral da CNBB
Maria José [de] Lima	Foi relacionada em relatório da Comissão de Sindicância do IBGE, mandado organizar pelo Presidente Jânio Quadros “Zezé”, enfermeira do INAMPS
Maria José Lima	Repórter da revista Nordeste
Maria Lúcia D'Ávila Pizzolante	Advogada
Marina Bandeira de Carvalho	Documento de identificação: B0569667 Filiação: Mário de Souza Carvalho e Helena Bandeira de Souza Carvalho Nascida em 22/12/1924, Rio de Janeiro
Marina Colasanti Sant'Anna	Documento de identificação: B1758998 Filiação: Manfredo Colasanti e Elisa Del Bono

	Nascida em 26/09/1937, Itália Escritora, jornalista e pintora
Mariska Ribeiro Vianna Santos	Professora estadual, nomeada para o cargo de Diretora do Departamento de Cinema, Teatro e Diversões do RJ (1975).
Moema Eulália de Oliveira Toscano	Nascida em 03/01/27, RN. Filha de José Toscano Netto e Adyilia de Oliveira Toscano. Em 1968, consta como Professora PUC/GB, membro do PCB.
Nair Barbosa Guedes	Documento de Identificação: B1438840 Nair do Rosario Barbosa (nome de solteira) Filha de Francisco Alves Barbosa e Zilda Ribeiro Barbosa. 29/12/1944, Araguari/MG É casada com o Deputado Federal José Luís Moreira Guedes, que foi membro do Comitê Central do PC do B. Cientista política.
Nair Maria de Jesus Goulart	Documento: B1412966 Metalúrgica/SP
Rose Marie Gebara Muraro	Documento de identificação: B0857026 Filiação: Fuad Gebara e Olga Mutrau Gebara Nascida em 11/11/1930, Rio de Janeiro Escritora, Jornalista e Socióloga
Ruth Cardoso	Documento: B1738835 Antropóloga, professora da USP

Ruth Escobar	Artista conhecida, é inteligente, loquaz, controvertida e antiga militante de movimentos contestatórios ou de pressão
Suely Rozenfeld	Médica É mulher de Leo Lynce Do Carmo Rodrigues, militante do PCB/RJ
Tisuka Yamasaki	Cineasta

Fonte: Fundo SNI - Arquivo Nacional

De forma análoga à caracterização do CMB e do CNDM, as mulheres também foram referenciadas a partir de ligações que possuíam com organizações e movimentos considerados de “esquerda”. Os documentos pesquisados referem-se aos movimentos, partidos e órgãos aos quais elas foram oficialmente (ou não) associadas (**Tabela 11**). Não observamos, na documentação, a filiação à movimentos ou instituições que poderiam ser positivas na visão da ditadura.

Nesta categoria constam 24 das 46 mulheres que compõem *corpus*. Observamos que 9 delas foram diretamente identificadas como militantes do PCB, sendo que uma, Eliane Lima Cavassoni, foi associada a partir do contato com Maria Teresa Lopes Teixeira, esta, sim, caracterizada pelo SNI como comunista. Neste mesmo contexto, Sônia Maria Germano de Figueiredo é qualificada como militante do MR-8.

Quatro mulheres são identificadas como filiadas a um partido político, sendo 3 ao PMDB e uma ao PT. Duas constam como integrantes da Comissão de Justiça e Paz e uma delas é identificada por ser representante do Laicado no Brasil junto ao Vaticano.

A caracterização em comum que mais se repetiu foi a associação a organizações feministas, revelando a percepção do feminismo como uma expressão efetivamente subversiva, aos olhos da ditadura. Neste caso, 10 foram identificadas como integrantes do Centro da Mulher Brasileira e 5 como parte do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Tabela 11: Organizações e movimentos aos quais as mulheres do CMB e do CNDM foram associadas (p. 115-117)

NOME	LIGAÇÕES/FILIAÇÕES
Ana Alice Costa	Não há dúvida quanto ao fato de que Ana Alice Costa é pessoa ligada ao CMB/RJ, instalado a Av. Franklin Roosevelt 39, sala 713, organização de frente do PCB.
Ana Montenegro	Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Ângela Maria Martins Ramalho	É militante do PCB
Berenice Fialho Moreira	Integrante do MOLINA ⁴⁵ (1967)
Branca de Melo Franco Alves	Representante do Laicado no Brasil junto ao Vaticano (1972)
Comba Marques Porto	Conselheira do CNDM Militante do PCB
Eliane Lima Cavassoni	Pertence ao Centro da Mulher Brasileira Mantém contatos com Maria Teresa Lopes Teixeira, militante do PCB;
Hildete Pereira de Mello Hermes de Araújo	Filiada ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) Ligada a Casa da Mulher/RJ e ao Coletivo de Mulheres (CM), organizações de frente do PCB É militante do PCB/RJ Em 80, integrava o Centro da Mulher Brasileira, Organização de Frente do PCB Foi membro efetivo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985

⁴⁵ Referência ao Movimento de Libertação Nacional, uma organização composta por estudantes que lutou contra a ditadura.

Jacqueline Pitanguy de Romani	<p>Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)</p> <p>Pertence ao Grupo de Mulheres CERES É militante do PCB</p> <p>Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB)</p>
Lélia de Almeida Gonzales	<p>Filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT/RJ)</p> <p>Integrante do Centro da Mulher Brasileira (CMB)</p>
Leonor Nunes de Paiva	<p>Filiada ao PMDB</p> <p>Integrante do CMB</p>
Lydia [da] Cunha	<p>Militante do PCB</p> <p>Membro do Centro da Mulher Brasileira, no Rio</p>
Margarida de Genevois	<p>Integrante da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo</p>
Maria Ângela de Oliveira Muniz	<p>Atua ativamente no [...] Centro da Mulher Brasileira</p>
Maria José [de] Lima	<p>Membro do grupo “MULHERANDO” e do “CENTRO DA MULHER BRASILEIRA (organização de frente do PCB)”.</p>
Maria Lúcia D'Ávila Pizzolante	<p>Filiada ao PMDB/RJ</p> <p>2º Vice-Presidente da Federação de Mulheres Fluminenses</p> <p>Presidente do Movimento da Mulher pelo Estado de Direito</p> <p>Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em Brasília</p>
Maria Lúcia Teixeira Viana	<p>Militante do PCB</p>
Marina Colasanti Sant'Anna	<p>Membro da Comissão Nacional de Justiça e Paz</p>

Moema Eulália de Oliveira Toscano	Militante do PCB
Nair Barbosa Guedes	Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher Integrante do Centro da Mulher Mineira
Rose Marie Gebara Muraro	Integrante do Centro da Mulher Brasileira (CMB) Faz parte da diretoria do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil (CNMB), filiado ao Conselho Internacional de Mulheres (CIM), entidade ligada à INTERNACIONAL SOCIALISTA Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Ruth Cardoso	Integrante do Conselho da Condição Feminina de São Paulo
Sônia Maria Germano de Figueiredo	Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)
Suely Rozenfeld	É ativista do “Centro da Mulher Brasileira”, Organização de Fachada do ilegal PCB

Fonte: Fundo SNI - Arquivo Nacional

A **Tabela 12** relaciona-se à percepção do que a ditadura considerava “subversivo” em termos de declarações das mulheres figuradas, incluindo, sobretudo, o contexto de produção do arquivo (no caso de dossiês investigativos sobre eventos, por exemplo). Para esta análise, consideramos apenas as falas que foram atribuídas às mulheres presentes na documentação de forma clara, por meio do emprego de verbos como “declarou”, “argumentou”, “afirmou”. Nesta seleção, figuram 5 mulheres.

Tabela 12: Declarações das mulheres do CMB e do CNDM qualificadas pelo SNI
(p. 118-119)

NOME	DECLARAÇÕES
Branca de Melo Franco Alves	Declarou D. Helder Câmara é o profeta do século XX (1968)
Comba Marques Porto	Enfatizou a real finalidade do CNDM e o apoio que a OAB/MA vem dando à mulher, sobretudo em encontros e congressos
Jacqueline Pitanguy de Romani	Acusada de defender interesses partidários, a própria renunciante forneceu ao Ministério da Justiça como argumento o fato de estar o Conselho a serviço das esquerdas, uma vez que, por ocasião da posse das novas conselheiras, foi distribuído um panfleto em protesto contra a nomeação, por diversos movimentos ligados ao PCB, PT, PDT e PCdoB.
Maria Lúcia D'Ávila Pizzolante	Sobre as atividades do Conselho, Maria Lúcia D'Ávila Pizzolante afirma ter comparecido a quase todas as suas reuniões, tendo ficado chocada, não só pelo baixo palavreado utilizado pela Presidente e algumas Conselheiras, como Jacqueline Pitanguy e Tisuka Yamasaky, mas, também, pelos ataques ofensivos às autoridades constituídas, inclusive ao Presidente José Sarney. Afirmou estar sendo discriminada, em razão de sua posição política mais moderada, e apontada como representante da Igreja de linha conservadora, uma vez que a sua nomeação teve a interferência de D. Marcos Barbosa. Colocou também a sua preocupação com relação às reuniões efetuadas, pelo CNDM, de estarem se desviando dos objetivos a que se propôs, quando os participantes, com a

	licenciosidade dos dirigentes, utilizam da oportunidade para canalizar condutas libidinosas e práticas homossexuais, citando, como exemplo, a reunião de Bertioga/SP, realizada no primeiro semestre do ano em curso, da qual, [...] consta uma foto.
Nair Barbosa Guedes	Ressaltou a importância do Simpósio e da participação da mulher na apresentação de sugestões para a constituinte. Leu, entre outras, uma proposta de extinção do SNI, sem, contudo, declinar sua autoria. Manifestou-se contrária à participação da mulher no Serviço Militar e criticou as Forças Armadas.

Fonte: Fundo SNI - Arquivo Nacional

Além disso, 29 mulheres das 46 foram caracterizadas por meio de suas ações (**Tabela 13**). Mais uma vez, a visão do SNI privilegia atividades no âmbito daquilo que era considerado subversivo. Por exemplo, participar de congressos sobre mulheres (em países como Tchecoslováquia e URSS), produzir informativos sobre sexualidade da mulher, ter participado de manifestações prévias (ou não) ao AI-5, sair do país ou até mesmo possuir um “amante” e utilizar “palavras de baixo calão”.

Este último aspecto, no contexto de um documento jurídico, pouco teria importância. Contudo, a intencionalidade da documentação do SNI vai muito além da produção de “provas” legais, mas se insere em uma produção discursiva complexa que busca construir sujeitos e, a partir daí, incriminá-los. E a forma de fazer isso era por meio de qualquer associação ou atitude que pudesse ir na contramão do discurso oficial, incluindo desde ativismo propriamente dito até ações que pudessem ferir a cultura conservadora que pregava a defesa da “moral e dos bons costumes”. Neste contexto, a narrativa cria uma percepção de ameaça a partir de argumentos que são caros ao regime, pouco importando a aplicabilidade criminal dos fatos (verídicos ou não) – o que é algo objetivamente natural em regimes de exceção de direitos.

Tabela 13: As ações das mulheres do CMB e CNDM, segundo o SNI (p. 120-125)

NOME	AÇÕES
Ana Alice Costa	Encontra-se no México, onde passou a integrar um grupo feminista daquele país, intitulado Movimento De Liberação Da Mulher (MLM), juntamente com outras latino-americanas. Atualmente o MLM, após unir-se a dois outros movimentos (Luta Feminista – LF e Centro De Ajuda A Mulheres Violadas – CAMV), busca criar um Centro para Mulheres que deverá conter, além de um consultório ginecológico, com um centro de documentação e informação, teatro, educação de base, etc. A nominada, pretendendo voltar ao Brasil em fins de 1980, espera que sua atual experiência venha a ser-lhe útil em atividades semelhantes.
Ana Montenegro	Trabalha especialmente com a mulher canavieira
Ângela Maria Martins Ramalho	<p>Ângela Maria viajou para Lima/Peru. A propósito vale frisar que no caso de um brasileiro ter suas passagens pagas pela URSS, seu primeiro destino é Lima, dali seguindo em voo da Aeroflot, para seu destino final. Outrossim, dificilmente o passaporte da nomeada receberá um visto soviético, sendo os competentes carimbos aplicados em uma espécie de “tarjeta de viagem”, concedida pela URSS a seus “convidados especiais”</p> <p>Foi uma das coordenadoras do I Congresso da Mulher Fluminense, evento ocorrido em 26 Jul 80, na sede do Sindicato dos Rodoviários/RJ, com o objetivo de “unir a luta da mulher à luta do povo brasileiro por melhores condições de vida, de trabalho e contra os salários de fome”.</p>
Berenice Fialho Moreira	<p>Como estudante participou de movimento subversivo (1967)</p> <p>Fez palestra de doutrinação subversiva na UFRJ e o reitor tentou impedir sua fala, tendo ela “esbofetado” o Diretor do Instituto de Psicologia (18/10/1967)</p>
Branca Maria Moreira Alves [Vianna]	<p>Subscreveu memorial dirigido ao Presidente da República (31/08/68), protestando contra a ação repressiva aos movimentos estudantis pelos setores policiais</p> <p>Representou o CMB no Congresso Internacional Pela Anistia No Brasil, realizado em Roma, em JUN 79</p>
Carmem Catarina da Silva	Assinou a convocatória para a realização do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba.

<p>Diva de Mucio Teixeira Heimburger</p>	<p>É ativista do Movimento das Mulheres do PDT.</p> <p>Em 1975, foi uma das fundadoras, no Rio de Janeiro, do Centro da Mulher Brasileira (CMB)</p> <p>Em 1982, foi candidata a Deputado Federal pelo PDT/RJ, não tendo sido eleita.</p> <p>Em 1984, era Assessora de Relações Internacionais da RIOTUR e Presidente da Comissão de Despesa dos Direitos da Mulher, no RIO DE JANEIRO</p> <p>[Foi nomeada para cargo no governo do município do Rio de Janeiro, sendo categorizada no documento como pessoa representante de “infiltração”]</p>
<p>Eliane Lima Cavassoni</p>	<p>Em 1978 participou do “Encontro da Mulher que trabalha”, no sindicato dos Metalúrgicos do Rio; Luis Jorge Werneck Viana está interessado em coloca-la [sic] na “Lide Editora” onde trabalha sua amante, Belisa Contino.</p>
<p>Hildete Pereira de Mello Hermes de Araújo</p>	<p>Em 1976, foi afastada das suas funções de Professora da Universidade Federal Fluminense – UFF, por suas atividades no Movimento Estudantil, naquela entidade.</p> <p>Trabalhou, intensamente, para a eclosão da greve dos professores do RIO DE JANEIRO, em 1979.</p> <p>Seu nome constou [na] relação de simpatizantes da Anistia Internacional, em 1984.</p>
<p>Jacqueline Pitanguy de Romani</p>	<p>Teve prorrogada sua permanência na Tchecoslováquia, de 24 a 31 mar 88, para proferir palestras e participar de reuniões (DOU 47, 1º Mar 88).</p> <p>Em 1986, participou em Atenas/Grécia, da "Conferência da Coligação de Mulheres para a Paz", promovida pelo Conselho Mundial da Paz (CMP) - Organização de Frente do Movimento Comunista Internacional (MCI).</p> <p>Renunciou à presidência do CNDM em protesto à nomeação pelo Presidente da República de 12 (doze) novas conselheiras sem vinculação com organizações de esquerda.</p> <p>[Utilizaria palavrado de baixo calão durante as reuniões e realizaria ataques ofensivos às autoridades constituídas, inclusive ao Presidente José Sarney]</p> <p>Afastou-se do país para participar como expositora do "Congresso Mundial de Mulheres", em Moscou/URSS, com ônus para a Fazenda Nacional</p>

Lydia [da] Cunha	Representou o CMB no Congresso Mundial das Mulheres, realizado em Praga, na Tchecoslováquia, em out 81, patrocinado pela FEDIM e organizado pela União das Mulheres Tchechoslovacas
Madalena Brandão de Almeida	Exilou-se no Chile, durante o Governo Allende, e, posteriormente, na Holanda.
Maria Ângela de Oliveira Muniz	<p>Após retornar ao Brasil, passou a desenvolver intensa atividade política, principalmente junto a movimentos de anistia e o chamado “movimento de mulheres”, em perfeita sintonia com seu irmão, o deputado pelo MDB/RJ Raimundo Theodoro de Oliveira</p> <p>Trabalha na FASE, [...] exerce suas funções no setor de “recursos pedagógicos”, percebendo salário de Cr\$13.000,00.</p> <p>Atua ativamente no movimento de mulheres, através do “Centro da Mulher Brasileira – CMB”. É, também, através desta entidade que participa dos movimentos de anistia.</p> <p>Existe um entrosamento perfeito, entre Maria Ângela e o casal Raimundo Theodoro De Oliveira e sua esposa Laura (este é seu irmão). Raimundo tem contato com a participação ativa, em seus “trabalhos políticos”, de Maria Ângela, e mais recentemente, do marido desta, Carlos Alberto Viera Muniz.</p> <p>Residiu com seus pais, após chegar ao Brasil, na Avenida N. S. de Copacabana 1236/205. A partir de 06 Out 79, mudou-se – após o “aparecimento” de seu marido – para a rua Pires de Almeida nº 57, Aptº 201 – Cosme Velho/RJ.</p> <p>Juntamente com o marido, compareceu ao Aeroporto do Galeão para recepcionar Miguel Arraes.</p> <p>Durante a greve dos professores do RIO DE JANEIRO, seguiu seu irmão, adotando posição contrária à assumida pela direção do “Centro Estadual dos Professores”, na condução dos acontecimentos.</p>
Maria do Carmo Sant'Ana	Representou o CMB no Congresso Mundial das Mulheres, realizado em Praga, na Tchecoslováquia, em OUT 81, patrocinado pela FEDIM e organizado pela União das Mulheres Tchechoslovacas
Maria Augusta Ghisleni	"Faz parte de dispositivo mantido pela CNBB para localizar presos subversivos"
Maria José [de] Lima	Produção da iniciativa "Este Sexo que é Nosso"
Maria José Lima	Participou do II Encontro de Jornalistas

<p>Maria Lúcia D'Ávila Pizzolante</p>	<p>Proprietária do jornal “Avante Mulher”</p> <p>Mantém contatos com a Embaixada da URSS, com a finalidade de marcar uma entrevista com o Embaixador soviético</p> <p>Esteve em Moscou, tratando de assunto desconhecido pelo SNI</p> <p>Uma das suplentes do Conselho Deliberativo do Órgão, Maria Lúcia D'Ávila Pizzolante, advogada, filiada ao PMDB/RJ, 2º Vice-Presidente da Federação de Mulheres Fluminenses e Presidente do Movimento da Mulher pelo Estado do Direito, tem buscado, com bastante denodo, por meio de visitas a autoridades federais e de documentos firmados por integrantes das classes intelectual, artística, política e sindical, sugerir seu nome, ao Presidente da República, para substituir Ruth Escobar, na presidência do CNDM.</p> <p>Apresentou denúncia de favorecimento e apoio, por aquela entidade oficial, às candidatas à Assembleia Nacional Constituinte, de tendência esquerdista, inclusive com utilização de recursos do próprio órgão</p>
<p>Maria Thereza de Lima</p>	<p>Representou o CMB no Congresso Mundial das Mulheres, realizado em Praga, na Tchecoslováquia, em OUT 81, patrocinado pela FEDIM e organizado pela União Das Mulheres Tchechoslovacas</p>
<p>Marina Bandeira de Carvalho</p>	<p>Era uma das responsáveis pela orientação que vinha sendo imprimida aos programas do Movimento de Educação de Base (MEB), considerado de caráter nitidamente subversivo.</p>
<p>Marina Colasanti Sant'Anna</p>	<p>Simpatizante da ideologia comunista</p> <p>Seu nome figura como elemento comunista infiltrado na imprensa no RJ, com atuação no Jornal do Brasil (1971)</p>
<p>Myriam Campello</p>	<p>Foi afastada do MEC pelo AI/64 publicado no Diário Oficial 09/10/1969</p> <p>Fazia parte do "Cerne Intelectual" da subversão do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife", órgão de tendências comunizantes [sic]</p>

<p>Moema Eulália de Oliveira Toscano</p>	<p>Diplomada em 1962 pelo ISEB - "Curso Regular"</p> <p>Foi diretora social da Sociedade Cultural Sino-Brasileira (1964).</p> <p>Amante de Alberto Latorre de Faria (1965).</p> <p>Tomou parte na Comissão organizadora do Congresso de Solidariedade a Cuba (1966).</p> <p>Como professora de sociologia, participou de todos os atos de caráter subversivos juntamente com outros elementos da Faculdade de Filosofia (1967).</p> <p>Continua em efetivo exercício de magistério na PUC/RJ, embora atingida pelo AI-5.</p> <p>Participou, junto a "outros elementos de esquerda" da reunião que a Associação de Cientistas Sociais do RJ (ACSRJ) realizou em 11/12/76, no Colégio Divina Providência. Na ocasião, foi debatida com muito vigor e bastante tempo a atual linha do PCB (Pacifista), com um grupo defendendo esta e o outro uma conduta mais radical que conduza a ação imediata, qual seja, forçando brechas no sistema.</p>
<p>Nair Barbosa Guedes</p>	<p>Em 1979, militou na Ação Popular Marxista-Leninista - APML, onde usava os codinomes "Vera", "Nazaré" e "Ana"</p> <p>Em 1984, apareceu em uma relação de pessoas que eram assinantes do Jornal do PC do B "Tribuna da Luta Operária", em Salvador/BA</p> <p>Em 1985, era membro efetivo (assistente social) do CNDM.</p>
<p>Nair Maria de Jesus Goulart</p>	<p>Ex-militante da Organização de Combate Marxista-Leninista - Política Operária (OCML-POLOP)</p>
<p>Norma Uchôa Cavalcante</p>	<p>Diplomada no curso de férias sobre "Problemas do Desenvolvimento Nacional", relacionado pelo ISEB no período de 16/01/64 a 24/02/64</p>

<p>Rose Marie Gebara Muraro</p>	<p>Teve participação atuante em reunião realizada em Nova Iguaçu/RJ (1968), em recinto não determinado de caráter tipicamente subversivo</p> <p>Foi eleita para o conselho Diretor da TELEPAX, órgão subordinado à Organização dos Bispos do Brasil, de tendências esquerdistas e ligado a D. Hélder Câmara.</p> <p>Fazia parte do Corpo de Redatores da Editora Vozes, intimamente ligada a Ênio da Silveira (1968).</p> <p>Assumiu o cargo de relações públicas (comissão permanente) no Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, em 1972.</p> <p>É autora do livro de propaganda comunista, "A mulher na constituição do mundo futuro", editado pela Editora Vozes, e em 1971 já na 6ª edição.</p> <p>Vinculada à CNBB como assistente do Editor da Editora Vozes.</p>
<p>Ruth Escobar</p>	<p>Conseguiu reunir, no plenário da Assembleia Legislativa, cerca de 600 mulheres, que ovacionaram o Presidente Sarney</p> <p>Presença no Congresso Mundial de Mulheres, em Moscou/URSS</p> <p>“Ruth Escobar está envidando esforços, no sentido de fazer sua substituta na presidência do CNDM [...] Jaqueline [sic] Pitanguy.”</p>
<p>Tisuka Yamasaki</p>	<p>[Utilizaria palavreado de baixo calão durante as reuniões e realizaria ataques ofensivos às autoridades constituídas, inclusive ao Presidente José Sarney]</p>

Fonte: Fundo SNI - Arquivo Nacional

E se a intencionalidade narrativa do SNI era qualificar as mulheres enquanto subversivas, é evidente que não faltariam os antecedentes criminais. Na **tabela 15**, tratamos das prisões/indiciamentos que foram descritos em alguma parte do corpus documental explorado. Na análise, constaram 7 mulheres que tiveram prisões ou indiciamentos relacionados na documentação do SNI.

Tabela 14: Prisões e indiciamentos das mulheres do CMB e do CNDM

NOME	PRISÕES E INDICIAMENTOS
Carmem Catarina da Silva	Indiciada no IPM/UNE/UBES
Comba Marques Porto	Presa em 12 out 68, em Ibiúna/SP, durante a realização do XXX Congresso da ex-UNE
Jacqueline Zimbul de Castro	Indiciada no IPM da FNFI por atividades subversivas
Maria Emília Carvalho da Fonseca	Em julho foi detida face suas ligações com militantes da organização subversiva ALN
Mírian Campelo	Indiciada e enquadrada na Lei de Segurança Nacional, no IPM realizado na Universidade de Recife pelo Major Manoel Moreira Paes, que apurou atividades subversivas no setor estudantil.
Moema Eulália de Oliveira Toscano	Em 05/05/69, o Presidente da República assinou decreto aposentando Noêmia [sic] Eulária [sic] de Oliveira Toscano, de acordo com o AI-5, de 13 dez 68 e tendo em vista o disposto no Art 1º item 11, do Ato Complementar nº 39 Jan 68.
Suely Rozenfeld	Em 12 out 70 foi presa pelo DOPS/SP, para fins de averiguação

Fonte: Fundo SNI - Arquivo Nacional

Por último, recolhemos anexos que muitas vezes faziam parte da documentação, num total de 30 arquivos, sendo 14 referentes ao CMB e 16 relativos ao CNDM. Por um lado, os anexos se constituíam como documentos que serviam de provas da ação subversiva. Por outro, eles permitem que hoje, mais de 40 anos depois, tenha-se fácil acesso a materiais de circulação do dia a dia do movimento feminista que, caso não tivessem despertado o interesse do SNI, muito provavelmente teriam se perdido. O SNI objetivava sufocar o

movimento feminista, ou mesmo controlá-lo, e para isso lançava mão de uma vigilância extremamente forte e em diferentes níveis.

O objetivo desta categoria não é a análise propriamente dita destes anexos, mas mostrar, ainda que seja de maneira panorâmica, como eles eram utilizados. Além disso, disponibilizar esses documentos significa legar a outros pesquisadores uma trilha de pesquisa que não conseguimos percorrer. Por esta razão, a listagem dessa documentação, bem como a localização do corpus documental no Arquivo, figura como Apêndice do trabalho.

A maior parte dos anexos presentes nos dossiês do SNI referente a temática desta pesquisa é de panfletos e informativos do movimento feminista. Contudo, também há reportagens, fotografias e relatórios/resoluções dos encontros realizados. Este material é extremamente rico e merece ser explorado em suas muitas intencionalidades possíveis na interpretação das tramas repressivas e das ações de resistência de diversos grupos, incluindo as mulheres integrantes dessas organizações contrárias ao regime ditatorial.

Há uma categoria do anexo que vale a pena ser mencionada: os pedidos de atualização de informação (via TELEEX⁴⁶) enviados. Em virtude do funcionamento do Serviço Nacional de Informações e da troca entre as agências, alguns arquivos anexam solicitações das investigações, bem como fornecimento de dados às agências responsáveis. Nestes anexos, o SNI aparece claramente configurado pelos sentidos de vigilância e espionagem. Com o uso de artifícios textuais e extratextuais para gerar efeito de verdade, é possível que em algum momento nos esqueçamos que existia, no mundo material, uma organização composta por pessoas que estavam produzindo discursos a partir de seus próprios valores e interesses. Mas é preciso não esquecer.

Os movimentos que constroem a memória cultural dependem do reposicionamento contínuo de indivíduos e grupos frente aos eventos do passado. A análise dos quadros acima não revela fatos “tais quais eles aconteceram no passado”, já que o processo de reencontro depende de gestos do presente, rearticulados em fluxos que não representam o passado, mas, sim, *performam* este imaginário, como já enfatizamos anteriormente.

⁴⁶ O serviço de Telex, como rede pública de âmbito nacional, era constituído a partir de um conjunto de centrais de telecomunicações e caracterizava-se pela transmissão de mensagens sob a forma de textos, com a impressão do código da máquina remetente. No Brasil, na década de 1970/80 era explorado pela empresa pública de telecomunicações, a EMBRATEL (Empresa Brasileira de Telecomunicações) (ARTEIRO, 1986).

E é precisamente na apropriação dos conceitos de performance e performatividade que este trabalho pretende investir; compreendendo que a análise de narrativas históricas não busca expressões do passado, mas, sim, investiga contínuas e repetitivas *performances* sociais que são também cultural e temporalmente constituídas, configurando uma ilusão de consistência e estabilidade histórica. Mas o que isso implicaria no discurso promovido pelo SNI?

Seguindo esta reflexão, o texto do filósofo da linguagem John Langshaw Austin, **Quando dizer é fazer** (1990), condensa os princípios teóricos da virada linguística promovida pelo pensador inglês ao desafiar a corrente metafísica da linguagem, então vigente, que propunha a essência da linguagem e de seus significantes e significados como as afirmações proposicionais denotativas.

Sua investigação surge como resposta ao idealismo absoluto, encabeçado por Francis Herbert Bradley (1846-1924) e Thomas Hill Green (1836-1882), e ao empirismo, inspirado por John Stuart Mill (1806-1873), que eram as principais correntes filosóficas do Reino Unido ao final do século XIX (AUSTIN, 1990). Austin se interessava sobretudo pelo questionamento da base descritiva formal da linguística até então, apresentando uma nova abordagem que tensionava as tradicionais relações de sujeito-objeto a partir do vínculo entre fala, uso, ação e consciência, segundo seu método performativo (OTTONI, 2002).

Todas estas discussões são desenvolvidas através do método que [...] denominamos análise filosófica da linguagem ordinária, que Austin julgava ser capaz de clarificar e desmistificar estes problemas tradicionais, situando-os em um plano menos abstrato, genérico e formal e, por conseguinte, tornando possível uma análise e compreensão destes problemas sem recurso a pressupostos metafísicos tradicionais que, inevitavelmente, gerariam novos problemas e novas discussões. (AUSTIN *apud* SOUZA FILHO, 1990, p. 8-9).

Sua investigação a respeito da "certeza de saber de algo [...] desenvolve toda uma argumentação que desemboca na crítica à 'falácia descritiva'; já que a linguagem não é puramente descritiva mesmo quando se diz 'eu sei' (AUSTIN, 1946, p. 38)" (OTTONI, 2002, p. 126). Nessa lógica, as falas não descrevem meramente algo, mas, em determinadas circunstâncias, são a própria ação, a prática. "Com isto Austin descarta a possibilidade de se ver o *performativo* como um objeto linguístico que possa ser analisado empiricamente como qualquer objeto de natureza física" (OTTONI, 2002, p. 126). Insistindo na intenção do autor em quebrar a "distinção entre *performativo-constativo*", segundo Ottoni (2002), em Austin "a *performatividade* adquire, então, um estatuto único", já que "a cisão sujeito e objeto não

se sustenta mais numa *visão performativa*; ela não possibilita estabelecer uma fronteira entre o "eu" e o "não eu".” E continua: “Esta característica na argumentação de Austin é o lugar de confronto que possibilita redimensionar, através da fusão de seus "procedimentos filosóficos" e de suas "técnicas de análise da linguagem ordinária", de modo decisivo a relação sujeito-objeto, nos estudos da linguagem. (OTTONI, 2002, p. 126). O conceito chave de Austin, o de 'ato de fala', não meramente descreve uma realidade, mas efetivamente a modifica (AUSTIN, 1990).

Nesta lógica, a linguagem é a produção da ação. Ela faz com que as coisas sejam e possam ser realizadas. O discurso é quem produz a materialidade. O discurso do SNI não consolidou apenas um emaranhado de letras em um arquivo empoeirado: ele produziu uma identidade característica da e sobre a segunda onda do feminismo no Brasil.

E a performatividade, por sua vez, é a topografia que permite que determinadas produções performativas possam existir. A performatividade é aquilo que assegura, por exemplo, que um juiz tenha a condição de possibilidade de condenar alguém em seu ato de fala. Contudo, a performatividade não assegura que os atos se concretizarão; ela existe em potência. Isto é, nem tudo será, efetivamente, performado, mas as produções performativas vão, ao longo do tempo, atualizando e reforçando a performatividade (BUTLER, 1997).

A partir da apropriação do conceito de atos de fala (AUSTIN, 1990), e também sua reinterpretação crítica em Derrida (1991)⁴⁷, a performatividade, em Butler, ganha uma nova dimensão política, uma vez que Austin não estava preocupado com as implicações políticas dos atos de fala.

Para Butler (1997), a performatividade não reflete meramente o efeito do poder social, ela reproduz uma série de efeitos sociais, que nem sempre são os discursos "oficiais", e estes efeitos, no que diz respeito ao caráter performático do gênero, não só regulam o corpo como o produzem e formam (BUTLER, 1997). A performatividade, portanto, precisa ser repensada como um ritual social, "como uma das várias modalidades de práticas que são

⁴⁷ Em Derrida o conceito de ato de fala é repensado, elaborado principalmente como uma noção ritualística, que seria imprescindível para o funcionamento do ato enquanto significante. Ao conceito de Austin (1990), o autor inclui as características de "iterabilidade" e "citationalidade". O primeiro diz respeito à propriedade de "evidenciar a possibilidade estrutural de todo signo de ser repetido na ausência não somente de seu referente, mas também na ausência de seu significado ou intenção determinada", isto é, a capacidade comum de um signo ser identificável como "o mesmo" em suas repetições, simultaneamente ao fato de que serão outros [signos] - afinal são repetições (PINTO, 2009). Já a "citationalidade" surge a partir daí, uma vez que se trata da propriedade de produzir significado de um signo deslocado de um contexto para outro (isto é, em suas repetições) (PINTO, 2009).

poderosas e difíceis de não serem incorporadas justamente porque são silenciosas e insistentes"⁴⁸ (BUTLER, 1997, p. 159, tradução minha).

Assim, a autora chega ao seu conceito chave de gênero pelo qual é fundamentalmente reconhecida: o gênero, fundamentalmente não é uma construção *a priori* ou *a posteriori*, mas, sim, uma construção "em sendo" (BUTLER, 2020).

Nessa lógica, a performatividade será um dos rituais sociais mais influentes pelos quais os sujeitos são formados e reformulados (BUTLER, 2018). E os efeitos dos enunciados performativos que moldam a sociedade extrapolam as condições em que eles emergem, fazendo com que os discursos se confundam e impedindo, muitas vezes, que estas origens sejam localizadas - mas isso não os impede de exercer seus efeitos (BUTLER, 1997).

Por outro lado, na entrelinha entre ato e discurso, reside a possibilidade de transformação. Os enunciados carregam, por mais alienados de sua história, um acúmulo de performances passadas, que irão, por sua vez, produzir um simulacro de realidade, supostamente natural, capaz de configurar a maneira com que certos corpos, discursos e até memórias são autorizados, ou não, a existir (BUTLER, 1997).

Deste modo, o falar não pode e não é capaz de substituir completamente a realidade da qual se fala sobre, como um recurso de referência exato. Butler (1997) defende que não podemos substituir os nomes por aquilo que eles nomeiam, uma vez que os referentes não podem, jamais, serem completamente capturados. Isto porque, quando os nomes se tornam aquilo que nomeiam, esgotam-se as possibilidades de significado deste referente. Estaríamos, assim, condenando-o a ser apenas aquilo.

O mais importante, portanto, é garantir que nada seja a "última" palavra na definição do que é um referente, para que haja sempre a possibilidade de refiguração e transformação nesse futuro da performatividade. Essa "última palavra", em Butler (1997), representa o determinismo histórico, e é o que devemos ao máximo tentar anular.

Num futuro em que os significantes e significados continuam sendo um espaço de contestação e rearticulação democrática reside a chave para reformular a performatividade. Butler (1997) argumenta que é justamente a falta deste referente final, no sentido de completude, que faz com que haja a possibilidade de contestação radical e rearticulação futura, isto é, o redescobrimiento da própria história e produção de novos encadeamentos.

⁴⁸ No original, em inglês: "[...] modalities of practices [that] are powerful and hard to resist precisely because they are silent and insidious, insistent and insinuating" (Butler, 1997, p. 159).

Este é, portanto, o ponto inflexivo deste trabalho: refletir, ainda que brevemente, sobre a performatividade da memória, a partir de atos de fala, que, no futuro, performam o passado. A lógica performativa ajuda também a compreensão dos caminhos da memória: ela não será exclusivamente "*a priori*", como um passado a ser recuperado e tampouco será inteiramente "*a posteriori*", livre.

Neste sentido, a repressão e o controle da ditadura não possuem apenas um aspecto destruidor, mas também são produtivos de formas e opressões, que por sua vez intuem novas dinâmicas de performances, que atualizam a topografia da performatividade. Enquanto os atos de fala guardados nos arquivos do SNI performam uma memória cultural de opressão, há nestes mesmos documentos performances outras, que cristalizam a potência de retificar esta topografia, reinscrevendo a história do feminismo em uma diferente expressão.

PARTE II: ROSTOS

*"Por que escrevemos? Irrompe um coro.
Porque não podemos somente viver."
(Patti Smith, no livro *Devoção* [2017], p. 148)*

Faz pouco tempo, descobri que tenho uma imaginação "quebrada". *Aphantasia*, é uma condição que acomete cerca de 2% da população mundial e causa a redução ou ausência de imagens mentais voluntárias. Pessoas como eu, ao tentarem imaginar uma maçã, por exemplo, não "enxergam" isso na mente, apenas reconhecem as coisas como um conceito, ou sentimentos e sensações relacionados a ele. Para a minha mente, tudo o que existe são palavras e ideias. Mais do que uma proposição metodológica, buscar rostos em narrativas é a única forma de enxergar o mundo que eu conheço.

Aos 4 anos de idade, tudo parece uma revelação. A fase fundadora da infância em que começamos a fazer perguntas: porque o céu é azul, quem inventou o Papai Noel, de onde vêm os bebês. Acreditamos que o outro possui as explicações e que estaria disposto a compartilhar conosco a solução destes grandes enigmas. Damos um nome a isso - curiosidade - e tentamos (quase em vão) preservar essa virtude na vida adulta, quando o mundo decide empurrar as perguntas de volta para dentro da boca, como quem espera que, agora, você já saiba encontrar as respostas sozinho. Mas quando as palavras são tudo o que o seu cérebro conhece, como sobreviver apenas com as suas?

Aos vinte e poucos anos, quando perguntamos ao outro, na verdade estamos questionando a nós mesmos. A mente busca incessantemente por respostas a perguntas que sequer foram elaboradas ainda, incapazes de serem verbalizadas. Procurar respostas que os outros não nos dão mais já seria uma tarefa suficientemente difícil: parir pontos finais da interpretação de sussurros, que na maioria das vezes não nos respondem nada do que gostaríamos que dissessem. Encontrar as perguntas é ainda mais desafiador, reelaborar as confusões da vida em interrogações, na tentativa de aceitá-la como é: incompleta, caótica, reinvenção de tempos. Percebo que talvez o segredo não esteja em esperar pontos finais, mas transformá-los em ponto e vírgula; assim, a magia das revelações fantásticas da infância não se perderia. Sigo gestando palavras para que se tornem algo que marginalmente se assemelhe a uma pergunta, na única forma de resposta que eu já conheci para enxergar o rosto da vida.

Nada mais significativo, portanto, para mim, do que nomear esta parte como Rostos. Constituída por um capítulo, dividido em duas partes, no primeiro momento apresento, inicialmente, alguns nomes de mulheres que tiveram participação na luta contra a ditadura (das mais variadas formas) e, em consequência, tiveram suas vidas vasculhadas pelos arquivos da ditadura, que, assim, legaram ao futuro rostos das participantes dos movimentos feministas da época. Neste sentido, paulatinamente, os nomes se revelam como rostos.

Ainda neste primeiro item desta parte, realizamos o segundo movimento da pesquisa, apresentando, inicialmente, breves estratos (que subjetivamente percebemos como significativos para a temática da pesquisa) das entrevistas que realizamos com três personagens que consideramos centrais para a percepção dos códigos repressivos e das presenças dessas mulheres na cena contra a ditadura⁴⁹. No item seguinte, também nesta parte, essas mesmas personagens são revisitadas e colocadas diante dos arquivos da ditadura que revelam as perseguições que sofreram. São rostos em dois movimentos que permitem ver, também, encontros com o tempo.

Os rostos, portanto, emergem a partir destes dois movimentos: o primeiro é composto de falas que se deram no contexto da pesquisa realizada com Heloisa Buarque de Hollanda, entre os anos de 2017 e 2019; e o segundo, por meio dos encontros realizados em 2023, com três personagens que são revisitadas por mim, quando carrego e coloco diante delas os restos dos arquivos. Um ir e vir de restos, como as ondas do mar que nomeiam as fases feministas, que produzem sentidos, sentimentos e reações em rostos. Rostos que se revelam por meio dos restos, e se transformam diante deles.

4. Encontros com os rostos.

O projeto que despertou o instinto de realizar este trabalho já foi citado nas páginas anteriores. Mas, se falamos sobre rostos desta pesquisa, existe um ainda aparentemente encoberto sob as letras Times New Roman no papel: o meu. Em 2017, participei de uma seleção de jovens lideranças femininas chamado Ganhar o Mundo, patrocinado pela Fundação CSN⁵⁰. Como parte deste programa, realizei no mesmo ano um intercâmbio de

⁴⁹ São elas: Jaqueline Pitanguy, Branca Moreira Alves e Maria José Lima, como explicaremos no decorrer do capítulo.

⁵⁰ A Fundação CSN é o braço social do Grupo CSN, atuando em 36 territórios com o propósito de transformar vidas e comunidades. Fundada em 1961, quando a Companhia Siderúrgica Nacional ainda era estatal, foi expandida conforme o crescimento da empresa e também sua posterior privatização, em 1993. Sobre o

verão em Barnard College, Universidade de Columbia, em Nova Iorque, EUA. Por conta do período de realização, precisei adiantar alguns trabalhos finais do 4º período na UFRJ e expliquei aos professores da época brevemente sobre esta oportunidade e o quanto significava para mim. Barnard College foi fundada em 1889 como uma faculdade só para mulheres, que naquela época não podiam ingressar na Universidade de Columbia, e fez parte de um movimento chamado *Seven Sisters*, ou as sete irmãs, em tradução livre, que constituiu na criação de espaços de educação para mulheres que eram impedidas de ingressar nas universidades da *Ivy League*⁵¹ estadunidense.

Surgem os primeiros esboços do meu rosto, contornado de admiração por uma história paralela à da minha própria família - marcada por uma matriarca que também fora impedida de estudar, pela crença patriarcal de que aquele não era um espaço apropriado a uma mulher. Interessei-me imediatamente pela proposta em mergulhar nos estudos de gênero, naquele lugar emblemático, que a minha avó nunca, nem em seus sonhos mais ousados de ser professora, poderia imaginar pisar.

Estas percepções encontraram espaço na escuta ativa de uma professora de redação jornalística: Cristiane Costa. Alguns meses após o meu retorno, meu corpo que ainda pulsava com a energia da vivência extraordinária esbarrou com o dela nos corredores dos característicos azulejos azuis da Escola de Comunicação da UFRJ. Ela me disse que a Heloisa estava escrevendo um livro, **Explosão Feminista**, e pediu indicação de uma aluna para participar de um novo projeto de pesquisa. No ato de lembrar o passado – sem dúvida um dos protagonistas desta dissertação – Cris desenhou o meu futuro.

Recebi um e-mail da própria Heloisa um tempo depois:

Oi, Giulia, quem me deu seu contato foi Cris Costa. Estou procurando bolsista para fazer pesquisa sobre o feminismo no Brasil de 1975 a 2000. É um período muito interessante e com pouca memória. Acabei de fazer um livro sobre a Quarta onda e me espantei com o desconhecimento geral sobre essa época. Te interessa? Beijo grande, Heloisa. *Enviado via iPhone*.⁵²

Gastei no mínimo meia hora escrevendo e reescrevendo a minha resposta a ela. Um dos maiores nomes da pesquisa feminista no Brasil, que veio a se tornar uma imortal da

programa Ganhar o Mundo e minha participação, cf. Relatório de Impacto 2022 da Fundação CSN, disponível em <<https://fundacaocsn.org.br/wp-content/uploads/2023/09/fundacaocsn-relatorio-de-impacto-2022.pdf>>, p. 55-57. Acesso em: 27/12/2023.

⁵¹ *Ivy League* é um grupo de universidades de prestígio estadunidenses, composta por oito instituições privadas de elite: *Brown University*, *Columbia University*, *Cornell University*, *Dartmouth College*, *Harvard University*, *Princeton University*, *University of Pennsylvania* e *Yale University*.

⁵² E-mail enviado à autora, em 25/04/2018, às 21h16min.

Academia de Letras Brasileira, havia me mandado um e-mail. Um simples “te interessa?”, como se nada fosse. Escolhi com esmero cada uma das palavras que devolvi a Heloisa, deixando meu telefone no final do e-mail, caso ela desejasse me ligar. Menos de cinco minutos após enviado, meu telefone tocou, e Heloisa me convidava para conversarmos na sua casa.

Na casa da Helô, toda reunião tinha café, biscoitos e livros. O telefone dela nunca parava: editora ligando, jornalista, família... Ela sempre nos recebia com beijos, abraços, dezenas de livros e ideias novas para investigar e, é claro, seu batom vermelho. Passávamos horas conversando, lendo e escrevendo, na companhia de outras alunas⁵³ e do seu cachorrinho Bob, uma bola de pelos cor creme que amava carinho na cabeça.

Do trabalho que desenvolvemos, a partir de muitas outras vozes e interseções, culminou a publicação de quatro livros: **Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e Contexto**; **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais** e **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**, por Heloisa; e **Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer**, por Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy.

Realizávamos pesquisas bibliográficas, fichamentos de livros e investigações no Arquivo Nacional e na Hemeroteca Digital Brasileira, levantando materiais em acervos de pesquisa gigantescos. Também fazíamos entrevistas: algumas com a participação da Heloisa, e outras não. A maioria destas foi transcrita e aproveitada nos livros supracitados, mas outras serviram apenas para direcionamento de nossos esforços de pesquisa, para recolher fontes e encontrar possíveis novos ângulos. Helô tinha um senso de urgência muito grande por coletar o máximo de narrativas possíveis: “Estas mulheres estão morrendo, e essa história vai se perder”, ela disse, em um dos nossos primeiros encontros.

Apresento, agora, um pouco destas vozes que fizeram emergir os primeiros contornos do meu olhar, enquanto pesquisadora. O primeiro movimento.

4.1. Primeiro movimento: restos diante de rostos

Em **Comunicação e Método**, Marialva Barbosa (2020) discorre sobre o uso das entrevistas na escrita comunicacional como uma ferramenta que insere a dimensão do diálogo de maneira indiscutível (BARBOSA, 2020, p. 125). Se por um lado, no ato de escrever, “há sempre um gesto das palavras do outro ecoando” (BARBOSA, 2020, p. 125),

⁵³ Não poderia deixar de citar a parceria com Pê Moreira, Rachel Mattos e Julia de Cunto.

a entrevista apresenta este elemento de forma evidente, demonstrando o jogo narrativo do qual emergem infinitos personagens para além das palavras no papel: o entrevistador, o outro, a forma como a entrevista se deu, o espaço, o momento do encontro e os passos de outros tempos que carregamos conosco (BARBOSA, 2020).

Por isso, a entrevista enquanto metodologia é uma ferramenta amplamente explorada em muitos manuais⁵⁴ que se debruçam sobre as tipologias possíveis e suas categorizações. Recordo-me que as entrevistas que realizávamos durante a pesquisa com a Heloisa ocorriam mais ou menos assim: surge um nome em algum texto que encontrávamos, ou alguma das mulheres mencionava alguém diferente e *pronto*. Helô pegava o telefone, descobria o número de quem fosse e marcava um encontro para que conversássemos.

Uma das minhas primeiras tarefas, assim que ingressei no grupo, foi transcrever uma entrevista entre Julia de Cunto e Maria José de Lima. O roteiro era complexo, dividido em 5 partes: 1) apresentação da entrevistada; 2) ponto de partida no feminismo; 3) o Centro da Mulher Brasileira; 4) o ativismo feminista; e 5) o feminismo brasileiro nas décadas de 70 e 80. Cada parte era subdividida em itens, que perguntavam sobre momentos específicos, eventos passados, técnicas de ativismo e, principalmente, os nomes de outras mulheres que participaram de cada ação.

O principal objetivo destas entrevistas era coletar dados, conhecer a história delas, a história da segunda onda feminista, e, para isso, eram utilizados alguns “pontos fixos”, já conhecidos, como perguntar a respeito de Carmen da Silva, do Seminário da ABI, da Missa Fêmea, Tribunal Bertha Lutz... Estes “oferecem ao sujeito imagem de estabilidade e permanência, que [...] parecem palpáveis, âncoras de identidade e das mudanças impressas pelo passar do tempo” (MELO, 2020, p. 148).

Quando Julia pergunta à Zezé como foi a semana da ABI, ela responde: “Não posso contar, porque faz muito tempo; de 75 para hoje” (LIMA, 2018). Por mais que o evento seja uma espécie de ponto referencial para a memória, a pergunta aberta, desta forma, não foi capaz de fazer emergir a lembrança. Julia insiste, perguntando a respeito de alguma cena, uma situação marcante que tenha ocorrido em meio ao clima de silêncio. Zezé responde:

Que eu saiba não teve problema nenhum. Numa plateia lotada, você não repara. Ainda mais numa época de repressão. O DOPS também estava lá, gravando tudo. O próprio Celso Furtado, que foi o conferencista

⁵⁴ Aproveito a oportunidade para citar uma nota de rodapé do texto de Marialva Barbosa a qual me refiro no parágrafo anterior: “Para quem está interessado nesses engessamentos metodológicos que constroem pretensamente rigor científico, as qualificações existem em numerosos manuais. Cf. Duarte e Barros (2005), Gil (1989) e Albarello et al., 2011, entre outros.” (BARBOSA, 2020, p. 126)

escolhido pela ONU, ele recebeu a permissão de falar, mas sem debate. E foi avisado logo antes: “O Celso Furtado vai falar, mas nós temos orientação para não abrir o debate”. [...] Você fazia uma reunião dessa, você tinha medo: que desse polícia, que dissessem que era subversivo, que estavam se organizando para derrubar a ditadura... Era muito dramático. (LIMA, 2018)⁵⁵

Aqui, percebemos como os sentimentos são potentes para evocar as lembranças. Num primeiro momento, Zezé afirma não se lembrar. Mas ao ser confrontada com aquilo que a marcou, principalmente no contexto de medo da ditadura, surgem falas, sensações, outras vozes que ecoam nas palavras dela.

Para Zezé, o sentimento de medo também a fez recordar da coragem. O momento marcante em que aquelas mulheres se reuniram, ao final do seminário, e decidiram que o trabalho desenvolvido durante aquela semana precisava continuar. Decidiram se reunir.

Onde achar um local? E a Ingrid [Stein] teve a coragem de oferecer a casa dela. Foi realmente uma loucura. Ela, com aquela calma dela... Nós nos tornamos muito amigas. Aí, se marcou, cheio de códigos, como você chegar no endereço dela - que era no mesmo prédio da Branca. [...] Uma pessoa de confiança formou os blocos, e uma mulher tinha que dizer a outra. Aliás, a juventude é uma coisa incrível, mesmo com os riscos as pessoas mais jovens tinham coragem de fazer coisas desse tipo. Foi uma americana nesse encontro e todo mundo achava que ela era uma agente da CIA. Eu ainda me lembro da cara dela, [...] acho que tenho o cartão dela aqui. Então, essa primeira reunião foi justamente, vamos dizer, uma semana depois, na casa de Ingrid Stein⁵⁶, na rua das Laranjeiras. E lá se formaram os primeiros grupos, de dez em dez, com quem tinha alguma coisa afim. Já devia haver cineclube, porque as mulheres do cineclube formaram grupo com as mulheres de cinema - que eu tenho a impressão de que funcionava no Leme. Aí, se combinou que todo mundo se reuniria da maneira que pudesse e uma vez por mês reunia todo mundo de novo para trocar informação. O que que a mulher do cinema aprendeu, a mulher do trabalho, da saúde... E até nós do grupo do nada⁵⁷. Então, essa é a parte mais marcante. Uma reunião pública na ditadura. Uma pessoa dar o endereço e dizer "pode ser na minha casa". Mas ela [Ingrid] já estava em vias de divórcio, então eu acho que aquilo também foi para romper com muita coisa na vida dela. (LIMA, 2018)

⁵⁵ Entrevista concedida por Maria José de Lima a Julia de Cunto, pessoalmente, em 05 mai. 2018.

⁵⁶ Ingrid Stein-Krier, autora do livro **Figuras femininas em Machado de Assis**, publicado pela editora Paz e Terra, em 1984.

⁵⁷ Maria José de Lima refere-se ao grupo de reflexão formado por ela, Marlene Grenfell, Vera Lucia Xavier Borges (hoje, Vera Lucia Xavier Figueiredo), Eunice Gutman, Elisa [uruguaia, sobrenome desconhecido] e Ingrid Stein como Grupo do Nada: “Quando se formaram os primeiros grupos, [...] foi ficando na parede da casa da Branca um pouco de gente, umas nova, que diziam “nós não sabemos nada, temos que ir para o grupo do nada”. [...] No fim, esse resíduo que sobrou na sala, que não ia para grupo nenhum porque nunca tinha estudado nada. Todo mundo já queria uma especialidade e nós queríamos uma alfabetização. E foi o que foi feito [...], trocentas reuniões, uma vez por semana.” (LIMA, 2018)

Mesmo na reelaboração realizada pela memória do passado no tempo presente, o discurso de Zezé faz emergir as percepções daquela época, quando ela destaca o perigo que elas anteviam, a necessidade de estabelecer códigos, e até a própria lembrança de uma pessoa estrangeira que participou e fez muitos acharem que se tratava de um agente da CIA, a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos. O medo fez marcar, no tempo, o rosto de umas, nomes de outras, mas principalmente, a coragem. “E não aconteceu nenhuma repressão. Fomos e ficamos em reunião até meia noite, uma hora da manhã e voltamos. Sem maiores dramas, ninguém foi presa” (LIMA, 2018), ela conclui.

Existia, no passado da própria entrevista, e no tempo anterior a ela, a clara e persistente impressão de que a segunda onda feminista não incomodava a ditadura⁵⁸. Zezé diz se lembrar de uma entrevista dada por um general pós anistia⁵⁹:

O repórter pergunta para ele assim "os anistiados estão voltando, o que o senhor acha que vai acontecer?" E ele respondeu 'as mulheres vão para o feminismo, porque elas estão numa luta contra a violência. Então elas vão se ocupar da violência contra as mulheres. E os homens possivelmente vão ensinar nas universidades'. [...] Isso, para eles [os militares], era uma coisa boa, que mulher [não] apanhe, morra, mate... O próprio general deu essa explicação. [...] Se eles achavam que você só estava se reunindo para ensinar a vacinar, a cuidar de bebê, para discutir saúde ou que não se deixe espancar, [era aceitável]. (LIMA, 2018)⁶⁰

Metalinguisticamente, percebe-se o papel emblemático da entrevista na formação do imaginário social. As vozes do outro, mescladas às de quem conta, sempre a partir de sua perspectiva no tempo. E esta ideia de que aquele espaço passava despercebido aos olhos da ditadura prevalece até os dias de hoje.

Ao mesmo tempo, as mulheres desenvolviam estratégias para o caso de haver uma batida policial, pois “reunir, naquela época, era uma coisa muito perigosa” (LIMA, 2018). Elas levavam livros de receita, materiais de crochê, e tomavam precauções do tipo: não repetir muitas vezes o mesmo local de reunião, não estacionar o carro no mesmo lugar e outras “estratégias de sobrevivência” (LIMA, 2018).

⁵⁸ Esta percepção será retomada no item “4.2. Segundo movimento: rostos diante dos restos”.

⁵⁹ Sancionada após extensa mobilização popular pelo militar João Batista Figueiredo em 28 de agosto de 1979, a lei nº 6.683 concedeu anistia aqueles que tiveram seus direitos políticos suspensos, em virtude dos Atos Institucionais, e/ou cometeram crimes políticos ou eleitorais entre 1961 e 1979. Um dos principais expoentes da mobilização que culminou nesta lei foi o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), liderado pela ativista Therezinha Zerbini.

⁶⁰ Em nossas pesquisas, não foi possível encontrar a entrevista a qual Maria José de Lima se refere.

Assim, segundo Zezé, aquele espaço se tornava ideal para pessoas que tinham como interesse principal, na realidade, a luta contra a ditadura (LIMA, 2018)⁶¹. Isso levou, em 1979, a um racha dentro do Centro da Mulher Brasileira:

A cisão foi entre [elas e] nós, que estávamos querendo reaver a palavra, do ponto de vista de mulher. A gente não podia repetir a palavra de quem estava lutando contra a ditadura, [porque] era uma outra luta, que elas tinham que exercer em outro espaço. Só que como não havia outro espaço, o Centro funcionava como um ponto de discussão da coisa. E tudo era muito velado, porque você não podia falar abertamente quase nada. Mas havia a Malu Heilborn, que era taquígrafa. Ela taquígrafava tudo que era discutido em uma reunião e que ia ser resolvido em outra. Na outra reunião, as mesmas pessoas que tinham concordado, discordavam de tudo. Porque ela[s] levava[m] para o seu núcleo de resistência e provavelmente os homens reorientavam, ‘isso aqui não pode’. Feminista era *bucetista*, ‘só olham pra *xoxota*’, eram ‘as burguesas’, ‘as mulheres feias’, mil coisas que eram criadas para afastar da essência do feminismo e usar o espaço do Centro da Mulher Brasileira para a luta contra a ditadura. (LIMA, 2018, grifos nossos)⁶²

Refletindo sobre suas histórias de vida, enquanto feministas, as mulheres também transmitem os discursos fundadores de suas próprias subjetividades, “uma vez que a memória tende a evocar sentimentos de pertencimento, estando atrelada à formação de identidade. Por isso, esta se forma no presente, ativada por aquilo que se quer ser.” (POLLAK, 1989 *apud* MELO, 2020, p. 142). Naquele momento, em 2018, o contexto das entrevistas girava em torno da ausência de memória feminista, então as entrevistadas marcam suas posições dentro daquele ativismo. Sentiam que esta história estava perdida, e, portanto, emergem os discursos que as silenciavam naquele passado, hoje.

E o sentimento de pertencer, no âmbito da história da segunda onda feminista, perpassa uma dimensão fundamental: a de acolhimento. Em uma das entrevistas⁶³ que realizamos com Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy, na sede da CEPIA⁶⁴, recordo-me de uma história contada por Branca. Ela destacava o quanto as reuniões do Centro da

⁶¹ Idem.

⁶² O trecho grifado será comentado no subcapítulo 4.3. Trabalhos, esquecimentos, pedaços do si mesmo: gestos reinterpretativos.

⁶³ Esta entrevista foi realizada em 2018 e não foi transcrita, tendo a sua gravação posteriormente perdida. Nela, Pê Moreira e eu buscávamos o apoio de Branca e Jacqueline na pesquisa capitaneada por Heloisa. De lá, saímos com os contatos e indicações para entrevistarmos Leila Linhares Barsted e Maria do Espírito Santo. Esta entrevista não foi incorporada, como se deu, em nossos materiais, mas foi uma das fontes que estabeleceu os contornos da pesquisa realizada, além de ter sido a primeira ocasião em que estive com Branca e Jacqueline.

⁶⁴ Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1990, que desenvolve estudos e pesquisas voltados à ampliação dos direitos humanos e fortalecimento dos valores democráticos, em áreas ligadas principalmente à saúde, violência e justiça. Atualmente, a CEPIA é presidida por Comba Marques Porto, Miriam Ventura, Branca Moreira Alves e Rosana Heringer. Cf. <<https://cepia.org.br/a-cepia/>>.

Mulher Brasileira eram importantes, como um compromisso inegociável que fazia parte de quem ela era. Em uma determinada ocasião, Branca estava em quarto de motel com um namorado, quando olhou para o relógio e viu que estava atrasada para a reunião. Ela levantou-se rapidamente da cama, correndo para se vestir porque não poderia perder o encontro, e seu namorado ficou na cama, segurando o pé dela, exigindo que ela ficasse. Branca soltava gargalhadas enquanto se recordava de pular em um pé só, tentando se desvencilhar do homem que “a aprisionara”, para conseguir participar da reunião do Centro que a libertava. Nas palavras dela:

Os grupos de reflexão eram como um colo, um abrigo, aquele lugar onde a gente sabia que iria encontrar quem entendia do que falávamos. Lembro, em especial, do susto que foi meu primeiro dia no novo apartamento para onde tinha mudado depois de minha separação. Sentamos para jantar, minhas filhas e eu, e ao notar o lugar vazio à minha frente dei um suspiro de medo. Foi tão fundo que minha filha Anna, que tinha onze anos, perguntou assustada: ‘Que foi, mãe?’ Felizmente me lembrei que justo naquela noite havia reunião do nosso grupo. Que alívio! (ALVES; PITANGUY, 2020, p. 110).

Frente à dureza da ditadura, o Centro se sobressaía como espaço de acolhimento, onde se construía uma identidade coletiva, a partir de escutas individuais. Em um movimento muito parecido com o realizado na pesquisa com entrevista em profundidade, em que “o relato daquelas vidas é sempre singular, único, mas essa história individual refere-se a uma narrativa comum e partilhada, sendo, assim, produto e expressão do grupo.” (BARBOSA, 2020, p. 132). Daí, surge, inclusive, o mote “O pessoal é político”, pelo qual ficou conhecida a segunda onda feminista. Ainda sobre este espaço de amparo e afeto, Jacqueline conta:

Nos reuníamos nas nossas casas, uma vez por semana, e, para mim, esses eram os grandes momentos da semana. Me sentia acolhida, em um ambiente de solidariedade, apoio e crescimento. Não havia um roteiro fixo, a conversa corria sem pauta, solta, em um ambiente de confiança. Falávamos de nós mesmas, chorávamos ou ríamos, comentávamos um livro feminista, um projeto, uma estratégia para uma ação conjunta... (ALVES; PITANGUY, 2020, p. 109).

Assim, o ativismo construído pelo feminismo, durante a segunda onda, era pautado, em primeiro lugar, em uma escuta comum. Construindo-se, portanto, um ambiente de troca e solidariedade, laços de afeto profundos. Uma espécie de germe do que hoje chamamos de sororidade, que permitia florescer um ativismo, de relance, “às avessas”.

O ativismo estava nelas sendo escutadas, reconhecendo seus papéis sociais enquanto mulheres, quase que pela primeira vez. E elas marchavam para desafiar as atribuições que

não lhes cabiam, em passeatas que Branca relembra, em outro momento da nossa conversa⁶⁵ na CEPIA, como uma “palhaçada”. Elas se fantasiavam de prostitutas, freiras e até de “rainha do lar”, com espanador e roupa de doméstica, empunhando cartazes com dizeres “não sei se sou princesa ou empregada”⁶⁶. Por isso, afirmamos que o ativismo pode parecer às avessas, mas apenas de relance. Não era porque não estavam empunhando armas, realizando greves e desempenhado o papel do que se considerava luta política naquele momento que elas não estavam fazendo exatamente isso. Aliás, ao encontrarem uma maneira totalmente própria do movimento feminista para executar esta tarefa, elas acabavam sendo ainda mais desafiadoras.

Assim, a segunda onda feminista se caracteriza, na memória das entrevistadas, e na minha, como um local, como já enfatizamos, de acolhimento e de afeto, portanto, um local de vida. Uma passagem de uma entrevista realizada com Maria do Espírito Santo Cardoso dos Santos ressalta às minhas lembranças deste primeiro movimento investigativo. Ela relata a experiência de quando chegou uma empregada doméstica em uma das reuniões do Centro da Mulher Brasileira. Santinha perguntou a ela o que a tinha levado até ali.

E ela disse ‘porque eu soube que aqui é um local que vocês não humilham a empregada doméstica’. Olha que loucura. Essa coisa mexeu muito comigo, na época. Ela disse: ‘Não humilham e que parece que vocês dão a mão e se abraçam’. A gente queria entender que sentimento era aquele que alguém disse para ela procurar lá [no CMB], então, a gente perguntou ‘o que você está sentindo aqui?’, e ela disse assim: ‘parece que aqui é um local de vida’. (SANTOS, 2018).⁶⁷

Esta paixão e admiração também me inunda enquanto pesquisadora. Se em muitos momentos precisei me aproximar das narrativas engessadas e dilacerantes nos arquivos do SNI, a conexão com as vozes das mulheres, recontando a si mesmas, é um sopro de esperança. Ativa imediatamente, em mim, a sensação de que vivi ao passar pelos portões gradeados de Barnard College e pensar que honrei a minha avó ao ser capaz de ali pisar.

Sendo assim, diante dos restos da história, sejam eles as narrativas da ditadura, sejam eles os documentos que sobreviveram ao tempo, o rosto que busco desenhar desta segunda onda é, em primeiro lugar, uma imagem de afeto. Um rosto de feições carinhosas, mas corajosas, capazes de vencer o medo e a opressão com solidariedade e escuta. Em um dar as mãos. Em um abraço.

⁶⁵ Esta entrevista foi realizada em 2018 e não foi transcrita, tendo a sua gravação posteriormente perdida.

⁶⁶ Ver Figura 9 (Anexo 3) e Figura 10 (Anexo 4).

⁶⁷ Entrevista concedida por Maria do Espírito Santo Cardoso dos Santos, pessoalmente, em 05 out. 2018.

A entrevista, como ferramenta investigativa, é, portanto, “um diálogo comunicacional” (BARBOSA, 2020, p. 127). O objeto desta pesquisa é, assim, também a memória, e seus jogos entretempos devem ser sempre considerados na posterior interpretação das narrativas. Isto é, “a entrevista torna-se um diálogo com os vivos e não com os mortos (o que habitualmente se dá na história quando não usamos fontes documentais)” (BARBOSA, 2020, p. 126). Neste sentido, a memória é um personagem vivo, que permite conhecer as histórias de vida reveladoras de “significâncias que desejam perpetuar; as identidades que querem construir; os caminhos que desejam seguir; o passado idílico necessário no presente como guia da própria sobrevivência” (BARBOSA, 2020, p. 130).

Mais do que isso, este capítulo pretende alcançar um espaço teórico capaz de revelar, nestes espaços de recordação, sempre comunicacionais, “histórias de vida que tornam acessível o particular, o marginal, as rupturas, os interstícios e os equívocos, elementos fundamentais do mundo social” (BARBOSA, 2020, p. 133).

Roubo uma página do “ativismo às avessas” das nossas protagonistas para realizar, também por meio deste trabalho, uma espécie de rebeldia acadêmica. Diferentemente do que se espera de um texto dessa natureza, não me desimplico em sujeitos ocultos. Se quero dignificar o *ativismo*, como falar dele usando voz *passiva*?

Porque não existe forma apartada do conteúdo, ensejo uma escrita ensaística, projetando o meu presente, junto ao daquele momento da entrevista, que hoje é passado, às histórias de vida destas mulheres. Procuro materializar nesta escolha metodológica não somente as tensões da memória e do tempo passando, mas também empunhar um espelho capaz de refletir rostos.

Olhar-se no espelho é uma tarefa extremamente desconfortável, especialmente para uma mulher, constantemente solapada pela pressão estética do patriarcado. Mas a estética também é texto, ritmo de vozes que ecoam no tempo e em mim. Mostro, portanto, o meu rosto de menina há 7 anos, e o de mulher hoje. E junto a esta metamorfose unem-se as rugas, marcas do tempo, nas falas das minhas protagonistas. A única forma de honrá-las é tentar, a todo tempo, reunir isto em uma produção textual que lhes seja digna: face sensível, como as feições afetuosas com as quais elas sempre me receberam. Um rosto que reflete as dimensões de vida que elas escreveram no tempo e em mim.

4.2. Segundo movimento: rostos diante dos restos

Quando submeti meu projeto de pesquisa para ingresso no Programa de Pós-graduação da UFRJ, pensava em trabalhar a segunda onda feminista sob duas dimensões: a da barbárie, revelada nos documentos do SNI, e a do sensível, que emerge das vozes das próprias feministas se recontando. A ideia inicial era contrapor as falas reducionistas e silenciadoras na documentação aos relatos sentimentais. Aos poucos, como a nascente de um rio que desagua em um estuário, local de transformação e encontro da água doce com a salgada, surge a ideia da “volta”. Um momento de reencontro, anos depois, para entrevistá-las à luz da documentação, produzindo sentidos novos frente à descoberta⁶⁸.

Este item dedica-se, portanto, a este segundo movimento, no qual reencontro as protagonistas que me inspiraram nesta pesquisa e relembremos outra vez, anos depois. Mas não somente isto: (re)interpretamos juntas, as nossas histórias e percepções, com os documentos inéditos do SNI, reveladores de opressão, censura, silenciamento.

Selecionamos duas mulheres para realizarmos este mergulho: Jacqueline Pitanguy e Maria José de Lima. Mais uma vez, as marés da segunda onda feminista me redirecionaram a outros caminhos além dos planejados, e Branca Moreira Alves somou-se às entrevistadas.

Como uma forma de prezar pela estética ensaística ensejada, os trechos das entrevistadas serão comentados e reinterpretados somente ao final deste capítulo. Esta é uma escolha proposital que zela pelo ritmo textual, pela harmonia da narrativa e sensibilidade poética. As passagens que serão comentadas estão grifadas com sublinhados.

As próximas páginas são dedicadas à narrativa desse retorno em presença, buscando novos rostos diante dos restos/rastros. São rostos ainda mais marcados pelo tempo, incluindo o meu, que sobreviveram a uma pandemia, que não pode ser ignorada, principalmente na dinâmica da fragilidade dos corpos mais velhos. Mas que permanecem, sobretudo, inspirando vida.

4.2.1. Branca e Jacqueline: vozes em uníssono.

No dia marcado, subi de carro a rua íngreme que levava à casa no topo de um morro na Lagoa, bairro de elite da zona sul do Rio de Janeiro. Toquei o interfone, aguardando ansiosamente pela resposta, enquanto o muro gradeado me permitia espiar discretamente o

⁶⁸ Agradecemos a sugestão desta “volta” para entrevistar algumas personagens desta pesquisa ao Professor Igor Sacramento, que indicou esta perspectiva no Exame de Qualificação. Ao Professor Igor agradecemos com vigor a instigante (e maravilhosa) sugestão metodológica.

interior da garagem. O portão se abriu, revelando um caminho entre plantas bem cuidadas que recheavam o quintal.

Ao passar pelo segundo portão, iniciei a subida pelas escadas que pareciam nunca terminar. Três lances depois, alcancei a porta da casa, mas quem me recebeu não foi a dona da casa, Jacqueline Pitanguy, mas Branca Moreira Alves, outra protagonista desta história, que com um abraço e dois beijinhos pediu que eu entrasse e ficasse à vontade. Ela era quase uma extensão da anfitriã. No final daquele dia, Branca se despediria de mim naquele mesmo batente, desejando-me boa sorte em minha pesquisa e cuidado ao descer as escadas na iluminação mais precária com o entardecer: "Você acredita que eu tive que brigar com ela para colocar um corrimão nessas escadas? Imagina que perigo uma senhora idosa subindo e descendo essas escadas nessa altura, sem nem corrimão", conta Branca.

Branca e Jacque são amigas de longa data, uma espécie de irmãs espirituais. Jacque chega no *hall* de entrada e também me cumprimenta, direcionando-me à sala naquele mesmo cômodo. A residência era deslumbrante, com pé direito alto e cheia de detalhes históricos encantadores, adornada por uma aura acolhedora. Pude notar alguns livros espalhados pelos móveis, indicando a afinidade por histórias e a vida acadêmica extensa de Jacque. O convite para me acomodar em um sofá foi feito com gentileza, enquanto as duas tomaram lugar em outro, e repousei o celular com o gravador ligado na mesinha de centro entre nós.

Enquanto acomodava meus papéis - roteiro de entrevista, documentação do Arquivo Nacional, caderninho de anotações... -, absorvi a atmosfera única da casa, que parecia também querer contar sua própria história. O dia nublado não permitia contemplar a vista espetacular que presumivelmente se estendia na larga janela atrás de mim, mas a sensação de estar naquele espaço especial, carregado de histórias e experiências compartilhadas, foi mais um personagem da nossa conversa.

"Oi Giulia. Claro que me lembro de você e de nossa entrevista na sede da CEPIA, com a Pê e a Jacqueline. Estou às ordens com o maior prazer. O interesse que temos encontrado nessa sua geração nos alegra muito. É como sementes florescendo". Branca respondera ao meu contato por e-mail para marcar a entrevista. Era o contato dela que eu ainda tinha depois de passados alguns anos desde que fiz parte do grupo de pesquisa com Heloisa, e esperava que Branca pudesse me passar os telefones da Jacqueline e da Maria José de Lima, a Zezé. À princípio, havia selecionado apenas a Jacque e a Zezé para mergulhar nesta parte da pesquisa. Jacqueline Pitanguy pelo seu trabalho documentando a história deste feminismo e também pelo papel-chave que desempenhou no Conselho

Nacional de Direitos da Mulher, onde foi presidente durante quase quatro anos; e Maria José de Lima, por ter participado do momento inicial no Centro da Mulher Brasileira, sendo uma espécie de guardiã da memória da segunda onda do feminismo durante muito tempo, com seu acervo pessoal extenso guardado na própria casa. Mas Branquinha também teve um papel fundamental na segunda onda, nos grupos de reflexão dos quais germinou o Seminário de Pesquisa sobre o Papel da Mulher na Sociedade, em 1975, marco inicial da segunda onda do feminismo. Mais tarde também se tornaria presidente do CMB.

A dobradinha Branca&Jacque não é nenhuma novidade no feminismo, apesar do gostinho de *extra(-)ordinário* em juntar duas figuras tão relevantes tanto para essa história, quanto do ponto de vista de notório saber sobre o tema. A ideia de falar com as duas juntas veio da própria Branca, que coincidentemente estaria no Rio de Janeiro, onde não reside mais, nas mesmas datas em que separei para estar lá realizando este trabalho. Agradei pela disponibilidade e ela respondeu "Nós é que agradecemos o interesse em nossa história. Imagina você aos 75/83 contando sua história para duas gerações mais novas!" Destaquei que, para mim, era uma honra poder ouvi-las, e recebi em meu Whatsapp um emoji de coração rosa, seguido de "Como eu me senti, aos 32 anos, entrevistando as sufragistas! Honra a elas, que enfrentaram muitos mais preconceitos do que nós..." E a história se repete.

Digo que a dobradinha não é inédita porque, além de terem sido protagonistas da segunda onda lado a lado, Branca&Jacque escrevem e publicam juntas há mais de três décadas, incluindo os livros **Espelho de Vênus** - Identidade social e sexual da mulher (1981), **O que é feminismo** (1985), **Algumas histórias sobre o feminismo no Brasil** (2020) e o mais recente **Feminismo no Brasil: memórias de quem fez acontecer** (2022).

Em 1972, Branca Moreira Alves estava na Universidade de Berkeley, na Califórnia, estudando história, quando recebeu uma carta de Danda Prado, Yolanda Cerquinho da Silva Prado, que, na época, fazia parte de um grupo de mulheres em Paris. Danda é filha do historiador e político Caio Prado Júnior e Hermínia Cerquinho, nascida em 1929 em São Paulo. A carta citada por Branca foi endereçada a outras mulheres também, e esta ação teve papel fundamental na formação dos primeiros grupos de reflexão no Brasil, que foi a fundação na qual se formou a segunda onda do feminismo no Brasil. Ainda viva até a data da entrevista, Danda, aos 94 anos, encontra-se acamada há pelo menos 7 anos, segundo relatos das entrevistadas. O encontro com feminismo foi como um estalo, provocado por uma simples frase naquela fatídica carta: "Ela me perguntou: 'o que você acha do feminismo?'" E aí caiu como uma bomba, porque de repente eu me vi, naquele minuto: eu

me vi como mulher, como irmã, como filha, me vi inteira; vi o filme de quem eu sou" (ALVES, 2023)⁶⁹.

A sensação de descoberta foi a mesma que Jacqueline experimentou quando, realizando um trabalho para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), deparou-se com a enorme discriminação laboral sobre o sexo feminino. Na PUC, ela encontra um pequeno grupo - "nós não éramos nem 10 mulheres" - do qual Branca fazia parte, o primeiro grupo de reflexão que daria início ao Centro da Mulher Brasileira alguns anos depois. Por meio de um trabalho intelectual, Jacque experimenta a descoberta de um "continente, uma Atlântida que estava submersa e eu não tinha visto" (ROMANI, 2023).

Do reconhecimento da condição da mulher ao ativismo, a passagem foi imediata para as duas. Pergunto se elas sentiam que existia uma ação repressiva da ditadura às ações realizadas por elas naquele momento.

Branca:

Nada.

Jacqueline:

Não, eu acho que a ditadura era um regime autoritário extremamente machista, patriarcal. Eram homens e ainda homens do Exército, ou seja, você tinha ali um patriarcalismo arraigado que nunca percebeu as coisas da mulher exatamente como coisas realmente importantes.

Branca:

É, exatamente. Eu acho que a gente passou batido por isso. Eles não deram importância nenhuma. Eles não conseguiam ver que a gente estava fazendo política ali.

Jacqueline

'Isso é coisa de mulher', né? (ALVES; ROMANI, 2023)⁷⁰

Isso não significava que elas não tivessem medo. Este era um sentimento permanente. Em um relato tragicômico, Branca relembra uma situação em que estavam em uma reunião do Centro da Mulher Brasileira, na casa de Mariska Ribeiro, e receberam a visita de um deputado:

Ele se vestia engraçado. [...] Ele era tão bom, mas tinha essa cara... [gargalhada] O peito cabeludo, a camisa meio aberta e aquelas correntes de ouro. A Mariska abriu [a porta] e ficou paralisada. [...] Achou que ele era do DOPS. [...] Ele tinha aquela cara de policial mesmo, sabe? Coitado... O homem muito inocente. (ALVES, 2023).

⁶⁹ Entrevista realizada pela autora, em 09/08/2023, no Rio de Janeiro, com Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy de Romani.

⁷⁰ As aspas na fala de Branca indicam a maneira, como elas acreditavam que os agentes da ditadura se referiam às ações das mulheres do movimento.

Jacque conta que elas utilizavam alguns artifícios como levar livros de culinária na reunião, para disfarçar "porque a gente nunca sabia exatamente em qual terreno a gente estava pisando. Mas eu diria que a visão patriarcal deles os cegou para a importância política e revolucionária daquele movimento." (ROMANI, 2023).

Por outro lado, as entrevistadas ressaltam uma espécie de sensação de vigilância que elas sentiram em determinados momentos, mas rapidamente já caracterizam este sentimento como derivado do medo "padrão" da ditadura. Afinal, o simples ato de reunir já era perigoso. "Às vezes, as meninas notavam que em algumas reuniões havia algumas pessoas meio esquisitas" (ROMANI, 2023), diz Jacque, e Branca complementa: "Essa coisa de achar tinha alguma olheira, eu acho que era um pouco paranoia também. Podia ser paranoia, né? Tudo a gente ficava meio olhando de lado..." (ALVES, 2023).

Pergunto se elas já tiveram alguma ação que fora proibida ou dificultada, de forma oficial ou extraoficial, em exercício de força da ditadura. "Nada, né? Estavam nem dando bola para a gente." (ALVES, 2023). Esta percepção delas confirma a hipótese inicial que deu origem a esta pesquisa.

Conversamos sobre outras coisas, como experiências delas na luta contra a ditadura, inspirações no ativismo feminino... Elas citam nomes de outras feministas com carinho e admiração, ressaltando a parceria que tinham no passado e ainda hoje. Passo para a terceira e última parte da entrevista, comentando sobre o meu objeto de pesquisa e, sacando os documentos impressos na casa da minha mãe na noite anterior. Revelo, neste momento, as páginas outras da história que elas nunca ouviram.

A primeira reação é uma sonora gargalhada. Branca é daquelas pessoas que riem com o corpo todo, movimentando as mãos, inclinando o tronco e iluminando todo o rosto, adornado pelas marcas que seus 83 anos oferecem como um exuberante adereço. Uma risada franca, que reflete inteiramente a sua personalidade calorosa e sincera. "Quer dizer que a gente era perigosa e a gente não sabia, hein?" (ALVES, 2023).

Jacqueline parece superar a surpresa rapidamente, já reelaborando as lembranças, recuperando situações à luz da nova descoberta. Seu tom de voz é sereno, estável, transmite calma e reflete a inteligência de quem fala, sempre com muita educação: "mas convenhamos, né, Branca, eu não conseguia viajar para fora do Brasil sem passar no DOPS. O meu passaporte ficava retido lá, era muito chato. Eu fui levada para o DOPS [...], mas não tem nada a ver com o feminismo, isso é o que eu estou tentando separar." (ROMANI, 2023).

"Posso sentar aí no meio de vocês?", pergunto delicadamente antes de me levantar e, ao receber as respostas doces e positivas. Troco de sofá para poder compartilhar os documentos com elas. Durante os últimos anos, desenvolvi uma certa afeição protetora pelos documentos. Por horas, dias, dediquei-me a eles, observando pela tela do computador e manuseando algumas poucas cópias impressas. Cada carimbo, cada escolha de palavra nos textos já foram analisados e reanalisados por mim. É impossível negar meu entusiasmo, mas tento deixá-lo em segundo plano, para que elas tenham a oportunidade de conhecer este mundo por seus próprios olhos, sem a reflexão das palavras que formaram o meu olhar. Jacqueline pergunta se ela pode ficar com os documentos que eu levei. Respondo "é claro, eu tirei as cópias para ficar com vocês, mesmo".

Elas se surpreendem ao lerem a respeito de uma reunião do Centro da Mulher Brasileira que ocorreu na casa da mãe de Branca "[...] coitadinha, ela que era superamiga dos bispos" (ALVES, 2023). Passamos para outras páginas do arquivo, e ao notar mais e mais detalhes, incluindo aspas do encontro, Jacqueline exclama: "então tinha alguém lá, que delatou. [...] Tinha uma infiltrada." (ROMANI, 2023), diz Jacque; e logo Branca complementa: "A gente guardou um panfleto que termina por "...remo". Isso não indica nada. A mulher não era boa, não [a infiltrada]. Que incrível." (ALVES, 2023).

Aponto a vinculação ao nome do "Partido Comunista Brasileiro", sempre utilizada para qualificar o Centro da Mulher Brasileira. Branca responde com outra gargalhada. Lembra que este foi, inclusive, um motivo de "racha" dentro do próprio CMB, que divergia em relação ao caminho que deveria tomar a luta feminista: independentemente, ou acoplada a um outro movimento partidário, o que incluía o próprio PCB.

As protagonistas dessa entrevista decidiram pelo ativismo autônomo, deixando o CMB naquele momento, junto a outras mulheres, muitas que, inclusive, faziam parte do PCB à época.

Branca e Jacque se divertem lendo as próprias fichas de antecedentes e de outras ex-companheiras de Centro. Passamos ao próximo documento, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o qual Jacqueline presidiu durante quase 4 anos. Esta passagem contém o relato de Maria Lúcia D'Ávila Pizzolante, suplente do CNDM, que alimentou o SNI de informações (segundo as entrevistas, inverídicas), incluindo uma fotografia de um encontro realizado em Bertioga (São Paulo). Desta vez, o choque demora a passar, convertendo-se em indignação pela espionagem ocorrer em regime democrático, em um órgão do governo:

Encontrar esse tipo de informação com relação a um órgão de governo... Quem são subversivos são a eles, não é? [...] Eles estão subvertendo a ordem democrática constituída. É muito parecido com um golpe de estado, de 8 de janeiro, o que aconteceu no governo Bolsonaro, que você tem um estado democrático de direito sendo subversivo, subvertido. Isso aqui que ela narra do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, é um órgão de governo. Essas pessoas que ela menciona, Tizuka Yamazaki, eu, não sei mais quem, nós éramos apontadas pelo presidente da República. Então ela quem está fazendo subversão para as chamadas ‘forças ocultas’ (ROMANI, 2023. Grifos nossos).

A indignação às ações de Maria Lúcia é unânime entre as duas entrevistadas. Elas revisitam a impressão que tinham dela. À época, ela era representante de um setor mais conservador da Igreja Católica, e teve sua indicação ao Conselho "empurrada" por este grupo, segundo elas. Branca e Jacque destacam o sentimento de traição que ressoa agora, revendo a rixa com Pizzolante que naquela época era traduzida pela sensação de que ela estava ali "para se aproveitar para a revista dela"⁷¹ (ALVES, 2023). Mas em um ponto, elas divergem: enquanto Jacque parece segura de sempre ter sabido que ela era uma espécie de espiã, contudo sem deduzir a dimensão do fornecimento de informações ao SNI, e Branca é enfática ao dizer que elas nunca imaginaram.

Pergunto como elas se sentem olhando o passado, agora sob este novo olhar que a ditadura tinha sobre elas. Jacqueline diz que, para ela, são dois momentos diferentes:

Nesse momento inicial, que você aponta do CMB, claramente infiltrado pela repressão, eu acho que o governo começa a despertar. Mas não pela agenda feminista, propriamente, mas porque nós estaríamos sendo ou libidinosas ou subversivas, no sentido de ligadas ao partido comunista etc. e etc. e tal. Eu acho que eles não tinham a compreensão da dimensão e da importância do movimento feminista e ficavam uns "tititis" assim. (ROMANI, 2023).

Branca acena com a cabeça, concordando com Jacqueline, e complementa destacando que isso também não pode ser levado tão a sério, pois é reflexo da paranoia da ditadura: "Uma coisa como o Centro da Mulher Brasileira, que é uma coisa pequena, que não oferecia nenhum perigo à ditadura, propriamente dita. A gente não estava em nenhum trabalho clandestino. A gente não estava em guerrilha, não estava em nada disso. É muito paranoico." (ALVES, 2023).

Por outro lado, a "sondagem paranoica" não parecia reconhecer que a subversão estava justamente no feminismo, conclui Jacqueline:

Eles não destruíram o CMB, eles não prenderam ninguém por pertencer ao CMB, como prenderam por ser do MR8 [...] ou por terem escrito na

⁷¹ A publicação de Pizzolante era um jornal feminista chamado "Avante Mulher".

imprensa e publicado... Então, o que eu quero te dizer é que eles estavam sondando paranoicamente, mas não perceberam que aquele era talvez um dos movimentos mais subversivos que estava sendo criado ali. (ROMANI, 2023. Grifos nossos).

Já no segundo momento apontado por Jacque, após a redemocratização, as agendas feministas passam a ser incluídas pelo Estado, pelo fato de o CMB ter participado da construção de propostas para a nova Constituição Federal Brasileira, promulgada em outubro de 1988. "E aí o papel das Pizzolantes da vida é que passa a ser subversivo, porque está subvertendo o governo"(ROMANI, 2023).

Mas as denúncias neste contexto seguem um olhar enviesado, "um olhar da ditadura" (ROMANI, 2023), que denuncia não porque estavam lutando pelo aborto ou direitos reprodutivos, mas porque realizam "práticas libidinosas", porque falam de homossexualidade, porque falam palavrão nas reuniões. O que sobressai é a defesa da moral e bons costumes.

Alguns minutos depois, Jacqueline interrompe uma frase pela metade, deixando o pensamento suspenso e direcionando-se a mim: "Deixa eu só fazer uma pergunta. Tem um pudim de chocolate divino. Você quer um pedacinho?", já se levantando para ir buscar uma fatia. Enquanto caminha em direção à cozinha, ela também anuncia: "Eu vou trazer o pudim para ela e vou dizer a ela que ela chegou e não foi ao banheiro. Tem um banheiro ali. De repente, ela quer ir." Aceito o pudim que ela entrega em um pratinho de vidro na minha mão, que, de fato, estava delicioso.

4.2.2. Maria José de Lima, simplesmente Zezé

O interfone do prédio onde mora Maria José de Lima, em uma rua movimentada do Leblon, também bairro nobre da zona sul do Rio de Janeiro, só possui um botão, para chamar diretamente o porteiro. Pressiono o botão três vezes no intervalo de dez minutos em que fico aguardando alguém aparecer, do lado de fora. Um rapaz se aproxima e abre a porta, segurando para que eu passe por ele e possa entrar. No caminho até o elevador, o porteiro aparece e eu aviso que estou indo visitar a Zezé. "Pode subir direto", ele me diz, sem interfonar para ninguém, e voltando a desaparecer pelo corredor de onde veio.

Subo em um elevador bem antigo, virando à direita e notando uma porta aberta no final do corredor. Eu me aproximo, percebendo ser o apartamento de mesmo número que fui visitar. Paro em frente à porta, soltando um tímido "oi, tudo bem?". A sala está com todas as luzes apagadas, mas a luz que vem do corredor e da rua, pela janela de cortinas abertas,

permite distinguir uma mulher mais jovem, sentada em uma cadeira próxima à porta em que me encontro, e uma figura deitada no sofá ao lado da cadeira.

"Zezé, a menina chegou", a mulher anuncia enquanto se levanta da cadeira, acenando para que eu entre no apartamento. Dou alguns passos tímidos em direção ao sofá onde Maria José de Lima está deitada, aninhada com os dois braços embaixo de uma coberta que imita uma colcha de retalhos. E assim ela ficaria durante todo o tempo em que conversamos.

Marcamos a minha ida por Whatsapp, após Branca me passar o número. Menos de 10 minutos depois de eu encaminhar a minha mensagem perguntando se poderíamos conversar, Zezé me responde com um áudio de um minuto e trinta e quatro segundos. Escuto sua voz rouquinha, entre respirações longas e pesadas, respondendo que ela esteve internada e passou um longo período sem conseguir andar, mas que ela adoraria me receber em sua casa, já ditando o endereço, antes de finalizar com "Abraço, Zezé", como quem assina uma carta.

Antes da data combinada, faço contato mais duas vezes, perguntando se ela estava se sentindo melhor, se tinha ocorrido tudo bem na consulta médica que estava marcada para aquela semana, se eu poderia ajudar com alguma coisa. Zezé me responde que está melhor, e que posso ir visitá-la na sexta-feira. Pergunto se tudo bem eu ir depois das 18h, porque precisaria trabalhar naquele dia. Ela responde que sim e que estaria me esperando.

As luzes da sala são acesas e observo atentamente o rosto cansado de Zezé, repousando sobre um travesseiro, e seu corpo deitado levemente de lado, em um sofá florido e pequeno demais para acomodá-la com as duas pernas esticadas, apesar de sua aparente figura pequena. "Hum!!... Agora está na hora de descansar", diz ela. Pergunto se ela prefere que eu volte outro dia, em outro momento, pois não quero incomodá-la. "Não, bobagem. Agora você já está aqui."

Passamos cerca de uma hora conversando antes de eu me despedir. Durante todo este tempo, a porta do apartamento se manteve aberta, apesar da movimentação constante de pessoas no corredor em uma sexta-feira à noite. Permaneço sentada na cadeira que me foi cedida pela mulher mais jovem, que vi quando cheguei. Em um determinado momento, de costas para a entrada do apartamento não percebo sua saída, tampouco a entrada de uma outra mulher, esta outra muito mais idosa. É a irmã de Zezé, Maria Josefa, que é um ano mais nova do que a irmã mais velha, uma com 88 e a outra com 87 anos.

Após me despedir, Josefa decide me acompanhar até o elevador, segurando no meu braço e sussurrando "ela está com incontinência urinária, tem que usar fralda e por isso ficou

deitada". Sinto meu coração apertar pela provavelmente milionésima vez naquele dia, entendendo mais uma vez a dimensão e a responsabilidade daquele encontro. Ela pressiona o botão do elevador antes de continuar: "Por um lado, ela sempre foi muito inteligente, então tem um lado que ainda está bem. Mas, por outro lado, é como se tivesse, assim, um princípio de demência." Confesso não me recordar exatamente o que respondi a ela, em uma reação franca, misto de tristeza e gratidão pelo tempo que me foi cedido. Entro no elevador e ela fica do lado de fora, segurando a pesada porta do elevador em uma demonstração de surpreendente força física, apesar da idade avançada. Ela se despede: "Eu te desejo muita saúde, minha filha, porque é tudo o que a gente precisa no mundo. Você ver uma pessoa que sempre amou teatro, cinema, viajar, agora deitada assim..."

Uma das coisas mais encantadoras sobre a história da Zezé é o seu papel fundamental enquanto guardiã da memória da segunda onda do feminismo no Brasil. Se podemos falar, hoje, em resgate destas lembranças, sem dúvida é, em grande parte, porque ela se recusou a se desfazer dos registros, guardando um enorme acervo pessoal em sua própria casa.

Já nos primeiros momentos, é visível o enorme esforço de Zezé em buscar respostas às minhas perguntas, como quem realiza um levantamento de peso mental, refletido na respiração pesada, olhos concentrados e até coçadinhas breves na própria cabeça. Decido abandonar as perguntas mais fechadas e objetivas, perguntando simplesmente se ela tinha medo durante a ditadura. "Ah, não. De certa forma, a ditadura não incomodou muito a gente. Mulher, principalmente feminista, porque eles achavam que era coisa de mulher, uma coisa secundária. Talvez para eles não tivesse importância." (LIMA, 2023)⁷², ela me responde.

Seu ponto de vista acompanha o de Branca e Jacqueline, no primeiro momento da nossa entrevista, que se deu alguns dias antes do encontro com Zezé. Começo a explicar o meu verdadeiro objeto de pesquisa, puxando os documentos selecionados especialmente para este dia com ela. Pergunto gentilmente se Zezé gostaria que eu lesse para ela, e seus olhos brilham com humor quando explico que tanto o Centro da Mulher Brasileira, quanto ela, mulher feminista, eram monitorados e fichados pelo SNI, caracterizados como comunistas e ligados ao PCB.

Zezé ri, exclamando "que engraçado!". Pergunto o que ela acha sobre isso. "Era de se esperar, né? Porque como eles eram contra qualquer opinião que não fosse favorável à ditadura, eles rotulavam como comunista." (LIMA, 2023).

⁷² Entrevista realizada em 11/08/2023, no Rio de Janeiro, com Maria José de Lima.

Sigo a leitura de trechos em que eles definiam a instituição como "organização de frente do Partido Comunista", e Zezé puxa o ar pela boca em surpresa, soltando forte: "Misericórdia. Nunca fomos! Mas engraçado que eles nunca incomodaram a gente" (LIMA, 2023). Contudo, elas incomodavam à ditadura o suficiente para render centenas de páginas de monitoramento e espionagem em busca de provas das ações subversivas praticadas. Questiono se ela teria ficado com medo se soubesse que isso estava acontecendo. "Certamente, né? O que eles faziam era torturar, matar. Era muito perigoso". (LIMA, 2023).

Passamos para outro arquivo, sobre um evento no Copacabana Palace sobre mulher e sexualidade, que possui uma seção citando Zezé como uma das palestrantes. Ela nega ter participado: "Eu não falei. Primeiro porque eu não tinha muita segurança do assunto. Porque eu nunca tinha estudado sexualidade, né? Então eu fui só assistir." (LIMA, 2023).

Seleciono um quadro da documentação para mostrar seu nome listado junto às subversivas perigosas da organização do SOS Mulher. Mais uma vez, Zezé diz que não chegou a fazer parte desse grupo. Em 2017, na entrevista que fizemos para o grupo de pesquisa liderado por Heloisa Buarque de Holanda, Zezé nos contou sobre esta fundação, utilizando o telefone da própria casa da Danda Prado, onde elas se revezavam para ficar atendendo e coordenando as denúncias e o acolhimento das mulheres. Decido não a questionar sobre isso, percebendo mais uma vez a sensibilidade da situação em que ela se encontra e, ainda assim, seu esforço em continuar contribuindo para esta história.

Brinco que a ditadura gastou muito dinheiro espionando o que ela estava fazendo. "Ainda bem que a gente não sabia. Se a gente soubesse, ia ser um pavor. Eu teria pavor de trabalhar, de receber qualquer pessoa. Já era um pânico sem saber, imagina sabendo." (LIMA, 2023). Retorno ao que ela havia me falado antes sobre sentir que a ditadura reprimia, e Zezé torna a afirmar que eles acreditavam que elas realizavam um trabalho secundário e desimportante. Pergunto o que ela acha agora que eu trouxe esses documentos, e Zezé responde, com uma simplicidade e encantamento que reproduzem o que eu senti ao descobri-los: "Eu acho ótimo, porque eu tomei conhecimento de uma coisa que eu não tinha ideia." (LIMA, 2023).

Questiono se ela acredita que teria parado de lutar, naquele momento, caso soubesse a profundidade da repressão silenciosa que elas sofriam. "Não sei, mas pelo menos a gente ia ficar muito mais apavorada" (LIMA, 2023). Na sequência, ela começa a falar de um círculo de mulheres que frequentou em Paris, citando um livro verde na estante e sugerindo que eu o pegasse. Elogio a capa do exemplar e ela recomenda que eu leia, "ele fala sobre

diversas pessoas do círculo, mas que engraçado, eu não me lembro de nenhuma dessas, porque eu ia só como observadora, e além do mais eu também não sabia falar francês" (LIMA, 2023).

Retomo o assunto da nossa conversa, perguntando se ela sente que, além do medo, também surge um pouquinho de orgulho por tudo o que elas fizeram "embaixo do nariz" da ditadura. "A gente achava que eles não estavam dando nenhuma importância. Isso é interessante." (LIMA, 2023), ela responde.

Novamente, Zezé torna a falar do grupo de Paris, e eu pergunto se ela tinha dimensão de que elas estavam escrevendo a história. "Muito, não... A gente ia lutando, né? Era a luta, a luta contra a ditadura. Isso era o que nos interessava, era parar a ditadura." (LIMA, 2023. Grifos nossos), ela me surpreende com a resposta. Alguns minutos depois, ela torna a reelaborar as próprias memórias "eu era ativa na coisa da luta contra a ditadura. Não era relacionado à mulher, era relacionado à ditadura" (LIMA, 202, grifos nossos), adotando a visão que os documentos tinham sobre as ações das feministas como se fossem seu próprio ponto de vista.

Zezé interrompe a própria fala para se dirigir à irmã, que está em pé na cozinha, observando enquanto conversamos. Josefa pergunta se eu faço parte do movimento feminista, e eu me sinto até um tanto intimidada em responder que sim na frente da Zezé, mas, depois de breve excitação, afirmo de maneira positiva, destacando que é uma honra estar ali com uma pessoa que, certamente, é, para mim, grande inspiração. Os olhos de Josefa brilham e ela diz orgulhosamente:

Ela foi uma das maiores feministas, das mais atuantes por mais de 20, mais de 30 anos. E viajou muito, fez muitas conferências, deu muitas aulas, ajudou muita gente que precisava fazer mestrado, doutorado, muitas pessoas que vinham aqui pedir conselhos e pedir orientação a ela. (JOSEFA; 2023)⁷³.

A vizinha rouca de Zezé diz que isso é verdade, mas as palavras saem mais para dentro do que para fora. Aproveito para agradecer mais uma vez pela disponibilidade, pedindo desculpas pelo horário e prometendo que agora irei deixar que elas descansem. Antes de ir, pergunto à Zezé se posso lhe dar um beijo, me aproximando do sofá. Ela rapidamente começa a tentar usar os braços que estavam embaixo da cobertura para se levantar, soltando o ar de forma pesada. Eu abaixo em sua direção para que ela não precise se levantar,

⁷³ Maria Josefa [sobrenome desconhecido], irmã de Maria José de Lima, durante a entrevista a autora realizada em 11/08/2023, no Rio de Janeiro.

e começo a me inclinar para dar um beijo afetuoso em seu rosto marcado pelo tempo. Sinto sua mão levemente apoiada sobre a minha cabeça e registro na memória o timbre da sua voz respondendo com doçura: "Ô, minha filha, até dois."

4.3. Costuras finais: trabalhos, esquecimentos, pedaços em gestos reinterpretativos

O roteiro do ensaio de entrevista em profundidade foi pensado em três momentos: o primeiro para confirmação de dados pessoais das entrevistadas, o segundo para colher percepções a respeito da segunda onda antes da descoberta da documentação do SNI, e o terceiro para atualizar estas percepções com os arquivos em mãos.

Sabíamos, por conta de outros trabalhos e até das entrevistas que deram origem aos trechos do primeiro movimento desta análise, que existia uma narrativa que diminuía a importância e o perigo daquele movimento feminista. Assim, surge a ideia de apresentar os documentos como uma “surpresa”, no meio das entrevistas. Não mencionei os meus achados em nossas trocas que antecederam os encontros, o que abre espaço para uma interferência dupla da memória. O tempo presente renovando o olhar do passado, e o documento daquele tempo, deslocado ao hoje, também atualizando a história. Este tipo de metodologia se insere naquilo que Marialva Barbosa caracteriza como entrevista comunicacional (BARBOSA, 2020).

Buscávamos, nas falas das entrevistadas, no momento anterior à revelação, elementos que demonstrassem o discurso desqualificador da ditadura. A fala de Branca, “Quer dizer que a gente era perigosa e a gente não sabia, hein?” (ALVES, 2023), é emblemática da convicção que existia entre as feministas de que, aos olhos da ditadura, o feminismo não era reconhecido como um movimento que representava perigo. Como, naquele momento, ser revolucionário era relacionado a práticas de ativismo “mais contundentes”, como a luta armada, por exemplo, a narrativa a respeito da segunda onda introjeta o próprio discurso que as menosprezava. Notamos traços de um esquecimento comandado (RICOEUR, 2007), que fez com que as mesmas mulheres que sabiam que precisavam utilizar códigos e disfarces para se reunirem acreditassem que passavam despercebidas por fazerem “coisa de mulher”.

A memória é sempre um gesto do presente (HALBAWCHS, 1990). O olhar para o passado das entrevistadas não é mais o mesmo de alguns anos atrás. A superfície do tempo (re)atualiza o passado a partir dos eventos mais próximos de quem relembra. Notamos isso, por exemplo, quando Jacqueline traça um paralelo da ação de espionagem ao CNDM com

os ataques à democracia de 8 de janeiro de 2023: “É muito parecido com um golpe de estado, de 8 de janeiro, o que aconteceu no governo Bolsonaro, que você tem um estado democrático de direito sendo subversivo, subvertido.” (ROMANI, 2023).

Diante do documento-monumento (LE GOFF, 1984), manifesta-se um sentido de verdade, materializado nos métodos que de forma deliberada e sistemática investigavam o movimento feminista, que (re)atualiza as percepções do passado. Na fala de Jacqueline, além da “certeza” de que Pizzolante sempre fora uma espiã, também surge uma nova conexão: “não perceberam que aquele era talvez um dos movimentos mais subversivos que estava sendo criado ali” (ROMANI, 2023). Neste momento, ela não se refere às formas de luta subversiva adotadas pelo movimento comunista, que nas falas da primeira parte da entrevista se opõem ao ativismo desenvolvido por elas, mas ao papel político que elas, de fato, desempenhavam. Isto é, o feminismo era um dos movimentos mais subversivos daquele tempo porque realizava uma transformação revolucionária dos valores do mundo, com a conquista de direitos e espaços fundamentais para a mulher. Era revolucionário porque tratava de violência, de maternidade, de sexualidade, e não apesar das temáticas “de mulher”.

Percebemos que as mulheres tinham clara intencionalidade política, porque se preocupavam em reaver a palavra do movimento feminista, exemplificado nas falas de Zezé do primeiro movimento e também na cisão que ocorre dentro do CMB. Contudo, ao longo tempo, elas introjetam as narrativas que as desqualificavam, (re)produzindo discursos a partir da clara convicção de que elas não representavam perigo à ditadura. Se não representassem, por que elas tanto se preocuparam em disfarçar as reuniões? O documento revela o esquecimento comandado ao futuro, que hoje é presente. Percebemos que a segunda onda não foi uma “marola”, mas um tsunami que construiu ameaça ao regime pela efetiva ação política dessas mulheres, que deixaram ecos do passado, no presente, para o futuro.

Confrontada pelo documento, em Zezé, vemos emergir o medo, o pavor. Em certa medida, ela sente alívio de não ter tido conhecimento disso antes. Mas reconhecer a dimensão política dos seus atos é uma superfície de tensão, uma zona traumática. Tomada pelas lacunas da memória que ela já não consegue mais preencher, Zezé (re)trabalha novamente suas lembranças e passa a adotar o novo discurso que se apresenta como “verdade” em seu olhar enuviado pelo processo de esquecimento natural, fruto da degeneração mental característica ao envelhecimento.

“A gente ia lutando, né? Era a luta, a luta contra a ditadura. Isso era o que nos interessava, era parar a ditadura. [...]. Eu era ativa na coisa da luta contra a ditadura. Não era

relacionado à mulher, era relacionado à ditadura" (LIMA, 2023), passa a dizer Zezé. Este momento me toca de forma agri-doce. Por um lado, é fantástico ver seu reposicionamento a partir do documento. Como pesquisadora, mostra-se a mim que

A memória é fenômeno construído socialmente, constituído de disputas e, “o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLAK, 1992, p. 5). Identidade também é conflito e sua unidade se estabelece no presente, pela busca por referências sólidas no passado. Memória e identidade são “valores disputados em conflitos sociais e intergrupais” (POLLAK, 1992, p. 5), cabendo especificamente à memória o trabalho de construção de um sentido de coerência, unidade e continuidade no sujeito. Ao narrar sua história de vida, o sujeito tenta estabelecer uma coerência por intermédio de laços entre acontecimentos que considera hoje importantes sobre si mesmo em uma lógica cronológica. (MELO, 2020, p. 182)

Como admiradora, apaixonada pela segunda onda do feminismo, prevalece uma sensação de perda. A partir do encontro orquestrado por mim, a guardiã da memória da segunda onda feminista constrói uma nova identidade, diante dos meus próprios olhos, relacionando sua importância, sua história, não mais à luta pela condição feminina, mas contra a ditadura. Quarenta e cinco anos antes de eu entrar no apartamento daquela senhora que me recebeu com afeto, esta mesma tensão a fez sair do Centro da Mulher Brasileira e fundar o Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro.

Eu poderia, é claro, naquele momento da entrevista, pressioná-la com suas próprias falas do passado. Mas esta jamais seria uma possibilidade concreta naquele encontro. A dimensão do cuidado fala mais alto em mim. Além disso, este tipo de ação faz parte do *ethos* do jornalista e não do pesquisador que procura outras significações, como estou tentando mostrar. Em respeito à minha admiração no passado e no presente, adotar uma posição de confronto seria abandonar todos os meus valores. Minha responsabilidade e meu zelo por estas memórias significa também esquecer de questioná-las.

Porque a história é, e sempre será, uma reapresentação do passado, a partir do lugar que ocupamos no presente, a história de Zezé agora parece ser outra. Confesso este meu incômodo em uma das reuniões de orientação. A resposta de Marialva para mim, parafrazeando Marc Bloch (2002), não adoça nem azeda o sabor agri-doce: “somos mais filhos de nossos tempos do que de nossos próprios pais”. Zezé está incluída nos códigos culturais do seu tempo, e relaciona sua luta à luta contra a ditadura porque esta qualificação futura oferece valor às suas ações do passado. “É isso que te causa estranhamento”, conclui Marialva em nossa orientação.

Mas isso não é o suficiente para que eu abandone a sensação de culpa. Encaro a página do editor de texto por longos minutos, contando mentalmente o aparecer e desaparecer da linha vertical que acompanha o texto que surge na tela. Como escrever sobre isso? Como honrá-las?

Antes do como, existiu um por que. Em muitos momentos desta escrita, retornei ao livro **Devoção** de Patti Smith (2017), em busca da conexão ao meu grande por quê.

Por que alguém se sente compelido a escrever? A se isolar, a se envolver num casulo, no êxtase de sua solidão, malgrado as necessidades dos outros. Virginia Woolf tinha seu quarto. Proust, suas venezianas fechadas. Marguerite Duras, sua casa calada. Dylan Thomas, seu modesto casebre. Todos em busca de um vazio que pudessem encher de palavras. Palavras que irão adentrar um território virgem, arrombar cofres que ninguém veio abrir, articular o infinito. Palavras que criaram Lolita, O amante, Nossa Senhora das Flores. Há pilhas de cadernos que delatam anos de esforços abortados, euforia esvaziada, passos incansáveis pelo chão. Precisamos escrever enfrentando miríades de lutas, como quem domestica um potro voluntarioso. Precisamos escrever, mas não sem um esforço consistente e não sem certa dose de sacrifício: para dar voz ao futuro, revisitar a infância e para dar rédea curta às loucuras e aos horrores da imaginação antes de oferecê-la a uma vibrante raça de leitores. (SMITH, 2017, p. 139-140, grifo nosso).

A culpa e o sentimento agridoce também são meus sacrifícios. Para fazer com que a minha escrita fosse capaz de refletir rostos, precisei despender muita energia e cuidado em cada uma das minhas reflexões. Na história da Humanidade, os primeiros espelhos provavelmente surgiram da tentativa de reproduzir a superfície da água. Mais uma vez, os caminhos desta pesquisa retornam a ela: às vezes rio, outras vezes mar, poucas vezes calma, frequentemente agitada, mas sempre fluída e necessária à vida.

Escrevo porque as palavras são a única forma de enxergar o mundo que eu já conheci; porque me sinto sozinha; porque quero ser ouvida; porque os pensamentos passam rápido demais pela minha mente constantemente ansiosa; porque a insônia crônica me fez passar outra noite acordada; porque meu coração está partido; porque muitas vezes as vozes de outras pessoas, em texto, em música, em arte, foram as únicas companhias que me fizeram sobreviver a mais um dia de luta contra a depressão; porque mesmo quando falho em alcançar as palavras, que teimam em não querer escoar de mim, meu silêncio escreve. Escrevo porque preciso.

“Como escrever?”, escrevo outra vez, da única forma que consigo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução do seu livro **O fio e os rastros**, Carlo Ginzburg (2007), para deixar claro para o leitor a metáfora contida no título da obra, que aborda sob variados aspectos perspectivas teóricas e metodológicas da micro-história, faz referência ao fio de Ariadne que, na mitologia grega, Teseu recebeu de presente. Foi com esse fio que ele se orientou no labirinto para encontrar o Minotauro e o matar. Teseu ao vagar pelo labirinto deixou rastros, mas dele, diz Ginzburg (2007), o mito não fala.

Assim, o livro de Ginzburg (2007) une os fios, como os múltiplos relatos que encontramos, e que ajuda “a nos orientarmos no labirinto da realidade” – e os rastros, dos quais se serve para “contar histórias verdadeiras”. Na sequência, esclarece de imediato que nenhum destes termos o satisfaz e destaca entre eles, “contar”, “rastros”, “histórias”, “verdadeiras”, “falso” (GINZBURG, 2007, p. 7).

Como quem se perde no labirinto do Minotauro e usa o fio de Ariadne para encontrar um caminho, este trabalho teve como grande protagonista o “fio do relato, que ajuda a nos orientarmos no labirinto da realidade” (GINZBURG, 2007, p.7). Neste sentido, o objetivo não era “provar a verdade” da repressão sofrida pela segunda onda do feminismo, revelada na documentação do SNI, ainda que saibamos que o efeito de sentido de verdade, evocado em livros de história, emerge de elementos extratextuais e textuais (GINZBURG, 2007), esta surge enquanto aparência. Em contrapartida, a análise buscou refletir sobre o discurso tecido a partir de retalhos de gestos repressores da época, que possibilitam uma ação de comunicação destas mulheres no tempo, atualizando a narrativa do passado até o presente e desencadeando novas significações a partir destes restos/rastros.

Pensando as contradições do mundo contemporâneo (desigualdades, explorações e destruições), podemos negar nosso passado, insistir nele ou aprender com ele. Assim, buscamos adotar a filosofia do passado à serviço da vida (NIETZSCHE, 2005), analisando um processo histórico complexo, no âmbito da documentação do órgão de repressão da ditadura (SNI), através de uma compreensão de tempo intrinsecamente comunicacional, que permite que o fim também esteja contido no começo, mas de outra forma.

Portanto, a premissa básica desta análise foi o reconhecimento da pujança da narrativa enquanto objeto de pesquisa, que é indissociável de sua dimensão sensível. Na contramão de uma postura supostamente neutra e exclusivamente racional, firmamos um compromisso com a dimensão sensível, com o extra discursivo, o subjetivo. Não seria

coerente suprimir este universo em prol de uma investigação supostamente desimplicada. A história reside na vida e não é protagonizada por múmias, mas, sim, de sujeitos "vindo-a-ser" no tempo (NIETZSCHE, 2005).

Como ode àquelas que vieram antes de nós e lutaram com afeto e sensibilidade porque “não é a razão, mas sim a emoção e o amor que tornam possível a relação de convivência e da aceitação mútua” (GUTIÉRREZ, 2008, p. 59). E considerando que também é objetivo da comunicação investigar os fluxos comunicacionais, ou relacionais, observamos os rastros deste passado sob uma ótica sensível. E, como defende Paulo Freire (2019), uma abordagem comunicativa é necessariamente amorosa.

O amor de Ariadne por Teseu encontra sua máxima expressão no fio que o permite navegar o labirinto, salvando a sua vida. Materializando a metáfora, o percurso que percorremos foi primeiramente orientado pelo meu afeto ao próprio material da pesquisa, e os fios narrativos permitiram a condução pelo labirinto desconhecido que abrigava um terror: a repressão da temível ditadura civil-militar.

Nas múltiplas possibilidades do inexplorado também está a chance de mudança, a sua transformação por uma sociedade e um homem cada vez mais humanizado. E a reflexão (e, por consequência, a educação) possui um papel imprescindível na condução deste processo (FREIRE, 2019), o que confere também responsabilidade no fazer acadêmico.

É preciso que nos questionemos: “Em favor de que estudo? Em favor de quem? Contra que estudo? Contra quem estudo?” (FREIRE, 1996, p. 77). Não há estar no mundo neutro, desembebido das experiências sensíveis e sensórias. Ao mesmo tempo que a exploração realizada por este trabalho da segunda onda feminista permite compreender que “o homem está no mundo, é no mundo que ele se conhece” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 6), ela também demonstra, no nosso entendimento, a necessidade do amor na construção coletiva.

Nesse sentido, a metodologia de entrevista comunicacional (BARBOSA, 2020) foi imprescindível para esta exploração, e, em nosso caso, também esteve embebido em afeto: das protagonistas, das memórias e de nossa parte.

Esta investigação faz parte de um contexto amplo de valorização de saberes femininos e feministas, da (re)construção da história dos vencidos (BENJAMIN, 2019). Assim, este trabalho é apenas mais um capítulo de um universo de produções possíveis neste sentido. Não somente a partir de outros materiais de pesquisa, mas até na utilização deste mesmo *corpus*. Afinal, como já explanamos amplamente aqui, o documento só revela na

medida em que perguntamos a ele (RICOEUR, 1997). Existem infinitos outros atravessamentos teórico-comunicacionais que podem ser observados para além do contexto aqui trabalhado, em que privilegiamos as narrativas essencialmente qualificativas.

A relação destes documentos e dos anexos que os compõem, mencionados no capítulo 2, Rastros, estão relacionados em tabelas, no Apêndice, ao final da dissertação. O principal objetivo desta disposição é apoiar outras pesquisas e fornecer insumos que possam fomentar a continuidade das análises a respeito do período, tanto sob a ótica feminista, quanto sob a ótica da ditadura civil-militar.

Além disso, grande parte desta escrita se constituiu a partir de um impulso literário. Privilegiamos esta escolha não somente pelos motivos teóricos já expostos, mas também pelas nossas constituições enquanto sujeitos – falo da mim e de minha querida orientadora, Marialva. Nada mais natural, portanto, do que concluir esta exploração da mesma forma.

Como quem segue um rastro, persigo outra vez o mito do Minotauro. Relembro-me do conto **A Casa de Asterión** (1947) de Jorge Luis Borges. Das centenas de adaptações já feitas a respeito da história grega, nesta o autor escreve como o Minotauro, como se ele fosse. O narrador procura, a todo momento, exaltar o espaço que ocupa, reconhecendo o labirinto como uma casa, e diminuir a solidão de estar aprisionado, o que faz inclusive negando este fato: “Outra afirmação ridícula é que eu, Astérion, sou um prisioneiro. Repetirei que não há uma porta fechada, acrescentarei que não existe uma -, fechadura?” (BORGES, 1998, p. 38)

A todo momento o Minotauro busca representar seu sofrimento de outra forma. Associa a reação de pavor das pessoas ao encontrarem com ele ao fato de ser filho de uma rainha. E destaca: “O fato é que sou único. Não me interessa o que um homem possa transmitir a outros homens; como filósofo, penso que nada é comunicável pela arte da escrita”, diz o ser parte-homem parte-touro. Como as vozes repressivas da ditadura que observamos durante a pesquisa, ao tentar negar estas representações, acaba por afirmá-las. Sua prisão é retratada como uma casa, na qual constrói seus devaneios imaginários para passar o tempo e manter-se no mesmo lugar em que ocupa – e poderíamos explicitar esta relação poética com o arquivo do SNI que trabalhamos, mas, ao contrário da afirmação de Asterión, as palavras já ditas são suficientes para comunicar a metáfora.

Para o Minotauro, o labirinto-casa é tudo o que existe. Mas ele afirma outra vez que não é prisioneiro e poderia sair dali se quisesse. O labirinto não é, portanto, a sua prisão, mas

sim as próprias convicções que ele tenta a todo momento afirmar, que o impedem de ver o mundo, de conhecer o Outro, de tornar-se *comum*.

Distanciado da vida, do amor, das palavras, Asteri3n finalmente parece deixar transparecer seu clamor por liberdade e pertencimento “[...] me leve para um lugar com menos galerias e menos portas. Como ser3 meu redentor – me pergunto. Ser3 um touro ou um homem? Talvez um touro com cara de homem? Ou ser3 como eu?” (BORGES, 1998, p. 39).

A liberta33o s3 encontra triunfo quando esbarra em um ato de amor. Aqueles que buscam ser livres e n3o se distanciam do amor e da vida tecem fios que permitem ser b3ssolas para navegar sobre as *ondas* mais s3rdidas. Frente a essa *tsunami*, a pris3o do labirinto nunca teve a menor chance de defender o triunfo do monstro: “- Acreditar3s, Ariadne? – disse Teseu. – O Minotauro mal se defendeu” (BORGES, 1998, p. 39).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1990.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **Feminismo no Brasil: memórias de quem fez acontecer**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.
- ARTEIRO, Helio Lechuga. A demanda de serviço de Telex nacional: um estudo econométrico. Dissertação Mestrado em Economia, FGV, 1986.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- ASSMANN, Jan. Form as a mnemonic device: cultural texts and cultural memory. In: HORSLEY, Richard; DRAPER, Jonathan; FOLEY, John Miles (dir.). **Performing the gospel**. Orality, memory and mark. Essays dedicated to Werner Kelber. Fortress: Minneapolis, 2006
- _____. Memória comunicativa e memória cultural. **História Oral**, v. 19, n. 1, p. 115-127, jan/jun., 2016
- AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Tradução de Danilo Marcondes Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; COSTA, Joana Simões; HECKSHER, Marcos. MERCADO DE TRABALHO E PANDEMIA DA COVID-19: ampliação de desigualdades já existentes?. **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise (Especial Covid-19)**, [S.L.], v. [], n. 69, p. 55-63, 24 jul. 2020. Instituto de Pesquisa Economica Aplicada. Disponível em: IPEA. <http://dx.doi.org/10.38116/bmt69/notastecnicas1>. Acesso em: 14 set. 2020.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Meios de comunicação: lugar de memória ou na história? **Contracampo**, Niterói, v. 35, n. 01, pp. 07-26, abr./jul., 2016.
- _____. Comunicação: uma história do tempo passando. **Revista TransVersos**, [S. l.], n. 11, p. 98-118, dez. 2017.
- _____. História da comunicação (e do jornalismo): pressupostos teóricos e metodológicos. **Palavra Chave**, Chia, v. 22, n. 4, e2242, dez. 2019.
- _____. **Comunicação e método: cenários e práticas de pesquisa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.
- BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. 2. Ed ; 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. Organização e tradução de João Barrento.

_____. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In: BENJAMIN, Walter *et al.* **Os Pensadores**: Textos Escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1975. Cap. 1. p. 9-34.

_____. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 222-232. (Obras Escolhidas, Vol. 1). Disponível em: <<https://psicanalisepolitica.files.wordpress.com/2014/10/obras-escolhidas-vol-1-magia-e-tc3a9cnica-arte-e-polc3adtica.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2002.

BORGES, Jorge Luis. **Obras Completas I**. Tradução de Flávio José Cardozo. São Paulo: Globo, 1998.

_____. **Obras Completas II**. Tradução de Sérgio Molina, Josely Vianna Baptista, Leonor Scliar-Cabral, Nelson Ascher, Carlos Nejar, Alfredo Jacques e Hermilo Borba Filho. São Paulo: Globo, 1999.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade**. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.

BUTLER, Judith. **Excitable speech**: a politics of the performative. Nova Iorque: Routledge, 1997.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 1a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 2018.

_____. **Corpos que importam**: os limites discursivos do "sexo". Tradução Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

CARVALHO, Sofia Alexandre Costa de. **O arquivo pessoal como construção auto/biográfica**: a (re)construção da narrativa de vida do arquivo pessoal Godofredo Ferreira. 2018. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Informação e Documentação, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/35100/1/ulfl252849_tm.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CONNERTON, Paul. **How societies remember**. Cambridge University Press, 1989.

CUNTO, Julia de. **Escuto enquanto estão caladas**: carta à segunda onda feminista. 2018. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

DERRIDA, Jacques. **Margens da filosofia**. Trad. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Campinas: Papirus, 1991.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente**: a história da arte e tempo dos fantasmas de Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

ERLL, Astrid; RIGNEY, Ann (ed.). **Media and Cultural Memory**: mediation, remediation, and the dynamics of cultural memory. Berlin: Walter de Gruyter, 2009.

ERLL, Astrid. **Memory in Culture**. Palgrave Macmillan Memory Studies, 2014.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FEINDT, Gregor; KRAWATZEK, Félix; MEHLER, Daniela; PESTEL, Friedemann; TRIMÇEV, Rieke. **Entangled memory**: toward a third wave in memory studies. *History and Theory*, 53, p. 24-44, feb. 2014, p. 25.

FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: Os subterrâneos da Ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, MICHEL. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 41ª reimpressão. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Tradução Aurea B. Weissenberg. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

GENZ, Stéphanie; BRABON, Benjamin A. **Postfeminism**: cultural texts and theories. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2009.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Angela Maria de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Editora FGV, 2004.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 433-447, 2014.

GUTIÉRREZ, Francisco. A dimensão humana de Paulo Freire. In: TORRES, Carlos Alberto et al. **Reinventando Paulo Freire no século 21**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. p. 57-62. Apresentação Jason Mafra.

GRIMAL, Pierre. **A Mitologia grega**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. Tradução de Laurent León Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA., 1990.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HELLER, Agnes. **Uma teoria da história**. Tradução de Dilson Bento de Faria Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna RJ, 2000.

JESUS, Milena Santos de. A abordagem conferida ao sexo e gênero nas distintas ondas feministas. **Revista Café com Sociologia**, v. 3, n. 3, p. 188–206, 2014. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/355>. Acesso em: 28 nov. 2022.

LEAL, Tatiane. **A mulher poderosa: construções da vida bem-sucedida feminina no jornalismo brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LEAL, Tatiane. **A invenção da sororidade: sentimentos morais, feminismo e mídia**. Doutorado em Comunicação e Cultura. UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In*: LE GOFF, Jacques (Org.). **Enciclopédia Einaudi**, V. 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

MELO, Alice Carvalho de. **Espiral de lembranças: a "tragédia de mariana" em imagens e memórias**. 2019. 274 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura.

NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre história**. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

NORA, Pierre. **Les Lieux de Mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.

_____. **Pierre Nora en Les lieux de mémoire**. Montevideo: Trilce, 2008.

NUNES, Cláudio Pedrosa. O nacional-sindicalismo espanhol: estado, família e trabalho no regime de Francisco Franco. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região**, 2005.

OTTONI, Paulo. John Langshaw Austin e a Visão Performativa da Linguagem. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada** [online]. 2002, v. 18, n. 1 [Acessado 02 Novembro 2021], pp. 117-143. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-44502002000100005>>. Epub 23 Out 2002. ISSN 1678-460X. <https://doi.org/10.1590/S0102-44502002000100005>.

PAIVA, Raquel. Novas formas de comunitarismo no cenário da visibilidade total: a comunidade do afeto. **Matrizes**, v. 6, n. 1, p. 63-75, 2012.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

PEDRONI, Fabiana. Chronos e Kairós: determinações poéticas para o tempo vivido. **Revista do Colóquio**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 245-254, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/colartes/article/view/7724>. Acesso em: 20 nov. 2022.

PINEDO, Emma. Families of victims of Franco regime welcome new Spanish law. **Reuters**, [S.l.], 20 out. 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/europe/families-victims-franco-regime-welcome-new-spanish-law-2022-10-20/>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PROVINCIIATTO, Luís Gabriel. Os assassinos do sol: uma história dos paradigmas filosóficos. **Interações: Cultura e Comunidade**, vol. 13, n. 23, p. 231-237, 2018. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil. Disponível em <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313056746017>>. Acesso em: 10/06/2023.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, [S. l.], v. 2, n. 3/4, 2012. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2612>. Acesso em: 9 abr. 2020.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A história oral nos estudos de jornalismo: algumas considerações teórico-metodológicas. **Contracampo**, v.32, p. 73-90, 2015.

RIBEIRO, Diana; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Sara Isabel. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. **Sul-Sul: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 1, n. 03, p. 57-76, 28 jan. 2021. Universidade Federal do Oeste da Bahia. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.53282/sulsul.v1i03.780>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

RIBEIRO, Giulia Alves. **Ecossistema do silêncio**: vozes da segunda onda do feminismo no Brasil (1975-1988). 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa - Tomo I**. Campinas, Papirus, 1994.

_____. **Tempo e Narrativa - Tomo II**. Campinas, Papirus, 1995.

_____. **Tempo e Narrativa - Tomo III**. Campinas, Papirus, 1997.

_____. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. Tradução de Cristiane Dias e Greciely Costa.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. 258 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://164.41.122.54:8080/jspui/bitstream/123456789/313/1/tese%20Ana%20Celia%20Rodrigues%202008.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Estética e política, memória e esquecimento: novos desafios na era do Mal de Arquivo. **Remate de Males**, v. 29, n. 2, p. 271-281, 2009.

SILVA, Jane Quintiliano. Gênero discursivo e tipo textual. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 87-106, 1º sem. 1999. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/10278/pdf>>. Acesso em: 10 out. 2023.

SILVESTRE, Giane; CARVALHO, Sofia de; PICCIRILLO, Debora. Os efeitos colaterais da pandemia sobre a vida das mulheres. **G1**. São Paulo. 16 set. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/os-efeitos-colaterais-da-pandemia-sobre-a-vida-das-mulheres.ghtml>>. Acesso em: 16 set. 2020.

SMITH, Patti. **Devoção**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Mauad Editora Ltda, 2006.

SODRÉ, Muniz. **A Ciência do Comum – notas para o método comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOUZA FILHO, Danilo. A Filosofia da Linguagem de J. L. Austin. In: J. L. Austin. **Quando Dizer é Fazer: Palavras e Ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

TORRES, Livia; MARTINS, Marco Antônio; CAMPOS, Chinima. Pandemia faz cair índice de crimes, mas violência contra a mulher sobe, aponta relatório do MPRJ. **G1**. Rio de Janeiro. 21 jul. 2020 Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/21/pandemia-faz-cair-indice-de-crimes-mas-sobe-o-de-violencia-contra-a-mulher-aponta-relatorio-do-mprj.ghtml/>>. Acesso em: 14 set. 2020.

TRIZOLI, Talita. **Atravessamentos feministas: um panorama de mulheres artistas no Brasil dos anos 60/70**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.48.2018.tde-03122018-121223. Acesso em: 18 out. 2020

WEINRICH, Harald et al. **Lethé: the art and critique of forgetting**. Tradução de Steven Rendall. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 2, 2021, p. 10-31. Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>> Acesso em: 28 nov. 2022.

ENTREVISTAS

ALVES, Branca Moreira. Entrevista a autora. Rio de Janeiro, 09 ago. 2023.

JOSEFA, Maria [sobrenome desconhecido]. Entrevista a autora. Rio de Janeiro, 11 ago. 2023.

LIMA, Maria José de Lima. Entrevista a Julia de Cunto. Rio de Janeiro, 05 mai. 2018.

LIMA, Maria José de Lima. Entrevista a Julia de Cunto. Rio de Janeiro, 11 ago. 2023.

ROMANI, Jacqueline Pitanguy. Entrevista a autora. Rio de Janeiro, 09 ago. 2023.

SANTOS, Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos. Entrevista a autora e Pê Moreira. Rio de Janeiro, 05 out. 2018.

ARQUIVOS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Banco de dados Memórias Reveladas. Fundo BR DFANBSB V8 – Serviço Nacional de Informações. **Sistema de Informação do Arquivo Nacional – SIAN**. Disponível em: <<https://sian.an.gov.br/>>.

7. APÊNDICE

Apêndice 1: Anexos do *corpus* empírico

ÓRGÃO	NOME DO ARQUIVO	DATA	TÍTULO	CONTEÚDO	ANEXOS
CMB	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_75091314_d0001de0001	30/12/1975	Informação N° 012/71/ARJ/SNI/75	Descreve as atividades de Therezinha de Godoy Zerbini, durante o evento promovido pelo Centro da Mulher Brasileira, sob patrocínio da ONU, para comemoração do encerramento do Ano Internacional da Mulher.	Radiograma transmitido, com timbre da Presidência da República e mensagem de "URGENTE", endereçado à Agência Rio de Janeiro do SNI, solicitando acompanhamento das atividades da nominada. O documento é assinado por "Gen. Castro". O arquivo também cita uma gravação feita pela ARJ de parte das solenidades, e informa que a fita está anexa ao documento.
CMB	BR_DFANBSB_v8_mic_gnc_aaa_77105452_d0001de0001	27/06/1977	Informação N° 031/115/77	Boletim Informativo do MDB, no qual consta no anexo uma passagem a respeito do encontro promovido pelo Centro da Mulher Brasileira, intitulado "Encontro da Mulher que Trabalha", realizado nos dias 5 e 6 de março de 1977.	Informativo do MDB - Ano 1, nº 2, maio/77. 16 folhas, sobre o evento do CMB: 3 folhas. Anexo com legibilidade precária.
CMB	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_78110988_d0001de0001	25/04/1978	Informação N° 034/11678/ARJ/SNI	Fichamento de integrantes do Centro da Mulher Brasileira que possuíam antecedentes no CISA.	Encaminhamento de documento do Ministério da Aeronáutica - CISA - de 03/04/1978. Xerox das documentações do CMB: cópia do registro de pessoa jurídica, assinada por Branca Maria Alves Vianna; cópia da Ata de Fundação do CMB, com informações gerais sobre a criação

					do Centro; Assinaturas das integrantes do CMB, com seus registros pessoais ("IFP"; "SSP"), ocupações, nacionalidades e endereços; Estatuto do CMB descrevendo finalidades e objetivos, definindo Assembleia Geral e Colegiado e tratando do funcionamento interno, das eleições para os cargos e das admissões; publicação do CMB em diário oficial.
CMB	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_ccc_78002350_d0001de0001	28/04/1978	Informação N° 245/CISA/RJ	Informativo sobre evento intitulado "Encontro da Mulher que Trabalha", organizado pelo Centro da Mulher Brasileira, em maio de 1978.	TELEX de encaminhamento da informação com um breve descritivo do conteúdo.
CMB	BR_DFANBSB_v8_mic_gnc_aaa_78111361_d0001de0001	28/04/1978	Informação N° 245	Encontro da Mulher que Trabalha, patrocinado pelo CMB.	Telex anexado solicitando a investigação do encontro com anotações.
CMB	BR_DFANBSB_v8_mic_gnc_aaa_80011351_d0001de0001	10/10/1979	Informe N° 325	Relatos de atividades/contatos de pessoas consideradas "infiltrados comunistas". Este arquivo investiga Maria Ângela de Oliveira Muniz, integrante do CMB.	Três PADS sobre processos de defesa de direitos.
CMB	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_80002144_d0001de0001	15/01/1980	Informe N° 014/320/ARJ/80	Descrição de viagem ao México e das atividades da feminista Ana Alice Costa, que, segundo o documento, é "pessoa ligada ao CMB/RJ, [...] organização de frente do PCB".	O arquivo cita uma lista de anexos, que não estão agregados ao documento. São eles: A) "CIMUAT – Voz da Coalizão de Mulheres"; B) União Independente das Mulheres Proletárias; C) Aborto Livre e gratuito; D) O aborto no

					MÉXICO; E) Resoluções da Conferência Nacional Constitutiva da FRENTE NACIONAL PELA LIBERAÇÃO E DIREITOS DAS MULHERES – Boletim Nº 1; F) FNLDM – Boletim Nº 2; G) Contra o trabalho invisível da mulher”; H) Feminismo: uma questão política?; I) Guia bibliográfico.
CMB	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_ccc_80002403_d0001de0001	04/03/1980	Informação Nº 043/116/ARJ/80	Documento a respeito do 1º Ciclo de Debates da UEE/RJ, o qual cita a fala de Santinha, como era conhecida a integrante do CMB, Maria do Espírito Santo. [Anotação da pesquisa: o arquivo foi mantido neste quadro pois a fala da nominada contida no documento traz informações sobre as atividades do Centro da Mulher Brasileira durante o período.]	Um panfleto "Bônus de Apoio ao PMDB", que solicita contribuição mínima de 10 cruzeiros.
CMB	BR_DFANBSB_v8_mic_gnc_aaa_80011406_d0001de0001	14/10/1980	Informe Nº 320S/102-A5/CIE	Locais no Rio de Janeiro, onde estão se realizando reuniões com pessoas de tendências esquerdistas. Nesta listagem, consta a residência de uma integrante do CMB, onde o documento aponta que ocorriam as reuniões deste centro.	2 telex do SNI, com desdobramentos de algumas informações que parece ser destinado ao acréscimo/atualização do documento, pois algumas descrições dos telex não constam no arquivo. Os anexos constam algumas anotações à próprio punho.

CMB	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_81005041_d0001de0001	20/08/1981	Informação Nº 097/40/ARJ/81	Informe a respeito das atividades de Ângela Maria Martins Ramalho, que fora designada por Lídia Cunha, presidente do CMB, para representar o Centro no congresso pela Federação Democrática Internacional da Mulher, realizado em Berlim Oriental.	O documento descreve que há uma fotografia em anexo, mas ela não se encontra condensada ao arquivo.
CMB	BR_DFANBSB_v8_mic_gnc_aaa_81005308_d0001de0003	30/10/1981	Informação Nº 143/116/ARJ/81	Cursos e atividades promovidas no meio operário-sindical identificadas como influência subversiva, nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Nele consta que o CMB está promovendo o trabalho Identidade Feminina e da ação em parceria com o Departamento Feminino do Sindicato de Empregados em Estabelecimentos Bancários de Niterói, na promoção de debate sobre a discriminação da mulher na política.	3 PADS descritos ao lado e uma reportagem da revista Veja "A vez da moderação: pela primeira vez desde 1979, a campanha salarial do ABC termina sem greves nem dissídios". 3 folhas: (22-24).
CMB	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_ccc_81005563_d0001de0001	15/12/1981	Informação Nº 154/40/ARJ/81	Descrição do Congresso Mundial das Mulheres (CMM), ocorrido de 08 a 13 de outubro de 1981, na Tchecoslováquia (hoje, dividida entre República Tcheca e Eslováquia). O documento traz informações do programa do encontro, as participantes do Brasil (sendo Lydia da Cunha a representante do CMB que participou), e 7 anexos, divididos	7 anexos, categorizados de (A) a (G), distribuídos em 92 páginas. Anexo (A): Documento de trabalho da Comissão Nº 1 "La Mujer y el Trabajo, incluyendo la mujer rural", 24 páginas em espanhol. Anexo (B): Documento de base da Comissão Nº 2 "La igualdad de la mujer en la sociedad", 10 páginas em espanhol. Anexo (C): Documento

				de (A) a (G), de conteúdos distribuídos durante o congresso.	de base da Comissão N° 3 "La Mujer y la Familia", 10 páginas em espanhol. Anexo (D): Documento de trabalho da Comissão N° 4 "La Mujer por la Paz y el Desarme", 15 páginas em espanhol. Anexo (E): Documento de trabalho da Comissão N° 5 "La mujer por la independencia nacional y el desarrollo", 17 páginas em espanhol. Anexo (F): Documento de trabalho da Comissão N° 6 "La Cooperación entre las Organizaciones No Gubernamentales y con el Sistema de las Naciones Unidas", 7 páginas em espanhol. Anexo (G): Boletim internacional "Principles of the Socialdemocratic Women accepted at the Congress 1981", 7 páginas em inglês.
CMB	BR_DFANBSB_v8_mic_gnc_aaa_82021549_d0001de0001	04/01/1982	Apreciação N° 004/10/AC/82	Trata dos organismos e eventos enquadrados como "trabalho de massa" pelo documento, que se refere ao emprego de técnicas não-violentas para agitação e propaganda das organizações subversivas no Brasil, durante o ano de 1981. O arquivo enquadra o CMB como "organismo de fachada", tratando do trabalho intitulado "identidade feminina",	Um PAD (defesa de direitos Joviniano Soares de Carvalho neto): "não possuem validade para este órgão"

				constituído de cursos para o público feminino.	
CMB	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_ccc_83007676_d0001de0003	25/03/1983	Informe N° 076/16/ARJ/83	Descritivo de grupos feministas, do Rio de Janeiro e Espírito Santo, e suas atividades que, segundo o documento, possuem ligações no processo subversivo.	O Informe original traz 5 anexos: 1) Panfleto subscrito por Lúcia Arruda; 2) "Mulheres em movimento semeando a liberdade"; 3) Panfleto do MFLD; 4) Panfleto do departamento feminino do sindicato dos odontologistas/RJ; 5) Panfleto da Comissão de Mulheres/RJ. Na página 41, consta anexo PAD que do Informe A1 N° 083/16/ARJ/83 (05/04/1983) e do Informe A1 N° 105/16/ARJ/83 (20/04/1983). Na página 46, consta outro PAD, solicitando a inclusão do Informe A-1 N° 109/16/ARJ/83 (25/04/1983). Deste último PAD, resulta também o anexo de catálogo de autoria do Projeto Mulher e Instituto de Desenvolvimento, Aprimoramento e Cultura (IDAC) intitulado "Educação das Mulheres".
CMB	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_83034275_d0001de0001	09/06/1983	Informação N° 0145/220/CISA-RJ	Entrevista de Lydia Cunha, membra do CMB-RJ, à revista "Mulher Soviética" editada em Moscou pelo Comitê das Mulheres Soviéticas.	3 folhas recortadas da revista Mulher Soviética, nº 06 de 1983, contendo a entrevista citada.
CMB	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_ccc_84010431_d0001de0001	14/03/1984	Informação N° 026/16/ARJ/84	Preparativos, comemorações a atividades desenvolvidas no Rio	2 panfletos anexados, sendo o primeiro intitulado "Dia Internacional da Mulher", em que

				de Janeiro em decorrência do Dia Internacional da Mulher (08/03).	a parte da frente faz o convite para a passeata da Candelária à Cinelândia e o verso traz algumas informações a respeito do voto feminino. O segundo anexo trata-se uma carta de convocação para a mobilização de 8 de março, assinada pelo Centro da Mulher Brasileira, pelo Coletivo de Mulheres/RJ, pela Casa da Mulher, pelo Mulherando, pelo SOS - Mulher e por Lúcia Arruda, deputada estadual.
CMB	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_84010878_d0001de0001	08/06/1984	Informação N° 051/16/ARJ/84	Informações sobre a reunião do Comitê de Mulheres Soviéticas em Moscou/URSS, nos dias 11 e 12 de maio de 1984. [Nota de pesquisa: as informações sobre o Comitê de Mulheres Soviéticas, que encaminhou materiais ao Centro da Mulher Brasileira, consta no arquivo BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_84042995_d0001de0001, que foi suprimido deste quadro em função da metodologia desta pesquisa.]	9 folhas contendo 5 anexos, alguns em português e outros em espanhol, sendo eles: A) mensagem das mulheres soviéticas às mulheres do mundo a respeito da guerra nuclear; B) declaração de solidariedade com a luta dos povos árabes; C) declaração de solidariedade com a luta dos povos da África Austral; D) carta de solidariedade à associação de mulheres nicaraguenses; E) carta reivindicatória a respeito da Nicarágua ao secretário geral da ONU, Pérez de Cuéllar.
CMB	BR_DFANBSB_v8_mic_gnc_aaa_84043741_d0001de0001	05/07/1984	Informe n° 0505/135/CISA-RJ	Educação sexual - curso ministrado pela Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, com participação de diversas entidades feministas. Destaca-se a citação	Microfilmagem do livreto "Esse sexo que é nosso", com 10 páginas. Aviso do arquivo nacional (folha 10): "atenção: o original deste documento, com 06

				de Maria Jose de Lima, integrante do CMB.	folhas, foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha. Anexo do livreto com legibilidade precária.
CMB	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_84011065_d0001de0001	28/07/1984	Informação N° 069/16/ARJ/84	Documento com finalidade de descrever ações de “organizações subversivas” que possuem ligações internacionais “de frente comunista”. Descreve as atividades de dezenas de instituições, dentre elas o Centro da Mulher Brasileira, que fora convidado para participar da Conferência Mundial do Decênio da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Mulher, em Nairóbi – Kênia, em julho de 1985.	4 folhas de um pedido de atualização de dados da parte n° 00033/120/87.
CMB	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_85049549_d0001de0001	16/04/1985	Informação N° 0225/85/220/CISA-RJ	Documento que relaciona as principais atividades desenvolvidas pelo Partido Comunista brasileiro durante o mês de março de 1985. O arquivo cita a participação do CMB em congresso realizado em Havana - Cuba, caracterizando-o como "entidade de frente do PCB".	Um PAD, a respeito de Fernando de Sant'Anna.
CNDM	BR_DFANBSB_v8_mic_gnc_aaa_86053960_d0001de0001	10/09/1985	Informe N° 091/04/85/DSI/MJ	Trata do Decreto N° 91.696, de 27 Set 85, sobre a autonomia administrativa e financeira do	21 folhas, contendo os decretos n° 91.696, 91.771 e 91.949

				Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.	
CNDM	BR_DFANBSB_v8_mig_gnc_aaa_86055486_d0001de0001	10/09/1985	Informe N° 091/04/85/DSI/M J	Fala sobre a sanção da lei que cria o CNDM, dispondo sua estrutura administrativa e membros efetivos/suplentes.	03 cópias do Diário Oficial da União de 03/09/1985
CNDM	BR_DFANBSB_V8_mig_gnc_aaa_85012204_d0001de0001	19/09/1985	Conselho Nacional para a Defesa dos Direitos Femininos	Dossiê a respeito do CNDM, com descritivos de suas integrantes e antecedentes no SNI.	Pedido de Atualização de dados, da agência do SNI Rio de Janeiro, endereçado ao "Sr. Cefe da DV-1", solicitando a atualização de dados de "elementos" pertencentes ao CNDM
CNDM	BR_DFANBSB_V8_mig_gnc_eee_86017828_d0001de0001	12/03/1986	Informe N° 00062/CNSP/160386	Publicações distribuídas durante o evento "A Imagem da Mulher nos Meios de Comunicação"	Diversos anexos, totalizando 34 páginas, tendo, dentre eles: programação do evento, panfletos distribuídos, informativo do órgão da Federação de Mulheres Paulistas, Pesquisa realizada a respeito da Mulher nos Meios de Comunicação, Informativo do Conselho Nacional de Direitos da Mulher.
CNDM	BR_DFANBSB_V8_mig_gnc_aaa_86013085_d0001de0001	16/05/1986	Lançamento da Campanha "A Mulher na Constituinte"	Dossiê a respeito do evento de lançamento da campanha "A Mulher na Constituinte", descrevendo convidados, suas falas e demais acontecimentos da reunião.	Livreto intitulado "Mulher e Constituinte", de autoria do CNDM, com 10 páginas

CNDM	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_ooo_86011956_d001de0001	03/06/1986	Fase II do Simpósio "Minas Gerais e a Constituinte"	Fala sobre o tema "A Mulher e a Constituinte", em plenário promovido pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. São descritas as propostas e apontadas pessoas que tiveram falas durante a seção sobre os subtemas visando a inserção de alguns itens na nova Constituição Brasileira. São estes: 1) Direitos e Garantias Individuais; 2) Trabalho; 3) Família; 4) Saúde e 5) Forças Armadas. Nas considerações finais do documento, destaca-se que "Das várias propostas de sugestões para a Nova Constituição, as que mais mereceram destaque foram as de reformulação das Forças Armadas, e uma outra, de extinção do SNI. [...] Entretanto, [...] essas propostas não tiveram a manifestação de apoio por parte dos presentes e nem o consenso da Comissão organizadora".	5 anexos com a reunião das propostas e de um folheto que foi distribuído ao final do encontro "A Mulher e a Constituinte". São os anexos: A) propostas consensuais (2 folhas); B) propostas não consensuais (3 folhas); C) propostas gerais não ligadas diretamente ao tema; (2 folhas) D) propostas apresentadas e não debatidas (1 folha); E) folheto (5 folhas)
CNDM	BR_DFANBSB_V8_mig_gnc_aaa_86056909_d001de0001	23/06/1986	Conselho Nacional dos	Dossiê a respeito do CNDM, consolidando documentação de criação e composição de seu	8 anexos, totalizando 31 folhas: A) Cópia xerox de Lei nº 7.353; B) Cópia xerox dos

			Direitos da Mulher (CNDM)	conselho administrativo. Traz a denúncia de uma deputada a respeito de ação de medida cautelar contra a então presidente do CNDM, Ruth Escobar.	Decretos de 02 e 09 de setembro de 1985; C) Regimento Interno do CNDM; D) Cópia xeros de Portarias; E) Cópia xerox de notícias da Imprensa; F) Cópia de Ação Cautelar; G) Cópia xerox de notícias da imprensa; H) Cópia xerox de cartas enviadas ao Presidente da República
CNDM	BR_DFANBSB_V8_mig_gnc_aaa_86059284_d0001de0001	29/10/1986	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) - Denúncias de Irregularidades	Trata da denúncia de favorecimento dentro da entidade, bem como expondo que, segundo Maria Lúcia D'Ávila Pizzolante, o órgão estaria se desviando dos objetivos para canalizar condutas libidinosas e práticas homossexuais, citando a reunião em Bertiooga/SP.	Uma fotografia que mostra mulheres sentadas em torno de um gramado e, ao centro, duas mulheres parecem estar falando enquanto outra, centralizada e de costas, está nua com exceção de uma espécie de pano/véu cobrindo os cabelos, rosto e parte das costas.
CNDM	BR_DFANBSB_V8_mig_gnc_aaa_86059649_d0001de0001	18/11/1986	Primeira Conferência Nacional Saúde e Direitos da Mulher	Conferência promovida pelo CNDM, intitulada "Primeira Conferência Nacional Saúde e Direitos da Mulher (CNSDM)", com descrição de palestrantes, trechos de falas e documentos do evento.	5 anexos, em 60 folhas, indicando continuação na próxima microficha ao final do documento consultado: A) Consolidação dos Relatórios de Grupos; B) Pré-Conferências Estaduais (Relatórios); C) Informativo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; D) Caderno do Conselho Estadual

					da Condição Feminina; E) Publicação "Mulher, cidadã brasileira"
CNDM	BR_DFANBSB_V8_mig_gnc_eee_87019558_d0001de0006 BR_DFANBSB_V8_mig_gnc_eee_87019558_d0002de0006 BR_DFANBSB_V8_mig_gnc_eee_87019558_d0003de0006 BR_DFANBSB_V8_mig_gnc_eee_87019558_d0004de0006 BR_DFANBSB_V8_mig_gnc_eee_87019558_d0005de0006 BR_DFANBSB_V8_mig_gnc_eee_87019558_d0006de0006	17/09/1987	Nº ACE/ANO 012558/87	Trata da I Jornada do Comitê das Nações Unidas no Brasil, contra a Discriminação à Mulher, realizado nos dias 30 e 31 de agosto de 1987, com participação efetiva do CNDM.	22 anexos, totalizando mais de 360 páginas. O corpus de anexo é composto por seis arquivos diferentes em fichas microfilmadas no Arquivo Nacional. São os anexos: (A) até (F) Fotografias; (G) Proposta de Ruth Escobar; (H) Apostila "A Mulher e o Trabalho no Brasil"; (I) até (L) Fotografias; (M) Apostila "Reflexões sobre Educação, Democracia e Desigualdade"; (N) Apostila "A Legislação Brasileira à Luz da Convenção Sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra Mulher; (O) Fotografia; (P) Apostila "A Violência contra a Mulher em Questão na Sociedade Brasileira"; (Q) Fotografia; (R) Apostila "Reflexões Sobre a Saúde da Mulher; (S) Apostila "Reflexões sobre os Avanços no Plano da Infra-Estrutura de Apoio Social"; (T) Fotografia; (U) Apostila "Movimento

					Social e Partidos Políticos: O Informal e o Formal na Participação Política das Mulheres"; (V) Apostila "O Movimento de Mulheres e o Estado: Interações"; (X) Folhetos, panfletos e publicações distribuídas durante a jornada
CNDM	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_88067750_d0001de0001	28/08/1988	Visita da Presidente da União das Mulheres da Tchecoslováquia ao Brasil	Traz a programação da visita de Marie Kabrhelova, a convite do CNDM. No documento, consta que Jacqueline teria cancelado uma visita que seria feita à recém fundada Confederação das Mulheres do Brasil, uma organização de frente do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, na cidade de São Paulo/SP, haja vista que essa entidade não segue a orientação do CNDM.	Telex relatando as informações que constam no documento e um anexo de jornal de 19/07/1988, do Correio do Brasil, intitulado "Tcheca vem ver situação da mulher"
CMB	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_88016474_d0001de0001	27/09/1988	Nº ACE/Ano: 16474	Descrição do Centro da Mulher Brasileira, trazendo informações desde a sua criação até a data de encaminhamento do documento à Agência Central. Destacam-se as metas do CMB, bem como integrantes	Pedido para atualização de dados, que acrescenta no documento os conhecimentos contidos no "RRI/650/140/ARJ/88", que estariam parcialmente difundidos neste outro arquivo.

				representativas (Branca Moreira Alves, Eleonora Comba Marques Porto, Moema Eulália de Oliveira Toscano e Jacqueline Pitanguy de Romani). O arquivo trata ainda das origens de financiamento do Centro e cita o processo de esvaziamento que ocorre em 1983/84, em virtude de divergências dentro da organização.	
CMB	BR_DFANBSB_v8_mic_gnc_aaa_87062673_d0002de0003	?	Relatório Anual nº07 - 1987.	Atividades dos Movimentos Populares (MPOP), no período de 1º de junho a 31 de agosto de 1987. Importante destacar que este é o documento 02 de uma série de 03 documentos do RAI, sendo estes outros números desconsiderados para esta pesquisa pois tratam de outras temáticas e não citam o CMB.	17 folhas. Anexo de entidades de apoio e infiltradas. Relação por movimento. Do mov. feminista são indicadas 162 entidades. Este quadro apresenta as seguintes informações: nome, ano de criação, sigla, cidade, estado, organização infiltrada, e mais dois itens ilegíveis. Legibilidade do anexo extremamente precária. *Centro da Mulher Brasileira - PCB - fachada. Este anexo possui ficha de microfilmagem falando de impressão deficiente em 17 folhas. Anexo C (1 folha)- Estrutura da Fase. organograma.

					<p>Anexo D (2 folhas) - Dados sobre o INESC, CAMP, SAI e CEPIS.</p> <p>Anexo E (2 folhas) - Relação de entidades com as quais o INESC iniciou ou consolidou ou assessoria. Na primeira página consta ficha de microfilmagem falando de estado parcialmente ilegível. Não consta anexo F</p> <p>Anexo G(1 folha) - Quadro de Manifestações Públicas no período de 01 JUN a 31 de AGO de 1987. Ele é dividido em tipos de manifestações por unidades de federação, e traz a quantidade destes atos.</p> <p>Anexo Índice de Pessoas Físicas 1 folha.</p>
--	--	--	--	--	---

Apêndice 2: Variações que qualificam o Centro da Mulher Brasileira como “organização de frente do PCB”, nos arquivos do SNI

Variações	Classificação Investigativa	Documento no Arquivo Nacional	Data
"entidade de fachada legal"	Presença da vigilância	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_81013819_d0001de0001	24/02/1981
"entidade de frente do PCB"	Vigilância do olhar investigativo	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_85049549_d0001de0001	16/04/1985
"O PCB reativou o "Centro da Mulher Brasileira" do RIO DE JANEIRO/RJ, criado em 1975"	Presença da vigilância	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_87062673_d0002de0003	xx/xx/1987
[quadro que cita o CMB:] "organismos de fachada que mais se destacaram"	Presença da vigilância	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_82021549_d0001de0001	04/01/1982
"organização de fachada do ilegal PCB"	Vigilância do olhar investigativo	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_ccc_84011496_d0001de0001	28/11/1984
"organização de frente do PCB"	Presença da vigilância	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_82021549_d0001de0001	04/01/1982
"organização de frente ligada ao proscrito Partido Comunista Brasileiro"	Vigilância do olhar investigativo	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_81005041_d0001de0001	20/08/1981
"organização de retaguarda [do Partido Comunista Brasileiro]"	Presença da vigilância	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_80002780_d0001de0001	28/11/1980
"organização-de-frente do PCB"	Vigilância do olhar investigativo	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_81005130_d0001de0001	18/08/1981
"organizações de fachada no Brasil"	Presença da vigilância	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_80002780_d0001de0001	28/11/1980
"organizações de frente comunista"	Vigilância do olhar investigativo	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_84011065_d0001de0001	28/07/1984

"organizações de frente e empreendimentos do PCB"	Vigilância do olhar investigativo	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_88066008_d0001de0002	20/05/1988
"organizações subversivas atuantes"	Presença da vigilância	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_82022500_d0001de0001	26/02/1982
"principais organizações de fachada [do PCB]"	Presença da vigilância	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_80002780_d0001de0001	28/11/1980
"trabalho feminino do PCB"	Presença da vigilância	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_81013819_d0001de0001	24/02/1981
[Quadro - Anexo B, consta o Centro da Mulher Brasileira como uma] "organização subversiva de fachada"; [E no mesmo quadro:] "direcionamento ideológico: PCB"	Presença da vigilância	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_87062673_d0002de0003	xx/xx/1987
[quadro de aglutinação de] "organizações subversivas [de] "frentes""	Presença da vigilância	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_82022500_d0001de0001	26/02/1982
"Principais atividades orgânicas desenvolvidas pelo ilegal Partido Comunista Brasileiro durante o mês de Mar 85" [Sobre isso:] "Tais atividades, segundo este Centro [CISA], fazem o partido FUNCIONAR de fato, embora isso seja capitulado como CRIME pelo artigo 25 da Lei de Segurança Nacional."	Vigilância do olhar investigativo	BR_DFANBSB_V8_mic_gnc_aaa_85049549_d0001de0001	16/04/1985

8. ANEXOS

Anexo 1: Figura 7



Figura 7: Foto colorida de Maria José Lima, Zezé, em 1977. Fonte: Cunto, 2018.

Anexo 2: Figura 8

Figura 8: Na imagem, da esquerda para a direita: Heloisa Buarque de Hollanda, Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy, em 2022. Fonte: Ana Branco/Jornal O Globo, 31 jul. 2022.

Anexo 3: Figura 9

Figura 9: Passeata realizada no Rio de Janeiro, em 1989. Da esquerda para a direita, Maria do Espírito Santo Tavares (Santinha), Branca Moreira Alves e Rosângela Celem. Fonte: Claudia Ferreira/Jornal Estado de Minas, 2022.

Anexo 4: Figura 10

Figura 10: Passeata de 8 de março de 1983, no Rio de Janeiro. Na esquerda, Branca Moreira Alves (vestida de freira) e Celia Resende (fantasiada de prostituta), com o cartaz "As duas faces da mulher". Ao lado direito delas, Jacqueline Pitanguy. Na direita da fotografia, Comba Marques Porto, usando um avental branco com dizeres escritos, e Leila Linhares Barsted. Fonte: Jornal do Brasil, 1983.

Anexo 5: Figura 11

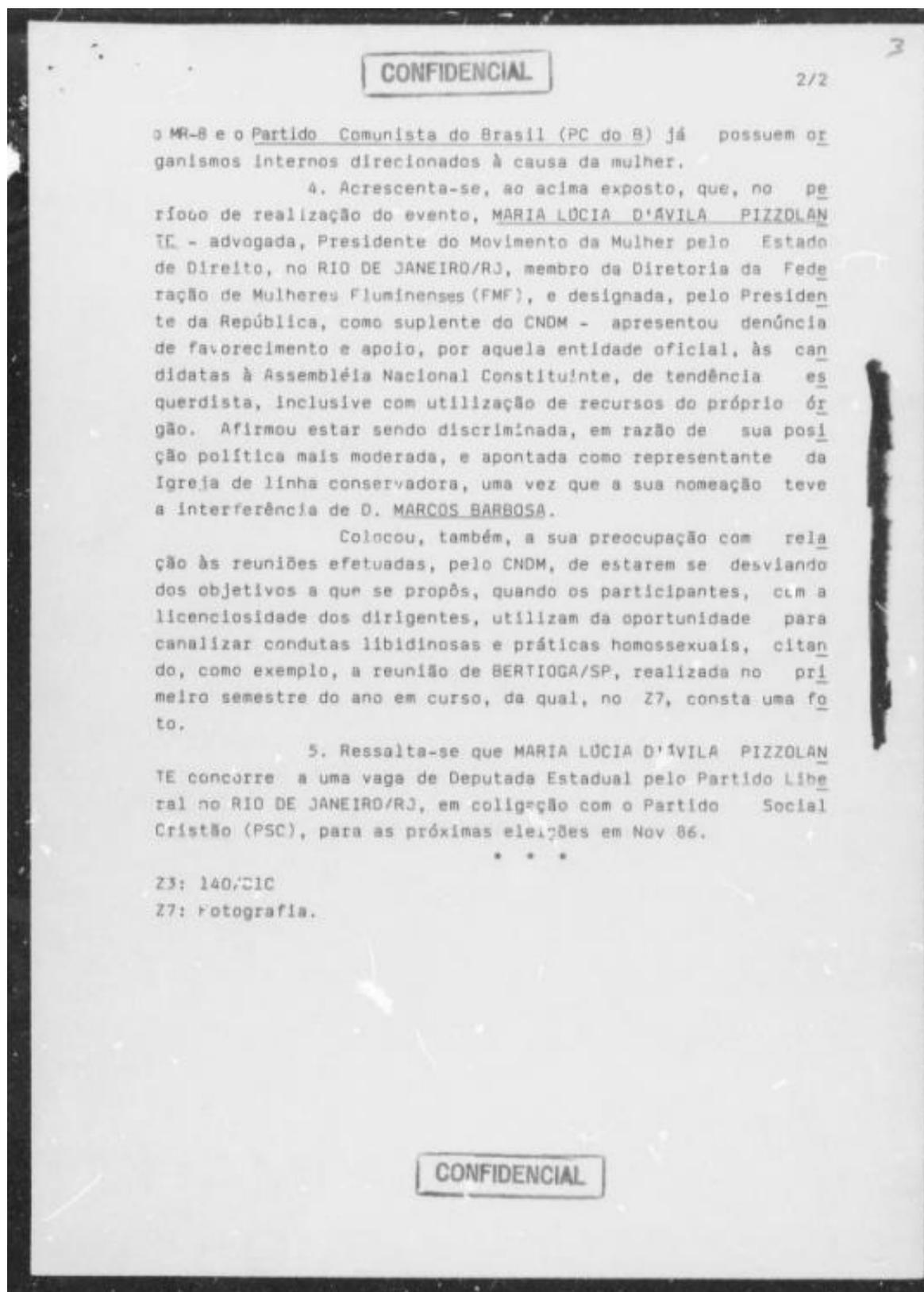


Figura 11: página 4 do arquivo "Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – Denúncias de Irregularidades" (catalogação do Arquivo Nacional BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_86059284_d0001de0001).

Anexo 6: Figura 12

Figura 12: Encontro do CNDM em Bertioga – SP. Fotografia anexa na página 6 do arquivo “Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – Denúncias de Irregularidades” (catalogação do Arquivo Nacional BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_86059284_d0001de0001).